



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE

**OS (EFEITOS DE) SENTIDOS SOBRE O TRABALHO DECENTE NA UHE DO RIO
MADEIRA: apagamento de conflitos sociais em comunidades amazônicas**

ROSALINA ALVES NANTES

PORTO VELHO
2023



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO
AMBIENTE

**OS (EFEITOS DE) SENTIDOS SOBRE O TRABALHO DECENTE NA UHE DO RIO
MADEIRA: apagamento de conflitos sociais em comunidades amazônicas**

ROSALINA ALVES NANTES

Defesa de Tese de Doutorado em
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
(PGDRA) da Universidade Federal de Rondônia
(UNIR), apresentada como requisito parcial para
obtenção do Título de Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Artur de Souza Moret.

PORTO VELHO
2023

Catálogo da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

N192e Nantes, Rosalina Alves.
Os (efeitos de) sentidos sobre o trabalho decente na UHE do Rio Madeira: apagamento de conflitos sociais em comunidades amazônicas / Rosalina Alves Nantes. - Porto Velho, 2023.

135 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Artur de Souza Moret.

Tese (Doutorado), Núcleo de Ciências Exatas e da Terra, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Trabalho decente. 2. Usinas hidrelétricas. 3. Comunidades ribeirinhas. 4. Amazônia. 5. Impacto social. I. Moret, Artur de Souza. II. Título.

Biblioteca Central

CDU 911.3(043.2)



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E MEIO AMBIENTE
ATA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA DE DEFESA DE TESE

A Banca de Defesa de Doutorado presidida pelo Prof. Dr. Artur de Souza Moret, membros: Prof. Dr. Marco Antonio Domingues Teixeira - UNIR, Prof. Dr. Jeferson Cardoso da Silva - IFECT - IFRO, Profa. Dra. Clara Miranda dos Santos - IFECT - IFRO e Profa. Dra. Monise Vieira Busquets - UFT, reuniu-se no dia 27 de julho de 2023, às 14h00, por meio de um sistema por web conferência, para avaliar a tese de doutorado com o título **OS (EFEITOS DE) SENTIDOS SOBRE O TRABALHO DECENTE NA UHE DO RIO MADEIRA: apagamento de conflitos sociais em comunidades amazônicas** da doutoranda **Rosalina Alves Nantes**. Após a explanação da doutoranda e da arguição dos membros da banca examinadora, a referida tese foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA, foi considerada **APROVADA**. A pós-graduanda tem o prazo de noventa dias para entregar a versão final com as modificações indicadas pela banca, não cumprindo esse prazo, será desligado pelo colegiado do programa.

Prof. Dr. Artur de Souza Moret - Presidente

prof. Dr. Marco Antonio Domingues Teixeira - UNIR - Membro externo ao programa

Prof. Dr. Jeferson Cardoso da Silva - IFECT - IFRO - membro externo à instituição

Profa. Dra. Clara Miranda dos Santos - IFECT - IFRO - membro externo à instituição

Profa. Dra. Monise Vieira Busquets - UFT - membro externo à instituição



Documento assinado eletronicamente por Clara Miranda Santos, Usuário Externo, em 27/07/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Monise Vieira Busquets, Usuário Externo, em 27/07/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por MARCO ANTONIO DOMINGUES TEIXEIRA, Docente, em 27/07/2023, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Jeferson Cardoso da Silva, Usuário Externo, em 27/07/2023, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ARTUR DE SOUZA MORET, Docente, em 28/07/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por ROSALINA ALVES NANTES, Docente, em 28/07/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_acao_acesso_externo=0, informando o código verificador 1415440 e o código CRC C881F7A0.

Aprendi com os mais velhos que antes tinha tempo para a água branca entrar na água escura dos igarapés e lagos, e isso era um marcador do período de plantar e colher, de cheia e de seca, assim também como o canto do pássaro e do sapo diziam do tempo de subir e descer as águas, e ainda sabíamos o nível que seria a enchente só observando a altura em que os uruás (caramujos) desovavam. Agora, depois das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, construídas acima de Porto Velho e inauguradas em 2012 e 2016, respectivamente, os mais velhos dizem que tudo mudou. A partir do que eu escuto eles falarem e da minha própria observação, posso afirmar que hoje quem comanda o rio são as comportas das hidrelétricas. Nossa temporalidade foi drasticamente afetada.

(TANAMAK – Márcia Mura - 2023)¹

¹ Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/02/03/A-vida-no-rio-Madeira-ap%C3%B3s-as-hidrel%C3%A9tricas-segundo-quem-mora-l%C3%A1> © 2023 | Todos os direitos deste material são reservados ao NEXO JORNAL LTDA., conforme a Lei nº 9.610/98. A sua publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia é proibida. Acesso em 02.mai.2023.09h12

DEDICADO À

Dedico à minha filha Lenir, para que cresça e desperte o conhecer científico, com sensibilidade para compreender o Outro e que contribua socialmente em suas escolhas e labor, entendendo que um único fenômeno possui diversos significados.

AGRADECIMENTOS

Numa longa jornada, vários são os obstáculos que se encontram no percurso, quando se tem apoio é mais fácil avançar, de igual modo, na construção da tese, muitos seres iluminados estenderam as mãos nessa construção. Agradeço ao meu orientador, professor titular, doutor Artur Moret que com todas as minhas limitações, pela minha área de formação, constantemente tem mostrado que “não apenas” e “não somente” existe uma realidade, mas diversas perspectivas e influências.

Agradeço a minha irmã de alma, a professora Dra. Layde Lana que conheci ainda na banca de concurso para professor na Universidade Federal, em Guajará-Mirim e que não imaginava que além de sua beleza exterior, seria uma mulher incrível que ganhei de presente e posso chamá-la hoje de “amiga”.

Ao professor George Estrela Queiroga que sempre motivou para que eu buscasse crescer academicamente e que era apenas pesquisar e se empenhar que as barreiras iam sendo vencidas, e que na Universidade Federal de Rondônia sempre tem servidores dispostos a nos indicar o modo correto a proceder.

Ao Departamento Acadêmico de Ciências Jurídicas que me acolheu, após a turma única do curso de Direito em Guajará-Mirim ter sido concluída e aos grandes amigos que encontrei e se tornaram grandes parceiros nos desafios da docência do ensino superior.

O despertar pelas questões e violações ao direito do trabalho são temáticas que me foram apresentadas na graduação, quando fui aluna do, à época procurador do trabalho em Mato Grosso do Sul, Dr. Luiz Antônio Camargo de Melo, e ainda foi meu coorientador no trabalho de conclusão do curso de direito da UFMS sobre trabalho escravo infantil em carvoarias, e que em 2019 por meio de mídias sociais voltamos a conversar e me sugeriu a temática das violações ao trabalho provocadas pelas Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira, meu eterno agradecimento.

Gratidão à minha querida coordenadora do PGDRA, professora doutora Gleimíria, seu sorriso e alegria de viver nos impulsiona a acreditar que é possível e que juntos fica tudo mais leve e fácil. Bem como aos professores do programa que muito colaboram para nos conduzir à escrita da tese, desde a formulação do problema de pesquisa até às discussões e resultados, vocês são essenciais para o nosso desenvolvimento enquanto pesquisadores.

Agradeço também à minha família por acreditar e sempre me incentivar a

prosseguir, obrigada por todo apoio e fé em Deus que nos tem sustentado até aqui.

Aos meus amigos que aos finais de semana, à noite também e madrugadas liam meus textos, corrigiam as sugestões de título, ouviam e tiravam minhas dúvidas, não posso deixar de lhes agradecer: doutorando Carlos de Oliveira Júnior, Antônio Luz, meu irmão de doutorado Marcelo, também à querida Clara e meu amigo e colega de trabalho doutorando Jovanir, o meu muito obrigada e um grande abraço pela amizade de vocês, foram fundamentais em meus momentos de desespero.

Meu muito obrigada ao meu aluno de PIBIC e estagiário do Núcleo de Práticas Jurídicas, Francisco Mateus, que acompanhou algumas pesquisas de campo, no exercício das pesquisas e que muito me auxiliou nesse final de caminhada, que ele prossiga nesse caminho acadêmico com esse brilho e vontade de aprender sempre.

Meus agradecimentos ao grande amigo distante Leandro que nas madrugadas de insônia sempre me trouxe uma palavra de fortalecimento e motivação, muitas vezes em momentos de angústias, ouviu desabafos e sempre me fazia sorrir, gesto de amizade fundamental para que eu prosseguisse.

À banca de qualificação que me direcionou quando tinha os dados e inúmeros resultados passíveis de diversas discussões, que com grande perspicácia, trouxeram clareza e um novo ânimo para que o trabalho fosse concluído.

Professora Dra. Lana sem você e seu auxílio, nos corujões noite adentro, teria sido um caminho longo e solitário, serei sempre grata por sua parceria. Professora Dra. Monise como sua finesse e pontuações específicas, trouxe uma grande colaboração para as análises dos resultados da pesquisa. Professor e pós-doutor Dr. Arlen com toda sua grandiosidade, mesmo com as atribuições e agenda de compromissos, aprimorou as discussões da tese, consubstanciando aspectos relevantes que são identificados nas falas dos sujeitos de modo coletivo. Professor Dr. Jeferson que desde a época inicial do doutorado sempre foi solícito, mostrando o caminho das pedras, desde como organizar a documentação para o envio ao Comitê de Ética até as observações de como melhorar o posicionamento na defesa da tese, meu eterno agradecimento a todos vocês.

RESUMO:

O presente trabalho visa demonstrar as violações ao trabalho decente nos processos de deslocamentos compulsórios dos habitantes tradicionais ribeirinhos e suas especificidades ideológicas referentes à construção das obras no Complexo do Rio Madeira, especificamente os impactados pela Santo Antônio Energia (SAE). Essa disputa de ocupação do território das comunidades tradicionais amazônicas pelo empreendimento das Usinas Hidrelétricas se observa em diversos documentos do licenciamento ambiental e também em manifestações orais que possuem formações discursivas de sentidos evidenciados também em entrevistas na pesquisa. Observou-se a predominância do desenvolvimento econômico difundido amplamente por instituições interessadas nos empreendimentos e o silenciamento de significativos setores da sociedade organizada e população em geral, à época da realização dos deslocamentos compulsórios sofridos pela população amazônica. O corpus de análise se consubstancia no licenciamento ambiental de Santo Antônio Energia e entrevistas semiestruturadas com representantes aleatórios das comunidades: Novo Engenho Velho, Vila Nova Teotônio e Assentamento Santa Rita. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com caráter exploratório descritivo, pois permite familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado. Com essas considerações defende-se a hipótese de que o trabalho decente, possui significados diversos quando se analisa a memória institucional confrontando-se com o significado para as comunidades tradicionais ribeirinhas, e assim comprova que o perfil do trabalho decente de Porto Velho/Rondônia diverge do perfil das comunidades tradicionais e ribeirinhas impactadas pela construção das UHEs no Rio Madeira, constatando-se violações ao trabalho decente e expondo as condições de risco e vulnerabilidade enfrentadas.

Palavras-chave: Trabalho Decente. Usinas Hidrelétricas. Comunidades ribeirinhas. Amazônia. Impacto Social.

ABSTRACT:

The present work aims to demonstrate the violations of decent work in the processes of compulsory displacement of the traditional riverside inhabitants and their ideological specificities regarding the construction of works in the Complexo do Rio Madeira, specifically those impacted by Santo Antônio Energia (SAE). This dispute over the occupation of the territory of traditional Amazonian communities by the Hydroelectric Plants project is observed in several documents of the environmental licensing and also in oral manifestations that have discursive formations of meanings also evidenced in interviews in the research. There was a predominance of economic development widely disseminated by institutions interested in the undertakings and the silencing of significant sectors of organized society and the population in general, at the time of the compulsory displacements suffered by the Amazonian population. The corpus of analysis is based on the environmental licensing of Santo Antônio Energia and semi-structured interviews with random representatives of the communities: Novo Engenho Velho, Vila Nova Teotônio and Settlement Santa Rita. This is a basic research, with descriptive exploratory character, as it allows familiarity between the researcher and the researched topic. With these considerations, the hypothesis is defended that decent work has different meanings when analyzing the institutional memory, confronting it with the meaning for the traditional riverside communities, and thus proving that the profile of decent work in Porto Velho/Rondônia differs of the profile of traditional and riverside communities impacted by the construction of HPPs on the Madeira River, verifying violations of decent work and exposing the risk and vulnerability conditions faced.

KEY WORDS: *Decent Work. Hydroelectric Plants. Riverside communities. Amazon. Social Impact.*

Índice de Ilustrações

Figura 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	23
Figura 2 - Pessoas ocupadas e nível da ocupação em Rondônia	26
Figura 3 - Framework - Definições teóricas.....	41
Figura 4 - Cachoeira do Teotônio	49
Figura 5 - Impactos Negativos da UHEs - Global (MORET, 2018).....	56
Figura 6 - Método Sistemático de Libault.....	63
Figura 7 - Metodologia e aplicação teórica da tese	64
Figura 8 - Desenho da Pesquisa.....	65
Figura 9 - Tabela - Framework com definições teóricas e operacionais	67
Figura 10 - Quadro de categorias para análise	71
Figura 11 - Análises e identificações.....	72
Figura 12 - Classificação da Pesquisa	73
Figura 13 - Local de realização das entrevistas	74
Figura 14 - Vila Cachoeira do Teotônio.....	81
Figura 15 - Casa em Engenho Velho	82
Figura 16 - Índice de entrevistas.....	94
Figura 17 - Dados da Entrevista - Ajuda para o comércio	96
Figura 18 - Dados de entrevistas - Crescimento econômico	98
Figura 19 - Retrata a época de grande movimentação na Cachoeira Teotônio.....	100
Figura 20 - Orla atual da Vila Nova Teotônio assoreada por lama	101
Figura 21 - - Dados de Entrevista - Diálogo Social.....	103
Figura 22 - Casas entregues pela SAE.....	104
Figura 23 - Investimentos na terra	105
Figura 24 - Tanques na Comunidade Vila Nova Teotônio.....	106
Figura 25 - Flutuante Novo Engenho Velho	107
Figura 26 - Dados da Entrevista -Turismo Sustentável	109
Figura 27 - – Dados da Entrevista - Criação de Emprego Produtivo de qualidade para Homens e Mulheres.....	111
Figura 28 - Dados das Entrevistas - Proteção Social	113
Figura 29 - Lixo hospitalar acumulado	114
Figura 30 - Tabela - Identificação das Formações Discursivas	120
Figura 31 - Resultados das Violações e como adequar ao 8º ODS da Agenda 2030 da ONU	122

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 Trabalho decente	21
2.1.1 ONU, Agenda 2030 e a melhoria das condições socioambientais	27
2.1.2. OIT e perfil do trabalho decente	31
2.1.3 Características do “Trabalho Decente” em PORTO VELHO	34
2.2 Impacto social conceitos e teoria.....	38
2.2.1. Impactos Sociais na Amazônia	42
2.2.2. Impactos Sociais das Usinas Hidrelétricas.....	44
2.3. Comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia impactos e conflitos.....	46
2.4 Apagamento e invisibilidade dos conflitos sociais decorrentes dos deslocamentos compulsórios	51
2.5. Riscos e vulnerabilidades das comunidades deslocadas compulsoriamente.....	54
2.6. Análise do discurso aplicada ao estudo das violações ao trabalho decente das UHE’s nas comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia	58
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
3.1. Aplicação da análise do discurso nos dados da pesquisa	64
3.2 Definições teóricas e operacionais	66
3.3 Categorias para a aplicação do método de Análise do Discurso	70
3.4 Classificação, materiais e instrumentos da pesquisa.....	72
4 DADOS E RESULTADOS	77
4.1 Contextualização do sujeito, história e linguagem ribeirinha.....	77
4.2 Caracterização das comunidades tradicionais ribeirinhas deslocadas e reassentadas pela UHE Santo Antônio	79
4.3. A luta dos movimentos sociais contra o pensamento abissal: os impactados no processo de construção das usinas.....	84
4.4 Sistema de referência dos entrevistados	93
4.5 Aplicação do método de “AD” e metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU:	94
4.5.1. Meta – Ajuda para o comércio	96
4.5.2. Meta – Crescimento econômico.....	98
4.5.4. Meta –Turismo Sustentável	109
4.5.5. Meta – Criação de Emprego Produtivo de Qualidade para Homens e Mulheres.....	111
4.5.7. Meta – Produtividade das Economias	116
4.5.8. Meta – Violações ao Direito do Trabalho	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS	130
APÊNDICES.....	135
I – Comitê de Ética em Pesquisa – UNIR	135
II – Entrevistas e documentos	135

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco temático a análise das violações ao Trabalho Decente² ocorridas nas comunidades tradicionais³ da Amazônia, após a construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira. A pesquisa realizada por meio de dados obtidos em revisão bibliográfica com a temática de impactos produzidos por usinas hidrelétricas em comunidades tradicionais amazônicas, bem como entrevistas semiestruturadas que será melhor detalhada nos procedimentos da pesquisa, sob o prisma da teoria do Impacto Social, utilizando-se da Análise de Discurso para compreender os significados e assim, realizar o filtro para análise das violações.

Com os resultados, foi possível mensurar a existência ou não das violações, quais foram encontradas na pesquisa, o grau dessas violações e de que modo afetam o território, os (efeitos de) sentido de trabalho decente de acordo com o viés identitário dessas comunidades.

Compreende-se que os direitos humanos e o trabalho decente nas comunidades tradicionais são mediados pela cultura, o modo de vida, as vivências que são especificidades características das relações e identidades, mediados pelos entornos dos rios amazônicos, utilizando, portanto, o paradigma decolonialista que se distancia do pensamento abissal (Santos, 2007), também não se pode impor um caráter universalista para as comunidades tradicionais.

O motivador e a inquietação para a imersão nesta temática de pesquisa, tem influência na formação acadêmica em direito no curso de graduação que se manifesta pelo caráter inclusivo de que todos devem ter acesso à Justiça, no mestrado em administração que estabelece as “regras do jogo” entre os interessados por um fenômeno ou uma intervenção.

No curso de doutorado em desenvolvimento regional e meio ambiente, possibilitou por meio das disciplinas obrigatórias e optativas, expandir a visão e o conhecimento do estado de Rondônia, tendo como referência as teorias do

² A noção de trabalho decente está, assim, estreitamente vinculada à noção da dignidade no trabalho. Ela integra as dimensões quantitativas e qualitativas do emprego. Propõe não apenas medidas de geração de postos de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que gerem renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras ou degradantes (ONU, 2015).

³ Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras-de-coco-de-babaçu, pescadores, entre outros.(Lira e Chaves, 2016, p.22)

desenvolvimento, focando nas alterações ambientais, sociais e trabalhistas e o trabalho decente, produzidas e ocasionadas pelos grandes empreendimentos/projetos de desenvolvimento comuns ao território amazônico, mais especificamente no estado de Rondônia que em 1960 tinha uma população de 111 mil habitantes e em 2023 chegou a 2 milhões de habitantes. Rondônia apresenta um acumulado de área de desmatamento de 66.135 km², o equivalente a 13,73% da Amazônia Legal (PRODES, 2023) ⁴. Esta trajetória aguçou as inquietações de quais interferências ambientais, sociais e de direitos humanos acontecem no século XXI pela implantação de uma usina hidrelétrica, destaca-se que a tecnologia e as metodologias de implantação de empreendimentos estejam mais desenvolvidas neste momento que na década de 1970, bem como a legislação esteja mais restritiva e os órgãos de controle e fiscalização estejam mais atuantes.

O recorte para a pesquisa parte de um escopo de vida tradicional que é o modo de vida ribeirinho, aqueles que moram no entorno do Rio Madeira e se relacionam com o rio. Muitas vezes as condições de vida são vulneráveis, famílias que habitam em casas de madeira, por vezes sem acesso à energia elétrica, mas que tem como referência de vida vivida⁵ (Escobar, 2015). O rio, a pesca, as matas, a produção de culturas não perenes⁶ no barranco⁷, produção de farinha ou mesmo pequenas atividades econômicas comerciais à beira do rio.

A economia é estritamente familiar, vivem da caça, da pesca, da roça, da extração vegetal da floresta que é repassada por história oral dos conhecimentos e ofícios. As crianças já pescam, remam, coletam frutos, cozinha, lidam com a terra e exercem outras atividades produtivas, entretanto não tem acesso facilitado à educação e saúde.

Mesmo que a apropriação e o conhecimento sejam um diferencial deste século, os empreendimentos capturam os territórios com tecnificação, mas não conseguem conhecê-lo, porque só os ribeirinhos conhecem as matas, as ervas e as plantas e seus

⁴ Disponível Em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em 02.mai.2023. 11h02

⁵ Para Arturo Escobar o território de vivência, ou de vida vivida, são espaços importantes de produção de conhecimento e estratégias relacionadas às identidades e à vida, e representam uma proposta inovadora em face da crise social e ecológica dos territórios. O conceito de "território" é entendido como um espaço que abrange tanto aspectos físicos quanto epistêmicos, e onde a vida se manifesta de acordo com uma ontologia específica. Em ontologias relacionais, seres humanos e não-humanos (orgânicos, não-orgânicos e espirituais) formam parte integrante desses mundos e estão inter-relacionados.

⁶ Na várzea, no sistema de roça, é plantado em períodos mais curtos a mandioca, intercalando com outras culturas tipo milho, abóbora jerimum, maxixe, banana, feijão de corda, melancia, batata.

⁷ A produção no barranco é complementar à produção na várzea, ampliando a área de produção da roça.

usos medicinais que receberam como dádiva dos mais antigos, dominam o rio com as cheias e as vazantes.

Para a compreensão do trabalho decente e os modos de vida dos ribeirinhos, toma-se a Análise de Discurso que reflete o dito, o não dito e seus signos, visando identificar as formações discursivas. Nesta compreensão, há que considerar o “Outro” aquele que não é o “Nós”, que tem base em outra perspectiva.

As comunidades ribeirinhas na Amazônia são diversas, mas as tecnificação dos grandes empreendimentos, neste diapasão das Usinas Hidrelétricas, normalizam como se só existisse uma comunidade, por isso, os deslocamentos e reassentamentos compulsórios produziram situações de grave vulnerabilidade social, ambiental e econômica, portanto, esses fatores, produziram danos ao direito inalienável à vida digna desses habitantes amazônicos, especificamente em Rondônia.

Embora as modalidades de deslocamento possam variar, a causa geralmente está relacionada ao interesse econômico de apropriação do território, muitas vezes baseado em períodos prolongados de ocupação por populações locais. Nas finanças, os laços com o território são reduzidos à unidimensionalidade de seu valor econômico e à perspectiva de rendimentos futuros, o que exige a garantia da propriedade individual em perpetuidade. Isso impulsiona os processos de financeirização da terra e da moradia, que frequentemente resultam em remoções e deslocamentos forçados. Aqueles que buscam dominar ou se apropriar do território consideram apenas seu valor econômico, e os impactos negativos dessas remoções são imensos, aprofundando a pobreza e destruindo comunidades, deixando milhões de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade (Rolnik, 2015, p.149; Sassen, 2016, p.13; Moret e Nogueira, 2020).

A captura do território pelos grandes empreendimentos atenta: a) o trabalho com decência; b) o meio ambiente equilibrado e, c) as condições imprescindíveis para a qualidade de vida da pessoa humana. Estes pontos, preconiza a Organização das Nações Unidas – ONU (ONU, 1945).

O trabalho decente se confunde com os modos de vida, porque a vida vivida e equilibrada com o meio ambiente é o ponto central dos direitos à vida digna.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que ao todo somam 17 ODS interconectados que são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam

desfrutar de paz e de prosperidade (ONU, 2015).

O locus pesquisado, tem como recorte o interior da região amazônica, em sua porção ocidental, precisamente na cidade de Porto Velho e seus distritos, diretamente impactados pelos empreendimentos hidrelétricos, especificamente as comunidades que foram reassentadas e perderam seu contato direto com o Rio Madeira, tais como a Comunidade Santa Rita, Vila Nova Teotônio e Novo Engenho Velho, bem como aqueles que sofreram impactos em sua terra produtiva. O período de análise, embora ter sido coletados dados em 2021 e 2022, compreende o período histórico antes da construção das Usinas Hidrelétricas, pois retrata as lembranças dos entrevistados, bem como alguns registros fotográficos, aos dias atuais, onde foi possível fazer o registro comparativo.

O problema da tese é que o significado de desenvolvimento sustentável para os atingidos por barragens que foram deslocados compulsoriamente, não foram observados e que sofreram violações na configuração de Trabalho Decente, 8º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável pela ONU na Agenda 2030, portanto, é um impacto social sofrido pelas comunidades estudadas no presente trabalho.

Para buscar responder ao questionamento proposto, partiu-se da hipótese, fundamentada no referencial teórico de impacto social na Amazônia de que as situações de vulnerabilidade geradas pelos deslocamentos e reassentamentos compulsórios produziram danos ao direito inalienável à vida digna ribeirinha, especificamente nas atividades produtivas, econômicas e ao exercício do trabalho decente, ou seja aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, em que sejam respeitados os direitos fundamentais e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias, assim também proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros), permitindo satisfazer as necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança, englobando ainda o direito à representação e à participação no diálogo social.

São danos irreparáveis e irreversíveis aos modos de vida do ribeirinho, conforme Arturo Escobar, há que se “ [...] defender as culturas locais frente à normalização por culturas dominantes para que possam transformar-se em forças políticas e de vida efetivas” (Escobar, 2005), considerando que são “grupos humanos que se diferenciam em sua realidade e vivência, reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada”. Possuindo relações que tem como base a

cooperação social, bem como relações próprias com a natureza, características que podem ser observadas nos povos tradicionais indígenas e demais povos “que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos” (Diegues, 2000, p. 22)

Assim, surgiu a segunda hipótese, com base no referencial teórico de Trabalho Decente, que é decorrente da primeira para que haja a aparente normalidade da implantação de empreendimentos deve promover apagamento dos conflitos sociais gerados pelas violações ao Trabalho Decente e também, que a invisibilidade se observa em determinadas disputas, ocorridas pelo deslocamento compulsório proporcionado pelo empreendimento da Usina Hidrelétrica “Santo Antônio Energia”.

O objetivo geral desta pesquisa é determinar se existem violações ao trabalho decente na UHE da Santo Antônio Energia – SAE no Rio Madeira e avaliar sua gravidade e impacto no território, especificamente das comunidades tradicionais ribeirinhas deslocadas, por meio da coleta de dados bibliográficos e de entrevistas semiestruturadas embasadas na teoria do Impacto Social. Para tanto, serão analisados os discursos dos entrevistados para identificar possíveis apagamentos de conflitos sociais em comunidades amazônicas e seus efeitos sobre os sentidos atribuídos ao trabalho decente.

Como objetivos específicos elencamos:

- a) Conceituar e sistematizar o que é trabalho decente e os impactos sociais na Amazônia decorrentes dos empreendimentos de usinas hidrelétricas, sob a perspectiva das comunidades tradicionais atingidas. Buscando pelo sentido de trabalho decente a partir das perspectivas dos atores sociais envolvidos - atingidos e instituições/organizações que operaram o processo de deslocamento.
- b) Verificar os impactos dos empreendimentos hidrelétricos de Santo Antônio sobre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, as violações ao trabalho decente, bem como a existência, o apagamento e a invisibilidade dos conflitos sociais decorrentes dos deslocamentos compulsórios;
- c) Destacar os fundamentos da Análise do Discurso para a tese, os materiais, procedimentos e instrumentos de coleta de dados em relação à população pesquisada, bem como as categorias de análise que orientarão o desenvolvimento da tese;
- d) Aplicar o método proposto a fim de identificar como as violações ao

“Trabalho Decente” e a não observância do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, buscando compreender os (efeitos de) sentidos sobre o trabalho decente afetos à UHE Santo Antônio Energia – SAE no Rio Madeira e o apagamento dos conflitos sociais nas Comunidades Tradicionais Ribeirinhas na Amazônia, após o estudo dos impactos e conflitos socioambientais gerados pelos empreendimentos hidrelétricos no Complexo do Madeira.

O método é pluralista (Creswell, 2015) porque: a) se utiliza da pesquisa qualitativa, com as reflexões e compreensão proporcionadas pela Análise do Discurso de origem francesa, que busca identificar os significados de Trabalho Decente para os tradicionais ribeirinhos; b) assim como, faz-se uso da pesquisa Bibliográfica e Documental, com suporte ainda nas técnicas do Referente e da Descrição Operacional dos Termos.

Quanto aos procedimentos, foram aplicadas entrevistas semi estruturadas, havendo submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa CAAE: 50713521.7.0000.5300, em três comunidades reassentadas que tinham um relacionamento direto com o Rio Madeira, especificamente o Reassentamento Santa Rita cujos moradores entrevistados são provenientes da outra margem do Rio Madeira (Reassentamento Joana D’arc) e que para vender sua produção tinham que atravessar o rio; a outra localidade da entrevista, foi realizada na margem direita do Rio Madeira, o Reassentamento da Vila Nova Teotônio, onde os moradores habitavam a região da Cachoeira e que foi inundada pela área do lago que se formou; e, por fim, os moradores da Comunidade Engenho Velho, residentes à margem esquerda do Rio Madeira e que escolheram uma área à jusante para ser o novo local do reassentamento.

A sistemática metodológica de André Libault divide a análise dos dados em quatro níveis: compilatório, correlatório, semântico e normativo, no entanto a demarcação não fica sempre nítida, havendo interferências entre os níveis.

Em seguida, são categorizadas, conforme quadro estrutural de análise que contém as definições teóricas dos termos e as definições operacionais, como foram analisadas as entrevistas, imagens, vídeos por meio do *software* Atlas TI de análise qualitativa que permite interrelacionar por redes de relacionamentos os discursos dos respondentes que na sequência serão utilizados, aplicando a metodologia da Análise

do Discurso; que consiste em identificar as formações discursivas dos reassentados, da Santo Antônio Energia e das Organizações e Instituições que ditam as “Regras do Jogo” para a configuração do que é o Trabalho Decente.

Em relação aos resultados, contrapõem-se o resultado dos discursos coletados ao que demanda o 7º Objetivo do Milênio, que visa garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e ao 8º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável- 2030 de modo a formular um conceito de “Trabalho Decente” imbricado ao Desenvolvimento Econômico especificamente aplicável às Comunidades Ribeirinhas da Amazônia atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos instalados em suas antigas moradias.

No segundo capítulo para se compreender de modo geral o termo “Trabalho Decente”, elaborou-se um ensaio teórico do termo, bem como as definições institucionalizadas pela ONU na Agenda 2030 e seu enfeixamento com o Desenvolvimento Econômico, o que a OIT considera como indicadores para constituir o Perfil do Trabalho Decente e sua caracterização com o perfil rondoniense cujos índices são comparados no quarto capítulo com os dados coletados em entrevistas. Ainda no segundo tópico, faz-se um aprofundamento teórico sobre a teoria do apagamento dos conflitos sociais e da invisibilidade que serão fundamentais para as reflexões e discussões constantes no último tópico da pesquisa.

No capítulo terceiro dá-se destaque às comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia, a caracterização das Comunidades deslocadas e reassentadas pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e os conflitos sociais no processo de construção das usinas no Rio Madeira.

Para a análise do discurso realizada no quarto capítulo, aplicado ao estudo dos impactos da UHE Santo Antônio Energia sobre as comunidades tradicionais ribeirinhas de Santa Rita, Cachoeira do Teotônio e Engenho Velho, faz-se a contextualização do sujeito, história e linguagem ribeirinha. As características de cada comunidade onde se deram as entrevistas e as capturas de imagens e vídeos, identificando as tradições, modo de vida e principais atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade tradicional.

Traz-se um quadro estrutural com as definições teóricas e operacionais, bem como as categorias que serão aplicadas o método de Análise do Discurso de origem francesa, considerando também a desterritorialização, deslocamentos, assentamentos, modos de produção e subsistência socioambiental.

Também se classifica a pesquisa, os pesquisados, os materiais e instrumentos

utilizados na pesquisa, a necessidade de submissão à Plataforma Brasil, por envolver dados sensíveis de comunidades pequenas com características de identificação que devem ser preservadas. Bem como as épocas de realização da pesquisa em período de seca e de chuvas, os horários em que se podiam realizar as entrevistas, considerando os hábitos da população, a faixa etária, profissão, a situação de subsistência se permanecem recebendo auxílio, quais meios utilizam para a manutenção alimentar própria e da família entre outros dados.

Por fim, é feita a apresentação dos resultados e inferências sobre a análise do discurso no quinto capítulo, a discussão da desterritorialização, deslocamento, assentamento, modos de produção a subsistência socioambiental com os dados relativos ao direito inalienável à vida digna ribeirinha, especificamente nas atividades produtivas, econômicas e ao exercício do trabalho decente, ou seja aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, em que sejam respeitados os direitos fundamentais e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias, assim também proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros), permitindo satisfazer as necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança, englobando ainda o direito à representação e à participação no diálogo social.

Assim, como resultado do trabalho, traz o significado de “Trabalho Decente” entendido e aplicado às Comunidades Tradicionais Ribeirinhas na Amazônia por meio da Análise do Discurso sobre impactos e conflitos socioambientais após os empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira, reflexões e considerações da promoção de trabalho digno para comunidades tradicionais ribeirinhas, auxiliando políticas públicas, fortalecendo os movimentos de mobilização social, buscando meios de criar mecanismos de participação das organizações e instituições responsáveis pela garantia do cumprimento do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, de Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico, bem como fazer reflexões sobre outras perspectivas e novas indicações de pesquisas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No presente tópico da tese, pretende fundamentar conceitos teóricos sobre a concepção do Trabalho Decente, bem como enfatizar as especificidades das comunidades tradicionais e ribeirinhos, que não necessariamente corresponde com a descrição institucional ou da sociedade tradicional ou ainda, com o tratamento que se confere a esse termo. Para se analisar essas visões e versões, é necessário primeiro estabelecer o tradicional conceito de Trabalho Decente.

Nessa seção, busca-se apresentar também, a teoria dos impactos sociais, compreendendo seus principais teóricos e desdobramentos para poder compreender as violações que os deslocamentos compulsórios produziram nas relações de trabalho, bem como sistematizar a base normativa da formulação do significado de “Trabalho Decente”, buscando sua origem no âmbito da Organização das Nações Unidas, que no ano de 2015, formulou a Agenda 2030. Esse tema será abordado de modo a permitir um breve entendimento, a respeito dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (ONU, 2015).

Será ainda na presente seção verificado em que consiste o Trabalho Decente para a Organização Internacional do Trabalho - OIT. Por fim, esses elementos conceituais serão discutidos para traçar as características do “Trabalho Decente” que servirá para o amadurecimento das questões de significação tanto para as instituições, quanto para as comunidades tradicionais ribeirinhas em estudo.

2.1 Trabalho decente

A Agenda 2030 é um plano de ação global adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas. O objetivo da Agenda 2030 é erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos, promovendo o desenvolvimento sustentável.

Entre os ODS, o oitavo é dedicado ao "Trabalho Decente e Crescimento Econômico" e tem como objetivo promover o trabalho digno e a geração de empregos produtivos e de qualidade, erradicar o trabalho infantil e forçado, e garantir a igualdade de oportunidades e remuneração para todos os trabalhadores.

A literatura sobre "Trabalho Decente" e Agenda 2030 aborda diversos aspectos relacionados ao tema, incluindo políticas públicas para o trabalho, direitos trabalhistas,

condições de trabalho, relações de trabalho, igualdade de gênero, formação e capacitação de trabalhadores, entre outros.

Alguns estudos destacam a importância da promoção do trabalho decente para a redução da pobreza e da desigualdade, bem como para o desenvolvimento econômico sustentável. Outros apontam para a necessidade de se investir em políticas de formação e capacitação de trabalhadores para aumentar sua produtividade e competitividade no mercado de trabalho.

Além disso, a literatura sobre o tema enfatiza a importância de se garantir direitos trabalhistas básicos, como salário mínimo, jornada de trabalho adequada, proteção contra o trabalho infantil e forçado, e acesso a benefícios como saúde e segurança no trabalho.

Também é discutida a importância da igualdade de gênero no trabalho, com a promoção de oportunidades iguais para homens e mulheres, bem como a eliminação de discriminações relacionadas ao gênero no ambiente de trabalho.

Em resumo, a literatura sobre "Trabalho Decente" e Agenda 2030 destaca a importância de se promover políticas públicas e ações que garantam o trabalho digno e produtivo para todos, em um contexto de desenvolvimento sustentável e redução da pobreza e da desigualdade.

Na proposta "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", os países se comprometeram a adotar formas assertivas que viabilizassem o desenvolvimento sustentável e sua promoção para os próximos 15 anos, indicando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compostos de 169 metas, para erradicação da pobreza e promoção de vida digna para todos, com respeito aos limites do planeta.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU é um plano de ação elaborado em setembro de 2015 em Nova York, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global, e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

A Figura abaixo confere uma dimensão das várias frentes de trabalho da Agenda 2030 da ONU.

Figura 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2015.

No entanto, essa Agenda não tratou apenas da questão ambiental e sua proteção, mas de vários aspectos da melhoria das condições socioambientais, entre elas, as condições de trabalho e da vida digna humana.

O 8º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU aborda a questão do Trabalho Decente.

Embora a Agenda 2030 tenha elencado a questão do Trabalho Decente entre os seus objetivos, o Brasil, diante de seus inúmeros problemas sociais e laborais, já debatia esses temas há algum tempo.

O conceito de "Trabalho Decente" foi introduzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e refere-se a uma abordagem ampla e integrada para a promoção do trabalho produtivo e de qualidade, que respeite os direitos dos trabalhadores, promova a igualdade de oportunidades e trate dos desafios do trabalho informal.

A OIT define "Trabalho Decente" como aquele que é realizado em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana, e que oferece perspectivas de desenvolvimento pessoal e social. Isso implica o respeito aos direitos trabalhistas fundamentais, tais como a liberdade sindical, a negociação coletiva, a eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado e o combate à discriminação no trabalho.

Além disso, a OIT destaca que o trabalho decente deve ser acompanhado por políticas e medidas que promovam a proteção social, a segurança no trabalho, a formação e a capacitação profissional, a igualdade de gênero e o diálogo social.

Assim, o conceito de "Trabalho Decente" é baseado em quatro pilares

fundamentais: 1. Respeito aos direitos trabalhistas fundamentais; 2. Proteção social para os trabalhadores e suas famílias; 3. Promoção de oportunidades de emprego e de renda e 4. Melhoria das condições de trabalho e segurança no ambiente de trabalho.

Em suma, o conceito de "Trabalho Decente" abrange um conjunto de princípios e objetivos que visam assegurar que o trabalho seja realizado em condições dignas e justas, que promovam a qualidade de vida dos trabalhadores e suas famílias, e contribuam para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Essa idealização de que o trabalho deve ser a via de acesso a uma vida com dignidade, temática central do trabalho decente, data da agenda civilizatória do final do século XIX e começo do século XX, caracterizada pelas formações dos movimentos sindicais internacionais, juntamente com a formalização das legislações trabalhistas e a própria criação da OIT (OIT, 2015).

A noção de trabalho decente está, assim, estreitamente vinculada à noção da dignidade no trabalho. Ela integra as dimensões quantitativas e qualitativas do emprego. Propõe não apenas medidas de geração de postos de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que gerem renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras ou degradantes. Afirma também uma necessidade de que o emprego seja também associado à proteção social e aos direitos do trabalho, entre eles os de representação, associação, organização sindical e negociação coletiva (OIT, 2015, p.5).

O Brasil assumiu o compromisso perante a Organização Internacional do Trabalho – OIT em junho de 2003 de adotar medidas para a promoção de Trabalho Decente, configurado em um conjunto de ações que reduzam o mercado informal de trabalho, nesse sentido, foi construído o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente por meio de diálogo e cooperação de diversos órgãos do governo federal, com a participação da sociedade civil organizada, traduzindo-se em uma referência de fundamental importância para que se prossiga o debate dos desafios para o avanço de políticas públicas de emprego e proteção social.

Constam no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente os principais problemas estruturais da sociedade e do mercado do trabalho a serem enfrentados para se atingir o objetivo de fortalecer e capacitar o Estado brasileiro, quais sejam:

- a extensão da cobertura da proteção social;
- a parcela de trabalhadoras e trabalhadores sujeitos a baixos níveis de rendimentos e produtividade;

- a pobreza e a desigualdade social;
- as condições de segurança e saúde nos locais de trabalho, sobretudo na zona rural;
- as desigualdades de gênero e raça/etnia;
- o desemprego e a informalidade;
- os elevados índices de rotatividade no emprego.

Destaca-se que o trabalho formal se contrapõe à ideologia da lógica do mercado de consumo que visa o lucro e que fomenta à informalidade, considerando que a formalidade e regramento institucional do trabalho diminui a concorrência desleal, bem como a sonegação de imposto (Batista, 2014, p.121).

A partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente, de 2006, a promoção do Trabalho Decente tornou-se prioridade política de 2003 a 2005 do Governo brasileiro e demais governos do hemisfério americano, amplamente discutida em onze conferências e demais reuniões internacionais de grande relevância (OIT, 2006).

Dentre as prioridades da agenda nacional, conforme Ministério do Trabalho e Emprego - MTE consta a geração de mais e melhores empregos, respeitando a igualdade de oportunidades de tratamento, bem como a erradicação do trabalho escravo e a eliminação do trabalho infantil (Brasil, 2014).

É preocupante observar que os aspectos fundamentais objetivados em destaque, a serem combatidos e/ou reduzidos para que se alcance o trabalho decente em nossa sociedade brasileira, demonstra que muito há que ser evoluído quando se faz um comparativo com outros países.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publica um estudo denominado Síntese de Indicadores Sociais (SIS), trazendo a análise das condições de vida da população brasileira, a última publicação no ano de 2021 retratou a distribuição dos rendimentos no Brasil de 2012 a 2020 com subsídios para estudar as dimensões centrais que determinam as condições de vida da população brasileira, as desigualdades de rendimentos e a situação de pobreza.

Ressalta-se que no ano de 2020 houve a implementação de programas emergenciais que transferiram renda para combater os efeitos da pandemia de COVID-19, o que altera os indicadores e há ruptura da tendência ocorrida. Por um lado, os programas sociais trouxeram impactos benéficos no rendimento domiciliar, mas que alteram a realidade de renda do brasileiro no período da análise.

Um dado histórico no mercado de trabalho no Brasil é a característica de baixo rendimento, elevada desigualdade entre trabalhadores e marcante heterogeneidade

entre as atividades econômicas (IBGE, 2021).

A formação econômica brasileira se configura no modelo primário-exportador, com base na exploração extensiva de recursos naturais e abundantes recursos humanos que contribuíram para a formação do sistema com a característica de elevada concentração de renda.

O Brasil vinha em uma predominante conjuntura desfavorável ao crescimento econômico após 2014, impactando consideravelmente as famílias e o mercado de trabalho, conforme se observa nos indicadores SIS do IBGE 2022. Esses resultados negativos na economia brasileira, especificamente com relação ao mercado de trabalho, dificultando a melhoria das condições de vida da população, sofreram um grande abalo com a pandemia, o que piorou os resultados, conforme se observa a seguir.

Figura 2 - Pessoas ocupadas e nível da ocupação em Rondônia



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023

Conforme se observa, as taxas de ocupação, e de desocupação são grandezas inversamente proporcionais e indica que há uma estabilização que volta a se alterar em 2020, provavelmente em decorrência da pandemia do Coronavírus SARS-Cov2.

O nível de ocupação, que é o número de pessoas ocupadas da população rondoniense em idade ativa, que já havia registrado queda e estabilização em nível abaixo do observado anteriormente a 2019, sofreu outra intensa redução em 2020.

Assim, a desocupação e sua respectiva taxa, cresceram ainda mais em 2020, voltando a cair após o segundo trimestre de 2021.

Em outra perspectiva, o nível de ocupação, com o impacto da pandemia de COVID-19 e seus reflexos na economia em 2020, contribuiu substancialmente e registrou, pela primeira vez, um declínio no nível muito próximo a 50%. Numa

realidade dura de quase a metade da população rondoniense em idade de trabalhar, desocupada ou fora da força de trabalho no ano de 2020.

Há também que se considerar o debate da sustentabilidade, onde o “desenvolvimento sustentável se tornou um campo de disputa, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam” (Bourdieu; 1989, p.81; Nascimento e Costa, 2010). Diversos são os posicionamentos e medidas adotadas pelos governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organizações.

Assim, pauta-se nas dimensões de desenvolvimento sustentável (econômica, ambiental e social), significando o modo de produção e consumo que garanta a autorreparação dos ecossistemas, com contínua inovação tecnológica e que os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna, erradicando a pobreza e reduzindo desigualdades (Nascimento, 2012).

De outra monta, tem as definições de “sustentabilidade social”, geralmente a descrevem como uma condição positiva, ou como um objetivo a ser alcançado e ainda, onde se considera não existir, a comunidade pode ser considerada “em risco” e necessitada de apoio (Mckenzie, 2004, p.26).

Tecendo desse modo, as multifacetadas que devem ser observadas e consideradas na análise da tese, evidenciando ainda que a sustentabilidade também é, às vezes, vista como um ativo, ocorrendo naturalmente e em diferentes graus dentro das sociedades, o que lhes permite manter a coerência e superar mudança e sofrimento, o que é muitas vezes chamado de “capital social” (Mckenzie, 2004, p.26). Assim, seguem os tópicos que identificam melhor o recorte dos Objetivos de Desenvolvimento Sociais da Agenda 2030 da ONU, de acordo com os objetivos da pesquisa.

2.1.1 ONU, Agenda 2030 e a melhoria das condições socioambientais

Desde 1972 na Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo na Suécia, questões globais sobre o meio ambiente passaram a ser discutidas. Nessa ocasião, reuniram-se 113 países e inúmeras instituições públicas e privadas e foi elaborada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano.

Passados quase trinta anos, em setembro de 2000, em Nova Iorque, sede das Nações Unidas, os líderes mundiais se reuniram para discutir e adotar a Declaração do Milênio, com oito objetivos globais: acabar com a fome e a miséria; educação

básica de qualidade para todos; igualdade entre sexos e valorização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde de gestantes; combater a AIDS, malária e outras doenças; qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e por fim, todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Países membros concordaram com a implementação dos oito objetivos até 2015 e 192 signatários pactuaram com o compromisso global de redução da extrema pobreza (ONU, 2020).

Dando prosseguimento nesse compasso, em 2015 foi lançada a Agenda 2030 com dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, processo que envolveu a participação de setenta países com sua sociedade civil, a comunidade científica e todo o sistema da ONU, buscando proporcionar diversidade de perspectivas e trocas de experiências.

O documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é um *checklist* das ações para a comunidade internacional aplicar nos próximos anos, um plano de ação que contempla todas as pessoas e o planeta. A composição da Agenda 2030 contempla princípios e objetivos, resultados esperados; os meios de implementação e roteiro de acompanhamento e revisão. Ressalta-se que os 17 ODS são integrados e indivisíveis, pautando-se nas três dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental (Campos, 2022, p.34).

Conforme apontado ao norte, verifica-se que a questão do trabalho é uma preocupação não apenas diante de um cenário da economia interna, conquanto se possa apaziguar as questões relativas ao desenvolvimento econômico de dado país, mas, sim, uma perspectiva de alcance global. Isto porque, conforme os ditames da Organização das Nações Unidas, o crescimento econômico somente poderá ser operado pelo trabalho decentemente remunerado, de modo que a circulação de mercadorias e serviços será operacionalizada.

Ainda, o ODS 8, expressa que o crescimento econômico será promovido de maneira sustentada, inclusiva e sustentável, havendo emprego pleno e produtivo, além de trabalho decente para todos. Desta maneira, verifica-se que o desenvolvimento econômico não será operado de maneira indiscriminada, não levando em consideração os aspectos sociais de determinada região, imiscuindo-se do necessário cuidado com relação ao meio ambiente.

Neste sentido, a promoção de melhorias das condições socioambientais é

necessária, contudo, não poderá ser realizada quando em desrespeito às formas de vida, manifestação cultural e formação social das comunidades ribeirinhas. Isto porque estes povos possuem a sua própria forma de organização social e o seu contato com a natureza é mais próximo do que as expressões de vida inteiramente urbanas, considerando que, assim como os povos da floresta, por exemplo, vivem naquela região, vivem daquela região.

Partindo-se da premissa do desenvolvimento sustentável como uma construção social e política, o que torna possível ir além da busca de um modelo unitário e definição precisa, mas se concentra nos objetivos subjacentes à formulação de cada um dos dois conceitos “sustentável” e “desenvolvimento”.

O conceito de “sustentável” e “sustentabilidade” tem origem no contexto de discussões sobre a colheita e manejo de recursos renováveis, como a floresta e a pesca, de forma a não danificar suprimentos futuros, o grande debate que se verifica é a percepção de que, além ou em conjunto com a necessidade de manter as condições ecológicas, existem condições sociais de interação entre a humanidade e a natureza, que influenciam essa sustentabilidade ecológica (Lélé, 199, p.609)

Verifica-se que no Brasil, mais especificamente na Região Norte, a ideia de desenvolvimento, não raro, é concebida de forma alheia às questões atinentes às condições socioambientais. Isto porque, foram construídas algumas Usinas Hidroelétricas que, muito embora possam ter promovido determinado avanço social, com a produção de energia, geração de emprego, os impactos ambientais foram inegáveis, e a realocação de povos tradicionais para ambientes que lhes são estranhos se operou de maneira irretratável.

Um primeiro exemplo é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Localizada ao Norte do Estado do Pará, a usina teve sua construção iniciada em junho de 2011 e concluída em novembro de 2019. Contudo, ainda que não concluída, a obra foi inaugurada em maio de 2016. O segundo exemplo, desta vez localizado no Estado de Rondônia é a Usina Hidrelétrica de Jirau, construída entre os anos de 2009 e 2013, sendo inaugurada em 2012.

Como cediço, a construção destas obras exigiu investimento bilionário do Governo Federal. Levou-se em consideração apenas os impactos econômicos das obras, ignorando toda a dinâmica social envolvida, deixando à margem os relatórios de autarquias federais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Assim, resta evidente que a preocupação com o meio

natural somente é pertinente quando da sua utilização para os interesses do poderio econômico, sendo mero instrumental.

À época foram apontadas uma série de impactos socioeconômicos que a construção destas usinas poderia ocasionar, além dos impactos socioambientais. Entre 2009 e 2006, a Usina de Jirau recebeu aproximadamente quinze multas exaradas pelo IBAMA, havendo, inclusive, petição do Ministério Público Federal para que se procedesse o cancelamento da licença de operação da usina hidrelétrica de Jirau, por uma série de motivos, entre elas o não cumprimento das condições relativas ao licenciamento ambiental, e a não reparação das famílias diretamente impactadas pela construção das obras da usina.

À reboque, resta patente que a construção das usinas impacta a questão socioambiental, pois, em razão da modificação daquele trecho do rio, notadamente houve uma alteração no fluxo dos cardumes, comprometendo a subsistência das pessoas que vivem de maneira quase exclusiva da pesca, seja para consumo pessoal e familiar, seja como mercadoria nos mercados da proximidade, além da possibilidade de permuta.

A questão é complexa, até porque, conforme documentação do IBAMA⁸, em relação aos impactos da construção das usinas. Emergiram algumas questões que não foram consideradas previamente. A primeira questão do documento é em relação ao número de pessoas afetadas. Isto posto, verifica-se que não foram levadas, num primeiro momento não se considerou as comunidades localizadas na região as quais não detinham a titularidade das terras que ocupavam, mas que ali viviam. De acordo com o documento em questão, cerca de dois mil ribeirinhos não detêm os títulos

Neste horizonte, verifica-se que tentou-se reduzir a problemática dos povos que ali viviam, com a realocação dos povoados bem como o reassentamento de suas atividades produtivas, conforme aponta Eduardo Renato Zimmerli (Zimmerli, 2012, p. 103):

O Programa de Remanejamento da População Atingida deste empreendimento está subdividido em dois subprogramas: o Subprograma de Remanejamento da População Atingida e Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas. No caso do primeiro, a delimitação do número de pessoas a serem reassentadas tem um equívoco em relação às pessoas a serem compensadas, uma vez que considera

⁸ Licenciamento Ambiental – SEI - 02001.000508/2008-99

apenas àquelas pessoas que vivem na área até 100 metros da margem do rio, em flagrante violação legal, que exige a criação de uma Área de Proteção Permanente (APP) de 500 metros para rios com larguras superiores a 600 metros, caso do Rio Madeira (Zimmerli, 2012, p. 103).

Ainda, conforme estudos realizados por Leanne Farrel (2008), no assentamento Joana D'Arc, somente os moradores com a titulação do imóvel devidamente documentada, seriam recompensados. Ainda, no mesmo estudo, diz-se que somente os moradores em uma região de aproximadamente 30 metros de distância do rio que foram notificados do reassentamento, de modo que se demonstra, por si só a contagem subestimada dos estudos apresentados para o início da construção.

Importa correlacionarmos a questão dos impactos causados pela construção das usinas supramencionadas, com as perspectivas da Agenda 2030. Conforme alhures, a construção destas usinas não se operou a par dos ditames da Agenda 2030, de modo que os impactos socioambientais foram flagrantemente superados, razão pela qual insurgiram alguns movimentos sociais como Movimento Atingidos por Barragens (MAB), que já existiam em outros Estados da Federação, mas que não era uma realidade em solo rondoniense.

2.1.2. OIT e perfil do trabalho decente

A respeito da Organização Internacional do Trabalho, em 1999 a organização formalizou o conceito do que é o trabalho decente. De acordo com a mesma, vislumbra-se no aspecto de promoção de oportunidades sociais, independentemente do gênero, de maneira que seja ofertado um trabalho produtivo e de qualidade, em respeito aos direitos humanos, a fim de que a pobreza seja ultrapassada, e a desigualdade social seja superada.

O conceito é dado partindo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de sobremodo que foi definido pela Organização das Nações Unidas. Nos dizeres Láis Abramo, diz-se sobre o trabalho decente:

É trabalho adequadamente remunerado, exercido em liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir vida digna. O conceito se apoia em quatro pilares: os direitos e princípios fundamentais do trabalho, a promoção do emprego de qualidade, a extensão da proteção social e o diálogo social (Abramo, 2006).

Não obstante, verifica-se que a perspectiva do trabalho decente é compatível com a prescrição constitucional acerca das atividades econômicas e dos direitos sociais, conforme Art. 1º. III, IV, Art. 3º, I, II, III, IV, Art. 7º, entre outras passagens da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

Portanto, verifica-se que o trabalho decente, de acordo com as Organização Internacional do Trabalho é sustentado a partir de quatro pilares, os quais são chamados de objetivos estratégicos que serão destacados e discutidos brevemente a seguir. Vejamos:

O trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT:

- o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);
- a promoção do emprego produtivo e de qualidade;
- a ampliação da proteção social;
- e o fortalecimento do diálogo social.

A concepção de trabalho decente está prevista em norma formalmente constitucional, havendo, pois, uma preocupação do Constituinte Originário. Há, portanto, na Constituição, a referência e destaque ao trabalho decente, haja vista que a sua concepção está umbilicalmente relacionada com os ditames normativos das relações de trabalho brasileiras.

Assim, pode-se dizer que o trabalho é uma forma de emancipação do indivíduo, conquanto poderá organizar a própria vida a partir do seu sustento, razão pela qual o Estado tem o dever primordial de erradicar as relações de trabalho escravo, além de proteger as formas de trabalho pautadas na extração de frutos da natureza, de um modo geral, o que inclui a pesca (a principal fonte de sustento das comunidades ribeirinhas).

A construção destas grandes obras, conforme se vê, ignora a existência destas comunidades, de modo que compreendem que a relação com a natureza é meramente situacional, acreditando, não raro, que a mera realocação destas pessoas em outro ambiente poderá suprir as lacunas deixadas pela inserção de uma nova realidade. É preciso ir além.

No tocante ao emprego produtivo e de qualidade, a questão é ainda mais

relevante. Considerando que na região em que primeiro se encontravam, os moradores destas comunidades ribeirinhas conheciam detalhadamente o seu local de vida, conhecendo as intempéries, as mudanças climáticas, e as formas de superar as adversidades que eventualmente algum evento pudesse ocasionar. Seja em períodos de seca ou de cheia, os moradores conheciam bem o rio e dele tiravam o seu sustento.

Com o advento das usinas, houve regiões em que o alagamento foi duas vezes maior que o esperado, o que modifica uma realidade de maneira irretroatável. Assim, o que se demonstra é que na região onde estão atualmente não há peixes sequer para a subsistência.

Diante deste raciocínio, percebe-se que o terceiro objetivo, que é a ampliação da proteção social, verdadeiramente, não é uma realidade no caso em análise. Isto porque, com o advento das usinas, o que se percebeu foi justamente o avesso do pretendido. Com proteção social, o que se pretende é a tutela estatal no combate às desigualdades sociais, de maneira que o trabalho, enquanto elemento emancipatório, poderá suprir as necessidades do indivíduo, provendo dignidade e sustento ao seu lar.

Todavia, destaca-se que ocorreu justamente o contrário. O que se concretizou, em verdade, foi a mera realocação dos moradores das comunidades ribeirinhas a um ambiente que não lhes era natural. Assim, a proteção, que já era ínfima, tornou-se quase inexistente. Havendo, pois, mera mudança de topografia, agravando a questão do trabalho decente.

No que tangencia o diálogo social, quarto objetivo, verifica-se que há um vazio. Diante dos vários relatórios produzidos pelas autarquias federais, as diversas ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal face aos problemas ambientais, sociais e econômicos que esta produção de engenharia poderia proporcionar, a solução estatal foi no sentido de ignorar as consequências, e acatar os desmandos do poder econômico.

Assim, o diálogo, na verdade, foi convertido em um monólogo, considerando que todas as consequências previstas pelos ambientalistas, servidores de autarquias como IBAMA e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, se concretizarem, o valor econômico superou o valor social. Assim, inúmeras vidas foram redefinidas, ainda que em um cenário distante do já consolidado.

Além disso, o 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, possui metas estabelecidas pelo grupo de trabalho constituído com as seguintes perspectivas para as Nações

Unidas, com um recorte de acordo com a realidade brasileira.

O Objetivo nº 8 da Agenda 2030 das Nações Unidas busca promover o trabalho decente e impulsionar o crescimento econômico. Para alcançar essa meta, são estabelecidas várias metas específicas. Estas incluem sustentar o crescimento econômico per capita nos países menos desenvolvidos, aumentar a produtividade econômica por meio da diversificação e inovação, promover políticas de desenvolvimento que apoiem a geração de empregos decentes e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, melhorar a eficiência global dos recursos no consumo e produção, alcançar emprego pleno e trabalho decente para todas as pessoas, erradicar o trabalho forçado, a escravidão moderna e o trabalho infantil, proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros, fortalecer o acesso a serviços financeiros e aumentar o apoio ao comércio para os países em desenvolvimento. Essas metas visam promover a sustentabilidade socioeconômica, a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos humanos no contexto do trabalho e do crescimento econômico⁹.

As metas são fixadas para as Nações Unidas e ao Brasil a nível de Estado Nacional, para a presente pesquisa, são observadas o cumprimento ou não de algumas metas. Ressalta que por não fazerem relação com os objetivos do trabalho, algumas das metas do 8º ODS da Agenda 2030 não foram contempladas: a Política Nacional de empregabilidade para jovens e o estabelecimento de Agenda Nacional de Trabalho Decente para Jovens, muito embora, sejam evidenciadas as precariedades de oferta de emprego e oportunidades para os jovens nas comunidades ribeirinhas que foram deslocadas em razão das obras das usinas hidrelétricas no Rio Madeira; também não foi objeto da tese a meta relativa ao trabalho forçado, escravo e infantil e a meta de análise da capacidade das instituições financeiras.

2.1.3 Características do “Trabalho Decente” em PORTO VELHO

O trabalho decente para Rondônia, a ser considerado na tese, tem como parâmetros os indicadores do Observatório do Trabalho Decente criados pela SMartLab, uma parceria do MPT e do escritório da OIT no Brasil.

A iniciativa conjunta do MPT e da OIT Brasil deu origem à Plataforma SmartLab, que tem fortalecido a cooperação com organizações governamentais, não-governamentais e internacionais que atuam na

⁹ https://www.ilo.org/global/topics/sdg-2030/goal-8/WCMS_403787/lang--en/index.htm

promoção dessa agenda e que precisam de informações para tomar decisões sobre as ações que desenvolvem. Por meio de Observatórios Digitais, a plataforma beneficia também a comunidade científica, que passa a ter acesso a informações com facilidade sem precedentes para pesquisa. Além disso, o fluxo público de informações para tomada de decisões baseadas em evidências e orientadas para resultados beneficia a sociedade civil em geral. (SMARTLAB, 2022). <https://smartlabbr.org/>

Da plataforma se extraem os indicadores: o contexto econômico e social; a oportunidade de emprego; rendimentos adequados e trabalho produtivo; jornada de trabalho decente; conciliação entre trabalho e vida pessoal; trabalho a ser abolido; estabilidade e segurança no trabalho; igualdade de oportunidades de tratamento no emprego; ambiente de trabalho seguro; empresas e trabalho decente; seguridade social e diálogo social.

O primeiro indicador diz respeito ao Crescimento Econômico Sustentado, Inclusivo e Sustentável que deve buscar o emprego pleno e produtivo, com trabalho decente para todas e todos. Ao se fazer a análise do contexto econômico e social na localidade, permite compreender os fatores estruturantes e condicionantes dessa meta. Observando os índices, é possível compreender o panorama e comparar alguns dos indicadores fundamentais a qualquer iniciativa de promoção do trabalho decente.

No contexto econômico e social são avaliadas a taxa geométrica de crescimento anual da população em Porto Velho: 2,44; o PIB 17,9 bilhões; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 0,736 (IDHM Alto); a porcentagem da população em situação de pobreza ou extrema pobreza equivale a 15,8% (Smartlab, 2022)

No indicador Oportunidades de Emprego, evidencia-se o trabalho decente, aquele com remuneração adequada que permite acesso a direitos e à proteção social, um mecanismo pelo qual os benefícios do crescimento econômico chegam às pessoas, e assim há redução da marginalização social e se alcança vida digna. Considera-se o meio para se obter o desenvolvimento econômico pelo aumento e melhor distribuição de renda, contribuindo para a diminuição exponencial da pobreza e da fome.

Nesse sentido, os indicadores permitem apresentar um contexto que transcende o mero exame do binômio emprego-desemprego. São considerados os contratos de emprego iniciados celetistas: 12,6 mil; contratos encerrados de emprego celetista: 11,4 mil; o saldo de empregos celetistas: 1,1 mil; a taxa de formalidade: 65,3%; o percentual de jovens que não estudavam e nem estão ocupados: 11,5%; o

número de microempreendedores individuais aferido pelo portal do empreendedor em 2017: 15.883 (Smartlab, 2022).

No quesito Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo, considera-se que o rendimento oriundo do trabalho, é uma das maiores satisfações da população, no que tange ao acesso a bens e serviços no mercado, assim, os indicadores são: o equivalente à remuneração média no setor informal da economia aferido pela RAIS 2019, foi de R\$3,5 mil; em relação aos vínculos administrativos, o valor aferido foi de R\$4,6 mil; tendo o rendimento médio mensal no setor formal, quanto aos vínculos de emprego: R\$2,3 mil reais. Outro indicador, é o rendimento domiciliar de todos os trabalhadores sobre o rendimento total dos domicílios particulares é aferido pelo IBGE de 2010, no percentual de 86,5%.

Por fim, o rendimento médio mensal do trabalho principal da população entre 16 e 64 anos, que possui um rendimento também pelo IBGE, é de R\$1,6 mil. O índice de Gini também é analisado em relação às informações do IBGE para pessoas entre 16 a 64 anos, equivalente a 0,513.

Quanto ao indicador Jornada de Trabalho, a proporção de pessoas ocupadas com jornada de trabalho semanal superior a 44 horas, esse é composto pelo índice calculado da população de 16 a 64, segundo último censo do IBGE de 2010, é de 25,5%. Outro componente do indicador é o tempo médio de trabalho semanal da população ocupada que são as horas semanais trabalhadas pela população de 16 a 64 anos, o equivalente a 39,4 horas semanais.

Evidencia-se que o os rendimentos do trabalho das famílias brasileiras devem conciliar a vida pessoal e a vida familiar, assim, para o trabalho decente e digno, há que haver compatibilidade entre a liberdade de trabalho, não discriminação e permitir um convívio pessoal e familiar articulados.

O indicador Conciliação entre Trabalho e Vida Pessoal engloba os fatores sobre a população de 16 a 64 anos, ocupada, que se desloca entre casa e trabalho, totalizando 71,4%. Também compõem esse indicador o percentual de mulheres de 16 a 49 anos ocupadas, com filhos em idade entre zero a três anos, que frequentam uma creche: 64,8%, segundo dados do IBGE. Engloba também 18,9% de mulheres de 16 a 49 anos, ocupadas com filhos, que estão na faixa de quatro a seis anos e frequentam uma creche.

Em relação ao indicador Trabalho a Ser Abolido, fazem parte dessa análise, adolescentes ocupados fora da condição de aprendiz em idades entre 14 a 15 anos,

segundo o IBGE, no total de 2032 indivíduos, no município de Porto Velho. Outro fator considerado são os adolescentes ocupados, fora da condição de aprendiz de 16 a 17 anos: 3961. Há 487 ações, fiscais de combate ao trabalho infantil, registradas no Ministério do Trabalho entre 2007 2017. Foram resgatados do trabalho escravo no município de Porto Velho e distritos 123 pessoas, segundo levantamento do Ministério Público do Trabalho e da OIT entre 2003 e 2017.

A flexibilização na contratação e demissão, reflete no tempo médio de permanência no emprego, o que impacta no indicador Estabilidade e Segurança no Trabalho, o vínculo de emprego ou admissões para trabalhos intermitentes levado em conta o primeiro trimestre de 2022 (Ministério do Emprego), é de 155 admissões; os vínculos de emprego admissões por tempo parcial equivale é de 115; os vínculos empregatícios até um ano segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2015 equivale a 24,8%.

O indicador Igualdade de Oportunidades leva em consideração homens com cargos de direção calculados segundo o Censo do IBGE de 2010 cujo percentual é de 62,6%; o percentual de mulheres em cargos de direção 37,4% também calculado sobre o IBGE de 2010; a população ocupada como trabalhador doméstico é de 10,6 mil pessoas, sendo que os trabalhadores domésticos com carteira assinada equivalem a 31,5%.

O indicador Ambiente de Trabalho Seguro, considera as notificações de acidentes de trabalho registradas em 2021, o total de 937, segundo o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); as notificações de acidente de trabalho com o óbito, totalizaram quatro pessoas; as concessões de benefício previdenciário auxílio doença por acidente de trabalho foram 318 concessões; as concessões de benefício previdenciário aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho, foram 51 (INSS, 2021).

Na plataforma, consideram que as empresas são a principal fonte de crescimento econômico, pois geram empregos e assim, promovem trabalho decente, assim, o indicador Empresas e Trabalho Decente, considera que em 2015 eram nove mil empresas e organizações por setor, totalizando mais de 10,4 mil estabelecimentos por unidades locais.

O indicador Seguridade Social, universalmente reconhecida, é composta pela previdência, assistência e saúde, considerando também as situações de vulnerabilidade e riscos. Os indicadores são: a população de 16 a 64 anos ocupada

que contribui para o INSS 65,5%; a população de 65 anos ou mais que recebe aposentadoria ou pensões perfazendo um total de 75,4%; as pessoas que recebem o Bolsa Família, PETI ou outros programas sociais nos domicílios: 20 mil; e, a quantidade de beneficiários do benefício de prestação continuada 15,5 mil (INSS, 2019).

O indicador diálogo social, baseado na Cultura de Paz da Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz (ONU, 1999), leva em consideração a resolução pacífica dos conflitos e o respeito e entendimento mútuos, à promoção da democracia e à possibilidade de que todas as pessoas, em todos os níveis, desenvolvam aptidões para o diálogo, negociação, formação de consenso e solução pacífica de controvérsias. Assim, tem-se 69 sindicatos de Categorias Profissionais ativos com sede em Porto Velho e 41 sindicatos de Categorias Econômicas ativas com sede no município (MT-CNES, 2016).

Conforme se observa pelos índices e indicadores de Trabalho Decente no município de Porto Velho, em razão de serem constituídos de modo a medir parâmetros gerais que podem ser aplicados em qualquer município para se obter parâmetros e assim mensurar, verifica-se que para capital de Estado, muitos indicadores de Porto Velho, apresentam valores que indicam estar o município em certos aspectos de modo muito positivo.

Ocorre que são indicadores que não se configuram a realidade da população ribeirinha, o que fundamenta as indagações da presente tese, a invisibilidade ou o apagamento dos impactos sofridos pelas comunidades tradicionais deslocadas, considerando que não tem por hábito, as configurações de trabalho consideradas nos índices aqui destacados e comentados, conforme consta no Painel de Trabalho Decente no Município de Porto Velho/RO.

Com essas considerações, é possível identificar a necessidade de se estabelecer uma outra gramática do trabalho decente a partir da perspectiva de quem vive e trabalha no rio, que considere o pluriverso do humano, ou seja, a recusa das alegações universalistas presentes nos marcos referenciais e que, por sua vez, invisibilizam modos de vida e de trabalho, no entanto não será objeto da presente tese, mas serve como indicação para trabalhos futuros.

2.2 Impacto social conceitos e teoria

Impactos sociais implicam em uma definição importante para as Ciências, porque segundo Latané (1981) é qualquer mudança dentro de uma variedade de estados psicológicos e sentimentos subjetivos, tais como motivações e emoções, conhecimentos e crenças, valores e comportamentos. É importante destacar que o impacto no indivíduo que permeia a tese é resultado de agentes exógenos ao Território, que é resultado da implantação de uma UHE.

Embasando a compreensão de impactos sociais, utiliza-se a definição de impactos como aqueles que incluem efeitos intencionais e não intencionais, podendo ser negativos e positivos, bem como serem efeitos de longo e curto prazo (Wainwright, 2002). Considerando que a utilização ideal dessa mensuração, é para a avaliação do impacto na informação do alinhamento de metas.

As inferências desenvolvidas no presente trabalho, trazem para as discussões, os impactos sociais e o desenvolvimento econômico, temáticas difundidas na comunidade científica de modo que perpassam as barreiras disciplinares, com as mais diversas interpretações. Embora amplamente utilizado o “impacto social” em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo em ciências sociais aplicadas, ciências sociais, saúde pública, psicologia entre outras, há muitas variações de perspectivas (Maas e Liket, 2011).

Tem-se assim, a definição inicial de impacto social, essa interferência que impulsiona mudanças nos estados subjetivos, tais como motivações e emoções, conhecimentos e crenças, valores e comportamentos que o indivíduo venha a sofrer, podendo ser humano ou animal, como resultado das ações ou presença real, implícita ou imaginada de outros indivíduos (Latané, 1981). Freudenburg faz referência a efeitos ou consequências passíveis de serem experimentados por grupos sociais em decorrência de resultado de uma certa linha de ação (Freudenburg, 1986).

Nesse sentido, a teoria do impacto social, proposta por Bibb Latané em 1981, se propõe a prever como e quando as fontes de influência social afetarão um alvo de influência. Sendo uma teoria de um aspecto muito amplo, buscando abranger uma variedade de pensamentos, sentimentos, comportamentos e estados fisiológicos.

A Teoria do Impacto Social nasce com os fundamentos da psicologia e se baseia em três variáveis:

- a) a “força” como uma rede de todos os fatores individuais que tornam uma pessoa influente;
- b) o “imediatismo” que considera se o evento é recente ou se ocorreu há mais

tempo e se houve outros fatores que interferiram; e

c) a quantidade de fontes de influência.

A partir dessas variáveis, Latané desenvolveu três leis: forças sociais, psicossociais e multiplicação/divisão de impacto.

Ocorre que a Teoria do Impacto Social traz variáveis que carecem de maiores especificações, considerando que existem vários fatores que não estão contemplados, na proposição inicial de Latané, a exemplo a persuasão periférica que afeta a confiabilidade do comunicador, o que pode levar à associação de credibilidade com força entre outros aspectos. Assim, utilizaremos no presente estudo as definições conceituais que serão complementadas com o entendimento e demais definições, conforme seguem.

Cita-se a definição que detalha também essa conceituação de impacto social:

Impacto social se refere às consequências para as populações humanas de qualquer ação pública ou privada que altere a forma em que as pessoas vivem, trabalham, se divertem, se relacionam umas com as outras, se organizam para atender suas necessidades e atuam como um membro da sociedade, de maneira geral (Burdge e Vanclay, 1996)

Ainda nesse mesmo entendimento, o impacto se refere à porção do efeito *outcome* total que aconteceu como resultado da atividade de determinado empreendimento, acima e além do que teria acontecido de qualquer maneira (Clark *et al*, 2004). Sendo que os impactos sociais seriam consequências sociais intencionais ou não, positivas ou negativas de intervenções planejadas, podendo ser políticas, programas, planos, projetos e processos que implicam mudança social decorrente de intervenções (Iaia, 2009).

Na seara nacional, encontramos a definição de impacto social como:

ocorrência de mudanças em uma comunidade, população ou território a partir da inserção de uma variável conhecida no sistema (um projeto, programa ou negócio social) em uma relação causal observável entre a mudança e a variável (Brandão *et al*, 2014, p.3).

Essa definição conceitual de impacto social se fundamenta em diferentes definições que se apoiam em atributos metodológicos, de território ou temporais para explicá-lo e amparar as avaliações dos impactos por meio de variáveis a serem mensuradas antes e após a interferência.

Buscando elaborar um quadro teórico que corrobore com as discussões realizadas no tópico específico, apresenta-se o quadro resumo das definições de

impacto social a serem consideradas para a presente pesquisa, conforme se verifica:

Figura 3 - Framework - Definições teóricas

Definição Conceitual	Referências
Por impacto social, queremos dizer qualquer uma das grandes variedades de mudanças nos estados fisiológicos e sentimentos subjetivos, motivos e emoções, cognições e crenças, valores e comportamentos que ocorrem em um indivíduo, humano ou animal, como resultado do real, implícito ou presente, ou ações imaginadas de outros indivíduos.	Impacto Social (Latané, 1981)
Impacto social refere-se a impactos (ou efeitos, ou consequências) que provavelmente serão experimentados por uma gama igualmente ampla de grupos como resultado de algum curso de ação.	Impacto Social (Freudenburg, 1986)
Por impactos sociais entendemos as consequências para o ser humano populações de quaisquer ações públicas ou privadas que alterem as formas de que as pessoas vivem, trabalham, se divertem, se relacionam, se organizam para atender às suas necessidades e geralmente agir como um membro da sociedade.	Impacto Social (Burdge e Vanclay, 1996)
Impactos sociais são as preocupações sociais mais amplas que refletem e respeitam a complexa interdependência entre a prática de negócios e sociedade.	Impacto Social (Gentile, 2000)
Impactos sociais são consequências sociais intencionais e não intencionais, positivos e negativos, de intervenções planejadas (políticas, programas, planos, projetos) e quaisquer processos de mudança social invocados por essas intervenções.	Impacto Social (International Association for Impact Assessment, 2009)

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa.

Assim, a teoria do impacto social possibilita avaliar fontes ou objetos de influência social, que podem causar impacto social, aquilo que pode influenciar sobre os pensamentos, sentimentos ou o comportamento das pessoas, sendo muito utilizada para compreender as situações sociais que exercem influência sobre o comportamento humano. Para a teoria do impacto social, as relações sociais são baseadas em custos e recompensas, sendo que os custos estão relacionados a todos os fatores que impedem ou prejudicam uma relação e recompensas, tudo que contribui para uma satisfação ou proporção de prazer nas pessoas.

Destarte, encerra-se as concepções necessárias para a compreensão das discussões que serão abordadas em tópico específico.

2.2.1. Impactos Sociais na Amazônia

Após tecer o referencial teórico que fundamenta Impacto Social, por meio da ferramenta *Publish or Perish* que é um *software* que recupera e analisa citações acadêmicas, utilizando base de dados online para obter as citações brutas, a partir das bases, analisa-as e calcula uma série de métricas de citações.

Assim, com os termos “*social impact*” e “*Amazon*”, considerando a limitação da ferramenta, obteve-se 996 *papers* que após a exclusão de arquivos em HTML e também os vazios, contabilizados em razão das citações, assim como os ebooks e livros, restaram 165 arquivos em pdf que se passou a fazer a leitura pelos títulos e excluir os que não tinham pertinência temática, restando então 63 papéis que após a leitura do resumo de cada um dos artigos, extraíndo apenas os que traziam Impactos Sociais na Amazônia, restaram então 27 artigos, que se destacam conforme segue.

Do universo de artigos encontrados na revisão bibliométrica realizada, foi possível identificar produção desde o ano de 1963 até 2022, sendo que em apenas 17 anos foi possível encontrar um produto, havendo anos que não houve publicação com essa temática pesquisada, bem como em nove anos houve apenas um *paper* que fizesse menção ao tema “impacto social” no contexto amazônico. Em 2007, 2013, 2016, 2019, 2021 e 2022 houve em cada ano, dois trabalhos com esse tema. Por fim em 2018 e 2020 foi possível encontrar três trabalhos com esse destaque.

Os textos tratam das seguintes temáticas envolvendo Impacto Social e:

- Hidrelétricas ou hidroeletricidade (M Commerford, 2011), (Pm Fearnside, 2016), (H An, W Yang, J Huang, A Huang, Z Wan, M An , 2020) e (Lima, 2022);
- Covid-19 na Amazônia Brasileira (É Stoll, e Capredon, 2021);
- Em comunidades indígenas (Berardi, 2013);
- Produtos que aliviam a pobreza (Pd Stevenson, Ca Mattson, 2018) e (L Trigos-Carrillo, L Fonseca, N Reinoso, 2020);
- Artesãos em Quito, Equador (A Middleton, 2007);
- Desastres naturais (Jr Jovel, 1989);
- Ciências e Biologia (F Watson, 2014), (Ms Reidy, Gr Kroll, Em Conway, 2007), (Hs Sandhu, Vvsr Gupta, Sd Wratten, 2010)

Dentre essas temáticas, há que se destacar as definições que corroboram no mesmo sentido da proposta da presente tese, senão vejamos:

Em estudo dos impactos sociais e ambientais em casos de mineração, desenvolvido por O. Sydd, R. Sairinen, O. Orenius e H. Tiainen (Sydd et all, 2022), a

principal questão de pesquisa levantada foi como as populações locais e vários *stakeholders* percebem o desenvolvimento do sistema proposto e os impactos em suas comunidades, as percepções da comunidade sobre a potencialidade de um impacto, tem um efeito direto no nível de aceitação social de um projeto.

Uma comunidade local pode considerar a mineração aceitável quando os efeitos negativos são mediados e os impactos socioeconômicos contribuem concretamente para a sustentabilidade da comunidade (Esteves, Franks e Vanclay, 2012; Labonne, 1999; Mononem e Sairinen, 2021).

Outro dado relevante, pode ser extraído da pesquisa de Philip Fearnside em 1999, quando pesquisava a UHe's de Tucuruí, no Pará, onde afirma que

Os impactos sociais tiveram pouco ou nenhum papel na decisão inicial de construir a Barragem de Tucuruí. Essa decisão foi amplamente baseada em benefícios financeiros para atores distantes, principalmente no Japão e na França, e para os beneficiários brasileiros dos contratos de construção. Como Tucuruí foi planejada e construída durante o regime militar brasileiro, talvez não seja surpreendente que pouca importância tenha sido atribuída aos efeitos negativos sobre os moradores locais na Amazônia (Fearnside, 1999).

Já a pesquisa desenvolvida por Judith Schleicher trouxe discussões a respeito de áreas de preservação e unidades de conservação na América do Sul, e os impactos que incluem pessoas sendo despejadas de suas casas e desenraizados de suas redes sociais, aumento de conflito humano-vida selvagem, bem como a perda de identidade, pertencimento e acesso à terra e ao patrimônio cultural. E que:

[...] muitos dos mais intangíveis impactos sociais das intervenções humanas não são facilmente passíveis de avaliações quantitativas, mas requerem um envolvimento mais profundo com as pessoas e lugares afetados (Schleicher, 2018).

Corroborando a hipótese da presente pesquisa que os deslocamentos produzem impactos sociais negativos e o decorrente conflito social, os estudos de Rincon e Kallis em 2012, "*Caught in the Middle*", a guerra da Colômbia contra drogas e seus efeitos na floresta e nas pessoas. A Colômbia é o maior produtor mundial de coca. Nesse estudo, demonstra-se que desde 1994, a Colômbia conta com apoio dos EUA na guerra contra as drogas (Rincon e Kallis, 2012).

Ocorre que esse fato atinge a floresta, a dinâmica social, a economia dos municípios e dos camponeses, e tem causado um notável aumento dos conflitos nas forças armadas. No entanto, a técnica utilizada produz um deslocamento na produção do cultivo de coca, numa dinâmica "gato e rato",

Causando ao mesmo tempo deslocamento de atores e pessoas de conflitos armados. No entanto, o deslocamento forçado de camponeses deve estar relacionado principalmente com a dinâmica do conflito armado, mas também com o problema do cultivo da coca (Rincon e Kallis, 2012).

Verificado o estado da arte da arte da produção científica na temática Impacto Social que envolve a Amazônia, e as diversas searas interdisciplinares do conhecimento, destacamos a seguir a identificação na literatura dos impactos sociais produzidos pelas Usinas Hidrelétricas, concluindo o tópico dos impactos sociais e o recorte teórico para a tese.

2.2.2. Impactos Sociais das Usinas Hidrelétricas

Há que se destacar nesse contexto de impactos sociais na Amazônia, as políticas públicas de desenvolvimento que são implantadas por meio de projetos e programas, em conformidade com as competências federadas e mediante processos e procedimentos institucionalizados. No Brasil, em busca de romper a situação de país em desenvolvimento, diversos são os objetivos de projetos, bem como o tamanho, grandeza e abrangência, o que decorre de impactos econômicos e sociais que refletirão de modo difuso num contexto global nacional de desenvolvimento.

As usinas hidrelétricas no Rio Madeira, consideram-se grandes projetos de desenvolvimento econômico e que produziram e produzem impactos na população de intensidades variadas, alguns puderam ser previstos, outros não, e em relação às comunidades ribeirinhas, habitantes tradicionais das áreas que foram inundadas pela região do lago, obrigatoriamente foram deslocadas, algumas indenizadas pela área, outras não, fato esse que iniciam diversos conflitos sociais, objeto que se pretende demonstrar na presente tese.

Há pesquisas que demonstram a insuficiência dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA), em relação aos impactos causados pelas obras do Complexo Madeira (Moret *et all*, 2009; Cavalcante, 2012; Fearnside, 2014; Dória *et all*, 2018), e que as licenças ambientais são realizadas sem a devida participação das comunidades atingidas, o que resultou em diversas demandas por Ações Cíveis Públicas, levando à apreciação do judiciário.

O objeto de pesquisa se concentra nas comunidades tradicionais amazônicas, formadas por habitantes das proximidades do Rio Madeira que sofreram impactos com

a implantação das usinas, especificamente em Vila Nova Teotônio, Assentamento Santa Rita e Novo Engenho Velho, busca-se fazer uma reflexão a cerca do trabalho decente nessa região, considerando trabalho como um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e social.

Relevantes reflexões são encontradas na obra da historiadora Yara AunKhoury “Muitas Memórias, Outras Histórias, Cultura e o Sujeito na História”, com relação aos conflitos sociais que ocorrem, e no contexto da tese podemos traçar um paralelo com o que ocorre, após a instalação de uma usina hidrelétrica, causando rupturas nas relações de convivências, lugar e contexto em que a sociedade estava inserida, e que a partir de então, surgem outros valores que potencializam a desigualdade social que passa a ficar em evidência, cita-se:

Considerando a história um processo de disputas entre forças sociais, envolvendo valores e sentimentos, tanto interesses, e dispostos a pensar e avaliar a vida cotidiana em sua dimensão histórica, a ponderar sobre os significados políticos das desigualdades sociais, nossas atenções se voltam pra modos como processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história. Nesse sentido é que entendemos e lidamos com cultura como todo um modo de vida. Essas significações e os modos como também se constituem em memória são especialmente importantes na posição política que assumimos (Khoury, 2004, p.117).

Nesse contexto de que os impactos sociais desencadeiam conflitos sociais de grande escala, há que se considerar ainda, estudos críticos à minimização dos impactos sociais nos projetos de EIA/RIMA, relevando os impactos para simples recomposições financeiras pela área e indenizações precárias aos reassentados/deslocados, conforme se observa:

O custo social do projeto de geração de energia recai sobre uma pequena parte da sociedade com pouca representatividade econômica para o país. Essa energia produzida em áreas remotas é distribuída para as grandes metrópoles onde está concentrada a economia do país e, por sua vez, o maior consumo de energia elétrica (Queiroz, 2011).

Destaca-se também outros trabalhos relevantes que relacionam os mais diversos problemas antrópicos e evidenciam os impactos sociais desse tipo de empreendimento:

1. Remoção e relocação de populações com vínculos históricos com os processos de uso e ocupação da paisagem (Goldsmith, 1984);
2. Perda de plantios perenes e explorações permanentes (Jeronymo, 2007);
3. Modificações de redes de relações e cooperação com quebra de

- sinergia entre ocupantes de espaço paisagístico;
4. Redefinição do conjunto de relações hierárquicas que define o geobiossistema local da bacia hidrográfica;
 5. Perda de benfeitorias, plantações e áreas agricultáveis ou alagadiças com micro-ecossistemas;
 6. Quebra de paradigmas existenciais resultantes da rede de relações históricas locais;
 7. Impactos variados sobre a rede complexa de semiótica e simbologia que representa a teia histórica local;
 8. Implantação de novos paradigmas axiológicos determinados pela nova rede de relações econômicas locais (Naime, 2011).

A revisão da literatura por meio da revisão bibliométrica, contando com o auxílio da ferramenta *Publish or Perish*, corroborou para identificar as produções com maior índice de citações e permitiu fazer um estudo de qualidade da temática e então o recorte teórico para a melhor compreensão e definição dos estudos aqui propostos.

Resta-se deste modo evidenciada a existência de impactos variados o que já demonstram diversas violações que são internacionalmente garantidas ao ser humano, bem como constam como metas e prioridades pelas organizações internacionais, tais como ONU, OIT entre outras.

Assim, para a finalidade da tese, de identificar e demonstrar que os impactos sociais que as UHEs provocam nas comunidades tradicionais ribeirinhas, violam o trabalho decente do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, destinamos o próximo tópico para conceituar e explicitar as definições institucionais de Trabalho Decente e quais os direitos que compõem essa proteção.

2.3. Comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia impactos e conflitos

Nessa seção se busca caracterizar as comunidades tradicionais ribeirinhas que foram deslocadas e reassentadas pelas obras das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e que também sofreram impactos pelas obras de Jirau. Há que se evidenciar também a de Jirau, em razão das duas UHEs serem próximas entre si, bem como o licenciamento inicial de ambas, ter sido proposto em conjunto, inicialmente.

Traz a abordagem também, dos conflitos sociais decorrentes dos deslocamentos e nesse contexto, a luta efetivada pelos movimentos sociais e dos impactos no decorrer do processo de construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira.

Segundo palavras impactantes do Professor e orientador do presente trabalho,

Artur Moret, em seu relatório de estágio pós doutoral em 2018:

Os espaços de intervenção das usinas hidrelétricas (UHE's) não são específicos dos espaços geográficos onde estão instaladas essas obras, mas sobretudo a atuação é no Território composto por vivências e vida vivida, onde as relações econômicas, sociais e ambientais se completam com as questões simbólicas ligadas ao espaço de vivência que é o Rio e seu funcionamento, suas margens, seus barrancos, seus peixes, seu alagamentos e vazantes (Moret, 2018, p.8).

Por fim, há que se destacar a invisibilidade e o apagamento dos conflitos sociais decorrentes dos deslocamentos compulsórios, considerando que muitos riscos socioambientais foram criados, inclusive que geraram conflitos pela terra e pelos privilégios oferecidos aos deslocados pelos empreendimentos.

Aqui, é necessário destacar o que se compreende por invisibilidade, ocorrendo quando há privação de poder, negando direitos de vida digna, em outras palavras, os direitos existem para aqueles que possuem determinadas condições, no entanto há exclusão daqueles que não se “enquadram”, o que foi muito observado nas ações de compensação efetuadas pelas UHEs.

Outro termo muito semelhante, é o apagamento, muito utilizado nos aspectos culturais, uma das formas de se “apagar” a identidade de determinadas comunidades, com o intuito de enfraquecer e “desempoderar”, assim: são diferentes modalidades de preconceito que se expressam em várias atitudes do cotidiano, como a exclusão social, o apagamento subjetivo, o desinteresse pela história de vida e o medo do contato com o povo que se quer “excluir”.

Por fim, tem-se também o silenciamento, que está ligado às práticas sociais e do conhecimento herdado dentro de uma relação de vínculo cultural-identitário divergente do que deveria ser o padrão imposto. (De Medeiros, 2019). Vê-se muito, nas questões das religiões de origem africana, e os aspectos pejorativos atribuídos às práticas religiosas, ensinando inclusive que é errado tal prática, por não ser aceita socialmente pela maioria dominante.

Com base nessas considerações, poderão ser verificados os impactos dos empreendimentos hidrelétricos da UHE Santo Antônio, até mesmo alguns reflexos da construção da UHE Jirau, sobre as Comunidades Ribeirinhas da Amazônia pesquisadas, as violações ao Trabalho Decente, bem como a existência, o apagamento e a invisibilidade dos conflitos sociais decorrentes dos deslocamentos compulsórios.

As populações tradicionais são formadas por variados grupos humanos:

quilombolas, ribeirinhos, jangadeiros, sertanejos, indígenas entre outros e “misturam categorias nativas, sociológicas e políticas” (Diegues, 2000, p. 22).

Ao buscar informações sobre as comunidades onde se realizaram as pesquisas, foi constatado registro histórico que em 1751 o General Antônio Rolim de Moura com uma grande frota de canoas da infantaria e oficiais de guerra, juntamente com o Doutor Theotônio da Silva Gusmão por “juiz de fora” de Mato Grosso, em 1752 fundaram a Villa Bella de Mato Grosso em um “charco”, moradia de jacarés e capivaras, onde a vizinhança noticiava que aquele lugar se inundava todos os anos, com as enchentes do rio (Barbosa de Sá, 1737).

Com base nessa informação, para compreender do lócus da pesquisa, destaca-se que às margens do Rio Madeira, maior afluente do Rio Amazonas, encontram-se registros arqueológicos de fortes indícios de ocupações nos últimos nove mil e quinhentos anos (Watling, 2018). Raras são as regiões da bacia amazônica que tem tão longa data de ocupação humana, o que indicam condições sociais e ecológicas diferentes (Kater, 2018).

Encontra-se também, pesquisas botânicas que registram no sudoeste amazônico um centro de domesticação da mandioca, pupunha, amendoim e espécies de pimentas, configurando o Rio Madeira como importante localidade para “constituição da dieta alimentar e servindo como tempero para as relações sociais das populações ameríndias” (Kater, 2018, p.21).

Ressalta-se que no trecho compreendido entre o distrito de Abunã até a cidade de Porto Velho, havia dezenove cachoeiras e corredeiras que se deram pelo afloramento de rochas cristalinas e à diminuição de altitude em direção à planície amazônica (Tizuka, 2013), destacando altos valores de velocidade da água em Jirau, Teotônio e Santo Antônio.

Figura 4 - Cachoeira do Teotônio



Fonte: Thiago Kater, 2018

A Cachoeira do Teotônio, localizada às margens do Rio Madeira (Porto Velho/RO), dentre as 19 corredeiras existentes, antes da construção das Usinas Santo Antônio e Jirau¹⁰, era a segunda a montante de Porto Velho, no entanto era a primeira intransponível por barco, sendo um marco físico para quem subia ou descia o rio, um ponto de parada obrigatória para repor as energias e enfrentar o esforço a ser despendido nas corredeiras seguintes (Sant'anna, Doria et al., 2020).

Há registros históricos datados do Império do Brasil, da abundância de peixes na cachoeira, bem como seu sabor superior ao das áreas a jusante (Goulding, 2013), durante o ano todo, diversas espécies em migração deslocavam-se pelas cachoeiras, sendo alvo fácil para os pescadores com suas técnicas e estratégias de pescaria. Assim a localidade é marcada por diferentes ocupações humanas, coletivos indígenas, viajantes, naturais da Vila de Teotônio, garimpeiros de ouro, seringueiros, construtores da Estrada de Ferro Madeira Mamoré que se utilizaram do espaço e território para diversos fins, até ser inundada pela área do lago da usina hidrelétrica de Santo Antônio.

¹⁰ A comunidade da Cachoeira do Teotônio localizada às margens do rio Madeira, antes da construção das barragens, destacava-se pela pescaria altamente adaptada à captura dos bagres migradores na área do pedral e pela alta produtividade SANT'ANNA, Igor Rechetnicow Alves et al. PESCARIAS TRADICIONAIS DA CACHOEIRA DO TEOTÔNIO SUBMERSAS PELA USINAS EM RONDÔNIA: TRADITIONAL FISHERIES FROM THE WATERFALL OF TEOTÔNIO SUBMERSED BY THE PLANTS IN RONDÔNIA. Revista Canoa do Tempo, v. 12, n. 2, p. 229-248, 2020.

Registra-se também, que “assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (Ginzburg, 2006). Cultura conceitua-se a partir da leitura de Clifford Geertz, antropólogo, que por meio do texto “A interpretação das Culturas”, traz um tratado da teoria cultural:

O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 1978, p 15).

Nesse sentido, a Cachoeira de Teotônio é um lugar significativo e persistente, com contínua ocupação ao longo dos últimos nove mil e quinhentos anos (Kater, 2018), habitado por pessoas que tem a experiência da interação com a natureza e com o sobrenatural, por meio de memórias e experiências.

A cachoeira do Teotônio tinha importância econômica pela fartura de peixes e quelônios, também servia de ponto de encontro, por ser parada obrigatória o que fomentava o comércio e estreitamento de laços e trocas. Considera-se também a importância ideológica, pois a cachoeira tem seus mistérios e mitos, além da formação da identidade e territorialidade do povo habitante da cachoeira (Goldstein, 2009)

Os povos da floresta, também conhecidos por povos tradicionais, podem ser identificados como:

[...] grupos humanos que se diferenciam em sua realidade e vivência, reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada. Suas relações são baseadas na cooperação social e relações próprias com a natureza e refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (Diegues, 2000, p. 22).

Nessa empreitada científica, busca-se significar as violações ao trabalho decente decorrentes das interações e impactos das obras de implantação das usinas hidrelétricas no Rio Madeira, e os reflexos das decisões políticas de ordem social, policiais por meio das fiscalizações e ações, e também, as jurídicas oriundas das instituições públicas e privadas que interferem na vida cotidiana das comunidades ribeirinhas no território e influenciam no futuro dos povos (indígenas, ribeirinhos, quilombolas entre outros).

No tópico específico das discussões são relacionados também os

desdobramentos de governança local, como são administrados os conflitos, as cadeias produtivas e circuitos econômicos de produção e circulação de produtos e serviços e por fim as relações com a natureza e o novo território habitado pelo reassentado.

Na concepção de povos e “comunidades ribeirinhas tradicionais” se define como conjuntos populacionais que se fixaram às margens dos rios da Amazônia (Miller, 1977, p. 26). Esses agrupamentos das pessoas estabelecem dinâmicas comunitárias, com sua parentela, geralmente, a cerca de 30 Km de algum rio, local de onde tiram seu sustento (Harris, 2006, p.125).

São moradores do rio e vivem no rio, algumas casas são adaptadas com palafitas para sobreviverem à época das cheias, podem ser classificados como um aglomerado geográfico de modo associado, não possuem uma identidade étnica, razão de não se confundir com os índios.

Por vezes, fazem referência ao ribeirinho como sinônimo de “caboclo” ou “cabôco”, quando se trata do habitante tradicional ribeirinho que por vezes é mestiço com alguma etnia indígena (Rodrigues, 2006, p. 125).

A cidade de Porto Velho e seus distritos concentram uma grande população ribeirinha, no entanto não constam registros oficiais de seu quantitativo, bem como inexistente no IBGE para o município de Porto Velho a opção de consultar por bairro o resultado do CENSO/2010, dificultando a identificação, encontrando no Plano Diretor de Porto Velho, classificação de população urbana e rural do médio Madeira, o que dificulta a correta identificação estatística.

Essas pessoas, à época da construção das barragens do Complexo do Madeira, foram deslocadas para locais que não conservavam as características com as quais essa população forjava as bases de sua subsistência e as bases de suas vivências. Principalmente o contato com o Rio Madeira e com toda a sua potencialidade de espécies e qualidade de pescado.

Para a construção da tese, a seção é essencial porque demonstra a importância do território para esses sujeitos, que são políticos, tem dignidade e direitos fundamentais.

2.4 Apagamento e invisibilidade dos conflitos sociais decorrentes dos deslocamentos compulsórios

A população ribeirinha tem como uma de suas principais demandas a

manutenção de sua territorialidade, o respeito às suas especificidades, que são diferentes do modo de ser urbano, não se quer dizer que essa união de propósitos não é importante, mas uma legislação contemplando a população ribeirinha é vital para a permanência dessas pessoas, com suas territorialidades e especificidades, que diverge do locus urbano.

Eles têm seu espaço anulado por uma dinâmica social que aponta para outro formato civilizatório. Nem mesmo nos programas e políticas governamentais como, por exemplo, de saúde ou assistência social, tem escapado às críticas de agirem como se essas populações socialmente “marginais” não existissem, principalmente, se levada em consideração a periodicidade de atendimento (Silva, 2018, p. 73).

Diante dessa realidade, há que se destacar o conceito de invisibilidade social ou seu apagamento:

Por invisibilidade social, entende-se a constatação da omissão no reconhecimento dos ribeirinhos amazônidas, especialmente os mais isolados, enquanto comunidades constituídas, dotadas de direito à especificidade de sua integridade territorial e cultural como pleno exercício de sua dignidade, conceito insculpido no artigo 1º, III da Constituição Federal de 1988 e concessão de sua tutela jurídica (Silva, 2018, p. 75).

Corroborando na mesma linearidade, os estudos do reconhecimento e a teoria da intersubjetividade de Hegel, que identifica a dependência da pessoa em reconhecimento emocional, cognitivo e social (HONNETH, 2003). Considerando que essas condições intersubjetivas da integridade pessoal, são normativas universais para se obter uma vida bem-sucedida, "abrangendo o padrão de reconhecimento de uma solidariedade social, com finalidades partilhadas em comum, mas garantindo a autonomia jurídica de todos os sujeitos", nos padrões de amor e do direito (Souza e Lima, 2019, p.100).

Avançando ainda mais, nesse sentido, há que se destacar, as ponderações trazidas com relação à “usurpação” dos direitos à territorialidade dos tradicionais amazônicos, como sujeitos do direito ao seu lugar de vida e vivência, senão vejamos:

Amazônia essa terra há tempos nullius, passível da partage e dos processos da conquista, precisamos, além da percepção produzida pela ‘geopolítica oficial’ de uma lógica antagônica, analisar enquanto lugar de certa inaplicabilidade de direitos aos povos ali restantes ou não reconhecidos enquanto sujeitos de direito. Por isso, para convalidar a usurpação territorial, funda-se a rationale colonizadora/conquistadora pela assimetria nas relações, porque, ao não reconhecer como de fato o direito dos povos/ populações locais/tradicionais encontro titulares dos mesmos direitos daqueles

que têm a missão civilizatória aquela razão continua descontextualizada com a própria história de vida do lugar (Zuin e Miguel, 2017, p. 77).

Segundo Zuin e Miguel, os atores políticos na Amazônia travam um discurso “vencedor”, obtendo e/ou produzindo com ele uma hegemonia político cultural, característicos do período da colonização de portugueses e espanhóis, onde se tenta legitimar a falácia da ocupação necessária desse grande “vazio demográfico” ou dessa “terra de ninguém”. Deixou-se de “reconhecer as antigas civilizações que nela povoavam. Logo, não caracterizou ao europeu os traços íntimos que ligavam as comunidades à natureza e/ou à selva e seus direitos sobre a terra habitada” (Zuin e Miguel, 2017, p. 88).

Dentre os conflitos inerentes ao processo de demarcação de terras indígenas em Rondônia, primeiro se encontra o complexo reconhecimento dessas comunidades no território, a fim de que possam ser devidamente atendidas nos seus respectivos direitos (Zuin e Miguel, 2017, p. 194).

O ribeirão caracterizado como sujeito político ribeirão a ser considerado:

No decurso da história, a ideia de interação dos indivíduos com a comunidade política em face de seu interesse de associação e participação da tomada de decisões públicas foi paulatinamente ganhando importância como uma “prática cívica”, ou “compromisso público” onde “o privilégio de participação no debate sobre a liberdade individual deve também abrir espaço para promoção da liberdade coletiva em espaços sociais” (Zuin e Miguel, 2017, p. 188).

As representações produzidas sobre a Amazônia e sua heterogeneidade de ideias, marcadas por contrastes e confrontos de posicionamentos, parece ser possível identificar que em suas proposições centrais ainda se depreende uma concepção de região culturalmente atrasada e socialmente subdesenvolvida, argumento que amiúde tem servido como fundamento para a implantação de grandiosos projetos de exploração de recursos naturais ou minerais desde o período colonial até a atualidade. Pois do não reconhecimento da diversidade e singularidade das práticas culturais existentes na região, pela invisibilidade social e política imposta aos grupos sociais que habitam tradicionalmente o interior da Amazônia (também estigmatizados nesse processo dominador como escassos, atrasados e pobres), emerge o influente discurso do desenvolvimento econômico como panaceia para os males que supostamente arruinam esta região (Pereira, 2016, p. 24-26).

2.5. Riscos e vulnerabilidades das comunidades deslocadas compulsoriamente

A questão do deslocamento compulsório de comunidades é um problema complexo e de grande magnitude em todo o mundo. Essas comunidades, muitas vezes, são forçadas a deixar suas casas, terras e meios de subsistência devido a conflitos armados, desastres naturais, megaprojetos de desenvolvimento, entre outras razões.

Esse deslocamento, além de ser traumático e doloroso, pode expor essas comunidades a uma série de riscos e vulnerabilidades, tais como a falta de acesso a recursos básicos, a discriminação, a violação dos direitos humanos, a exploração e o abuso. Nessa perspectiva, é importante compreender as causas e consequências desse fenômeno, a fim de buscar soluções efetivas e justas para garantir a proteção e os direitos dessas comunidades deslocadas.

A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia tem tido impactos significativos sobre as comunidades tradicionais da região, afetando suas formas de vida, cultura e subsistência.

Algumas das principais consequências sociais incluem:

- **Deslocamento forçado:** A construção de hidrelétricas muitas vezes implica na remoção de comunidades tradicionais das áreas em que elas vivem. Isso pode resultar em deslocamento forçado, violação dos direitos humanos e perda de território e patrimônio cultural.
- **Destruição do meio ambiente:** As hidrelétricas geralmente têm um grande impacto sobre o meio ambiente, incluindo a destruição de áreas florestais e de habitat natural para animais e plantas, afetando a biodiversidade e a disponibilidade de recursos naturais que são essenciais para a subsistência das comunidades tradicionais.
- **Perda de recursos naturais:** A construção de hidrelétricas pode afetar a qualidade e a quantidade de água nos rios, afetando a pesca, o transporte fluvial e a irrigação para a agricultura, que são atividades centrais para a subsistência das comunidades tradicionais.
- **Exclusão social e cultural:** As comunidades tradicionais muitas vezes são marginalizadas e excluídas do planejamento e tomada de decisão sobre a construção de hidrelétricas, o que resulta em perda de poder e controle sobre seus próprios territórios e recursos naturais.

É importante notar que os impactos sociais das hidrelétricas são complexos e variam de acordo com as circunstâncias específicas de cada caso. No entanto, é fundamental garantir a participação efetiva das comunidades afetadas nas decisões sobre a construção de hidrelétricas e que sejam considerados seus impactos socioambientais antes da construção.

Nesse sentido, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, pode colocar as comunidades tradicionais em risco e vulnerabilidade em diversos aspectos. Alguns dos motivos pelos quais isso acontece são:

- Perda de território e patrimônio cultural: A construção de usinas hidrelétricas pode levar à perda de território e patrimônio cultural das comunidades tradicionais. Isso pode resultar em conflitos territoriais, deslocamento forçado e perda de identidade cultural e conexão com o meio ambiente.
- Impacto na saúde e segurança alimentar: A destruição do meio ambiente e a perda de recursos naturais pode afetar a segurança alimentar das comunidades, que muitas vezes dependem da pesca, agricultura e coleta de frutos para sobreviver. Além disso, a construção de barragens pode aumentar o risco de doenças, como malária e dengue, que são comuns na região amazônica.
- Exclusão social e econômica: As comunidades tradicionais muitas vezes são marginalizadas e excluídas do planejamento e tomada de decisão sobre a construção de hidrelétricas, o que resulta em perda de poder e controle sobre seus próprios territórios e recursos naturais. Isso pode resultar em maior exclusão social e econômica.
- Impacto na biodiversidade e mudanças climáticas: A construção de hidrelétricas pode resultar na destruição de áreas florestais e de habitat natural para animais e plantas, afetando a biodiversidade e a regulação do clima da região.

Esses fatores, combinados, podem colocar as comunidades tradicionais em risco e vulnerabilidade, aumentando sua dependência de programas sociais e diminuindo sua capacidade de manter suas tradições e formas de vida. Por isso, é fundamental que os impactos socioambientais das usinas hidrelétricas sejam avaliados de forma cuidadosa e que as comunidades afetadas sejam envolvidas em todo o processo de tomada de decisão.

O contexto de riscos (*hazardscape*) se caracteriza pela interação entre a vulnerabilidade física e a vulnerabilidade social, há necessidade dessa compreensão para o avanço das análises propostas no presente trabalho de investigação, considerando o seguinte conceito de ciência da vulnerabilidade aquele que:

[...] consiste na integração multidisciplinar das ciências sociais, das ciências naturais e da engenharia na compreensão das circunstâncias que colocam as populações e os locais em risco devido aos perigos, e dos factores que aumentam ou reduzem a capacidade de resposta e de recuperação das populações, dos sistemas físicos ou das infraestruturas em relação a ameaças ambientais (Cutter, 2011).

A edificação de UHEs geram impactos socioeconômicos, ambientais e culturais por todo o globo. As comunidades mais vulneráveis possuem os maiores riscos, portanto, para elas, os riscos têm um impacto bem maior.

Conforme pesquisa (Moret, 2018), foi apresentado uma compilação dos principais impactos de 24 (vinte e quatro) UHE`s ao redor do mundo, de acordo com pesquisa bibliográfica, sendo 15 instaladas em várias regiões do Brasil e 9 em outros países. As informações contidas no quadro são: potência instalada, principais impactos negativos, número de famílias deslocadas e a referência bibliográfica.

Figura 5 - Impactos Negativos da UHEs - Global (MORET, 2018)

Nome, ano operação	Potência (MW)	Principais impactos	deslocados (famílias)	relação Família/MW	Referência
Chixoy, Guatemala, 1982	300	Indenização, terra, água	5.000 (1.246 famílias)	4,15	IR, 2005
Agoyan, Equador, 1970	157	Água, peixe, emprego	50	0,32	RAZOOK, 2012
Aswan, Rio Nilo, 1960	2100	Agricultura, pesca, sedimento, água, erosão, salinização	100000	47,62	SEVÁ FILHO, 2004
Kariba, Zâmbia, 1950	não informado	Agricultura, indenização, peixe, saúde, educação	57000	não consta	IR, 2017
Akossombo, África, 1965	912	Sedimento, malária, terra, cultura	80000	87,72	SEVÁ FILHO, 2004
Sirikit, Tailândia	150	Subsistência, indenização, saneamento, educação	não consta	não consta	LEBEL, CHITMANATSRIYASAK, 2014
Kanchay, Camboja	não informado	Água, salinização, sedimento	não consta	não consta	SICILIANO et al, 2015

	o				
Três Gargantas, China	18200	Renda, endividamento, cultura	1.300.000 a 2.300.000	71,43	Bui, Schreinemachers e Berger, 2013
Katse, Lesoto, África	não informado	Terra, gênero, cultura	não consta	não consta	Braun, 2008
Itaipu, Nordeste	14000	Áreas vulneráveis, indenização, compra das terras baixo preço	40000	2,86	SEVÁ FILHO, 2004
Xingó, Nordeste	3162	Renda, pesca, agricultura, terra	40200	12,71	Santos 2008 e 2009; Silva 20002
Paulo Afonso, Nordeste	3984	Salinização	52000	não consta	SEVÁ FILHO, 2004
Itumbiara, Goiás	2082	saúde	não consta	não consta	SPENCER, 2010
São Simão	1710	Pesca, garimpo, indenização	6000	3,51	não consta
Salto Caxias, Paraná	1240	Perda de terras	1025	0,8266129 0 3225806	Derroso e Ichikawa, 2013
Foz de areia	2500	Renda, trabalho, indenização	não consta	não consta	KOLIN, 2009
Jupia	1551,2	cultura	não consta	não consta	WHITE, 2010
Ilha Solteira	3440	Boom populacional	não consta	não consta	SEVÁ FILHO, 2004
Coracy Nunes	78	Ausencia de Estudos	não consta	não consta	BERMANN, 2010
Coruá-Una	30,3	Conflitos Sociais	não consta	não consta	BERMANN, 2010
Tucuruí	14000	Peixe, mercúrio, economia, indenização, água	30000	2,1428571 4 285714	Rebouças, 2000; Fearnside, 2015; WCD, 2000
Balbina	112,2	Peixe, GEF	Aldeias indígenas	não consta	FEARNSIDE, 2010
Lajeado	850	Peixe, indenização, cultura	não consta	não consta	Parente e Miranda, 2014
Belo Monte	11233	GEF, saneamento Altamira, cultura	Aldeias indígenas	não consta	IR, 2017

Fonte: Relatório pós doutoral (Moret, 2018)

As pesquisas de: World Commission Dams (2000); Bui, Schreinemachers e Berger (2013); Lebel, Chitmanat e Sriyasak (2014), Siciliano et al. (2015); Fearnside (2015, 2019) corroboram essa afirmação uma vez que traçam o perfil das pessoas e as perdas relacionadas a cada tipo de vulnerabilidade.

Esses empreendimentos, se poderá observar na Análise do Discurso dos sujeitos entrevistados, têm submetido às populações que já viviam em situação de fragilidade social, por fatores econômicos, educacionais, jurídicos, políticos, ambientais, em situação de mais insegurança.

A vulnerabilidade social representa um déficit de resultado na relação entre:

possibilidade de acesso aos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o alcance das oportunidades “sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (Abramovay, 2002, p. 13). Ela é “multicausal” e “multidimensional”, que geram “debilidades e desvantagens sociais aos atores envolvidos” (Silva, 2021, p. 31).

Concluindo, a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia pode ter impactos significativos sobre as comunidades tradicionais da região, resultando em deslocamento forçado, violação dos direitos humanos e perda de território e patrimônio cultural. Além disso, a construção de hidrelétricas pode afetar a qualidade e a quantidade de água nos rios, afetando a pesca, o transporte fluvial e a irrigação para a agricultura, que são atividades centrais para a subsistência das comunidades tradicionais. Por fim, é fundamental que os impactos socioambientais das usinas hidrelétricas sejam avaliados cuidadosamente e que as comunidades afetadas sejam envolvidas em todo o processo de tomada de decisão, para que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos sejam protegidos.

2.6. Análise do discurso aplicada ao estudo das violações ao trabalho decente das UHE's nas comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia

A Análise do Discurso, da década de 1960 na França, teve Michel Pêcheux, um filósofo que envolvido com debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia, sob o pseudônimo “Thomas Herbert”, publicou textos problematizando as ciências sociais (Mussalim, 2012).

Também contribuiu para o desenvolvimento da AD, Jean Dubois, lexicólogo, envolvido com os empreendimentos da Linguística de sua época, assim o projeto da AD se inscreve num objetivo político e a Linguística oferece meios para abordar a política, numa conjuntura estruturalista, trata-se a língua como objeto autônomo. Por isso, crê-se que é possível estudá-la a partir de regularidades e prendê-la em sua totalidade.

Althusser traça uma teoria sobre a ideologia, propondo-se a investigar o que determina as condições de reprodução social. Althusser parte do pressuposto de que as ideologias têm existência material, ou seja, não devem ser estudadas como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção, levantando a necessidade de se considerar que a infraestrutura determina a

superestrutura, ou seja, que a base econômica é que determina o funcionamento das instâncias político-jurídicas e ideológicas de uma sociedade. A ideologia, por sua vez, acaba por perpetuar a base econômica que a sustenta.

Nesse sentido é que se pode reconhecer a base estruturalista da teoria de Althusser, na medida em que a infraestrutura determina a superestrutura e é ao mesmo tempo perpetuada por ela, como um sistema cuja circularidade faz com que seu funcionamento recaia sobre si mesmo.

Nessa seara, a linguística aparece para como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa.

Diante disso, uma linguística saussuriana, uma linguística da língua, portanto, não seria suficiente. Só uma teoria do discurso, concebido como o lugar teórico para o qual convergem componentes linguísticos e socioideológicos, poderia acolher esse projeto. Assim, a instituição da AD, para Pêcheux, exige uma ruptura epistemológica, que coloca o estudo do discurso em um outro terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito.

Explica-se que a linguística saussureana permitiu a constituição da Fonologia, da Morfologia e da Sintaxe, mas não foi, para Pêcheux, suficiente para permitir a constituição da Semântica, lugar de contradições da linguística. Para ele, o sentido, objeto da Semântica, escapa às abordagens de uma linguística da língua.

Ocorre que a significação na perspectiva da AD, não é sistematicamente apreendida por não ser da ordem da língua, mas da ordem do discurso e, portanto, do sujeito, e sofrer, assim, alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam, Pêcheux então em 1969, propõe uma semântica do discurso, um procedimento de leitura que relacionava determinadas condições de produção com os processos de produção do discurso.

Análise do Discurso é similar a uma “máquina discursiva”, um dispositivo capaz de determinar, sempre na relação com a história, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas formações sociais, que designa, em um dado momento histórico, um estado de relações (de aliança, antagonismo ou dominação) entre as classes de uma sociedade (Mussalim, 2012).

Outros estudos vieram, a exemplo, o estudo do inconsciente por Freud, o conceito de sujeito sofre uma alteração substancial, de uma entidade homogênea para

a concepção de sujeito clivado entre consciente e inconsciente, assumido por Jacques Lacan que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latentes que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente.

Lacan rompe com o Estruturalismo ao romper com a simetria entre os interlocutores. Para ele, o Outro ocupa uma posição de domínio com relação ao sujeito, é uma ordem anterior e exterior a ele, em relação à qual o sujeito se define, ganha identidade. Embora se refira a “significante” Lacan não assume o pressuposto básico do Estruturalismo, de completude do sistema, já que o sujeito (pura descontinuidade na cadeia significante) “descompleta o conjunto de significantes”.

Assim, o sujeito lacaniano, clivado, dividido, mas estruturado a partir de linguagem, fornecia para a AD uma teoria de sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não consciente.

Ainda, para Lacan, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso, a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa.

Mainueneau, no campo da Linguística opõe um núcleo “rígido” a uma periferia de contornos instáveis, que está em contato com a Sociologia, Psicologia, História, Filosofia, esse núcleo rígido se ocupa do estudo da língua como se ela fosse apenas um conjunto de regras e propriedades formais, ou seja, não considera a língua enquanto produzida em determinadas conjunturas históricas e sociais.

A Análise do Discurso não nega que a língua apresente um caráter formal, uma base linguística regida por leis internas (fonológicas, sintáticas etc); porém, “se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas” (Mainueneau, 2008; Mussalin, 2012, p.123).

Buscando melhor situar a celeuma das divisões da AD, explica-se que a diferença a AD de linha francesa da AD anglo-saxã é que esta última considera a

intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a AD francesa não considera como determinante essa intenção do sujeito, e sim que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em dadas conjunturas históricas-sociais. Essa é apenas uma das diferenças.

A AD, enquanto teoria e método, superou fases de procedimentos de análise e de definição de objeto, a primeira fase explora a análise de discursos mais “estabilizados” com uma menor abertura para a variação de sentido, devido a um maior silenciamento do outro (um discurso adversário, por exemplo); os discursos políticos doutrinários, como encontrados em um manifesto de um partido, são exemplos desse tipo de corpus. Pressupõe-se que tais discursos sejam produzidos a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas, isto é, no interior de posições ideológicas e de lugares sociais menos conflitantes. Assim, um debate não seria um objeto de análise privilegiado.

Essa fase inicial, tinha como procedimentos a seleção de um corpus fechado de sequências discursivas; a análise linguística, considerando as construções sintáticas e o léxico; a análise discursiva, a partir da construção de lugares de identidade, observando-se as relações de sinonímia e paráfrase; por fim, a demonstração de como as relações de sinonímia e paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo.

Já na segunda fase, tem-se a noção de máquina discursiva, onde as concepções estruturais fechadas, começam a perder força, então, a mudança de perspectiva se deve, em parte, à contribuição teórica de Michel Foucault em *Arqueologia do Saber*, de 1969, Foucault define discurso como um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação, ou discurso como sendo constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência.

Tem-se a formação discursiva como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguísticas dadas, as condições de exercício da função enunciativa. Em *Arqueologia do Saber*, desgarra-se do pressuposto da continuidade histórica e de noções relacionadas, como tradição, influência e evolução.

O conceito de interdiscurso apresentado em *Gênese dos discursos* é um dos

pontos fortes da reflexão teórica de Dominique Maingueneau. No intuito de especificar melhor essa noção, que considera vaga para seus propósitos, o autor propõe que se considere o interdiscurso a partir da tríade universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Com as seguintes definições:

Universo discursivo – conjunto de formações discursivas de todos os tipos, que interagem em uma conjuntura dada. Mesmo não sendo possível apreendê-lo em sua globalidade, trata-se de um conjunto finito que define uma extensão a partir da qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, a saber, os campos discursivos.

Campo discursivo – deve ser compreendido como sendo um conjunto de formações discursivas com mesma função social, que divergem, entretanto, quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida. Em uma região determinada do universo discursivo, tais formações discursivas buscam delimitar-se reciprocamente, por meio de uma relação de concorrência, compreendendo este último termo de maneira mais ampla, de modo a significar tanto afrontamento aberto, quanto aliança, neutralidade aparente etc. O recorde em campos discursivos não define zonas insulares; é antes uma abstração necessária que deve permitir abrir múltiplas redes de trocas. A delimitação desses campos também não tem nada de evidente, mas exige do analista que ele faça hipóteses e escolhas pautadas tanto na materialidade linguística dos supostos discursos que se encontram em relação, como nas condições de enunciabilidade de tais discursos, condições que, por sua vez, circunscrevem-se historicamente.

Espaço discursivo – subconjunto de formações discursivas cuja relação o analista julga pertinente considerar para seu propósito. O recorte desse subconjunto deve resultar de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos e sobre um saber histórico que serão confirmados, ou não, no decorrer da pesquisa (Maingueneau, 2008).

Com base nesses conceitos fundamentais para a análise do discurso, como universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo, busca-se confirmar as hipóteses da pesquisa com base no referencial teórico fundamentado que se observa sobre um saber histórico que serão confirmados, ou não, no decorrer da pesquisa.

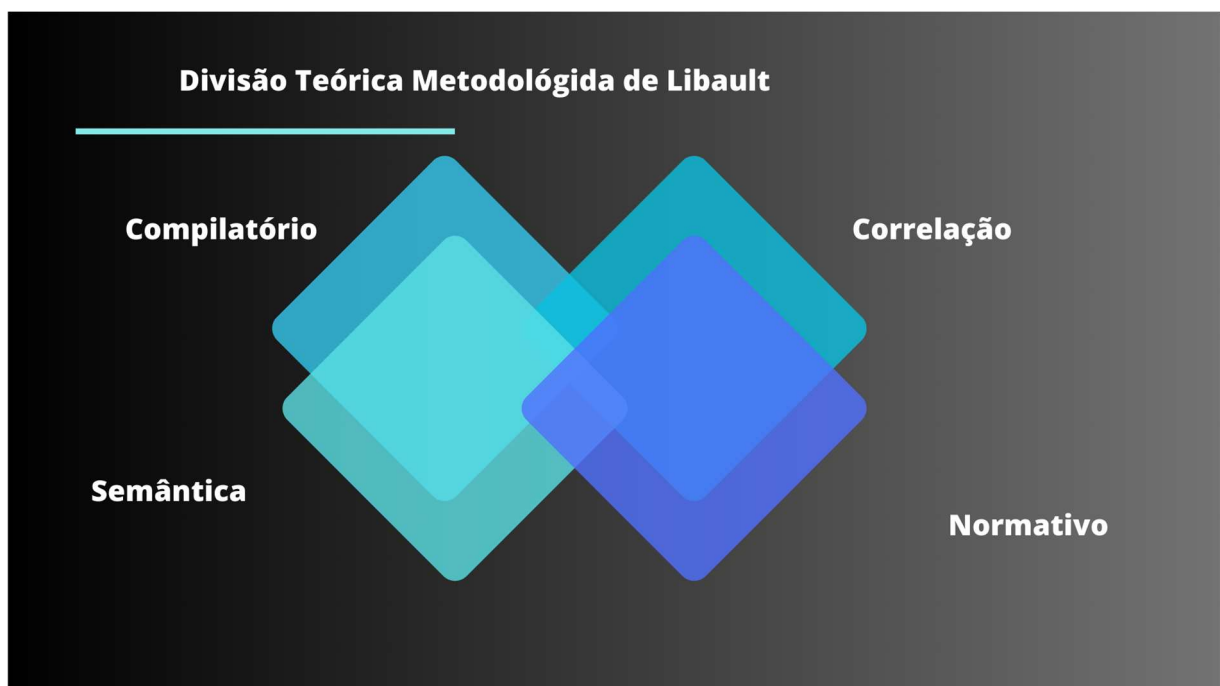
A partir dessas definições e considerações de AD como teoria e método, delineando o objetivo de destacar o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso para a tese, os materiais, procedimentos e instrumentos de coleta de dados em relação à população pesquisada, bem como as categorias de análise orientam o desenvolvimento da tese apresentadas no próximo capítulo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para compreender todo o procedimento metodológico, traz a sistemática metodológica de André Libault que consiste em quatro níveis de divisão: compilatório, correlatório, semântico e normativo, no entanto a demarcação não fica sempre nítida, havendo interferências entre os níveis.

Esses níveis foram aplicados na pesquisa geográfica e representam diferentes abordagens para a investigação de fenômenos nas mais diversas áreas (Libault, 1971).

Figura 6 - Método Sistemático de Libault



Fonte: elaborado com base em dados da pesquisa na teoria de Libault (1971)

No Nível Compilatório identifica-se a coleta e organização de dados geográficos brutos, que são posteriormente classificados e apresentados em forma de listas, tabelas e mapas temáticos. O objetivo principal deste nível é descrever e quantificar os fenômenos, sem buscar explicações ou interpretações mais profundas.

Na sequência, temos o Nível Correlatório, onde busca-se estabelecer relações entre os fenômenos, utilizando técnicas estatísticas e análises de correlação. O objetivo é identificar as associações entre diferentes variáveis e determinar se elas são causais ou meramente coincidentes.

Já no Nível Semântico é feita a análise da linguagem utilizada para descrever e interpretar os fenômenos. O objetivo principal é compreender os significados atribuídos aos fenômenos e as formas pelas quais eles são representados e

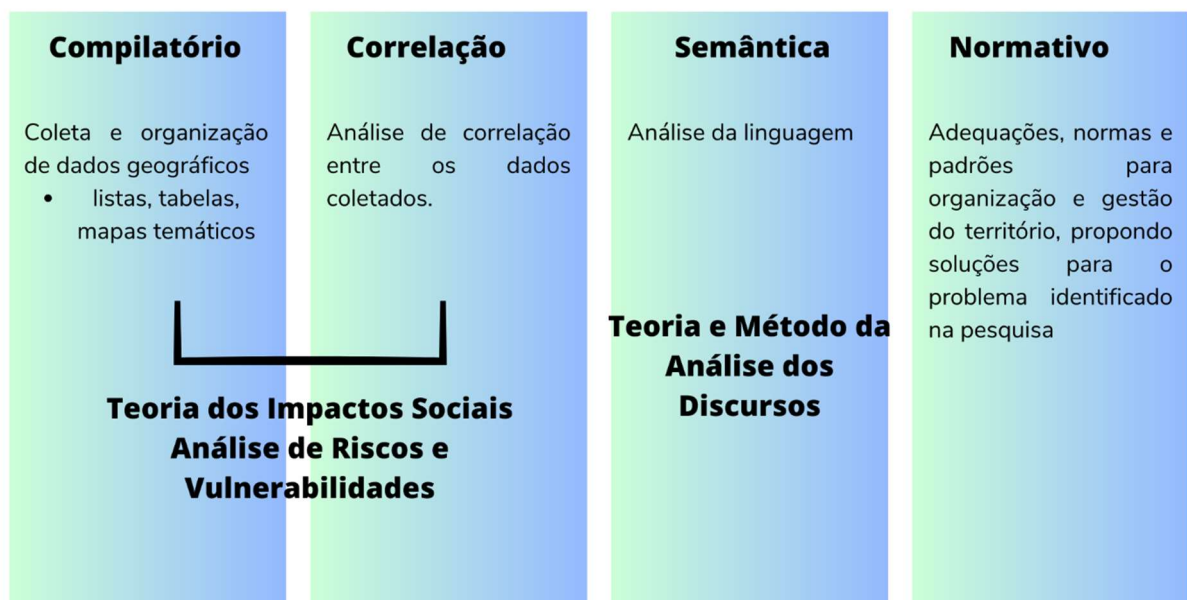
comunicados.

Por fim, no Nível Normativo, busca-se estabelecer normas e padrões para a organização e gestão do território. O objetivo é propor soluções para problemas da pesquisa e orientar a tomada de decisões relacionadas ao uso do território.

Os quatro níveis propostos são interdependentes e complementares, e devem ser aplicados de forma integrada ao longo do processo da pesquisa, de acordo com a natureza do fenômeno estudado e os objetivos da pesquisa.

Com base na intersecção das teorias de análise utilizadas na presente tese, a seguir serão destacadas o desenho da aplicação metodológica da presente tese.

Figura 7 - Metodologia e aplicação teórica da tese



Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa com base no referencial teórico (2023).

A partir do próximo tópico, inicia-se a fase de correlação e fase compilatória, conforme demonstrado, há sobreposição das fases, no entanto serão feitos destaques que possibilitam identificar a divisão de Libault, como método de organização sistemática.

3.1. Aplicação da análise do discurso nos dados da pesquisa

Com base no referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso, considerando o universo discursivo, composto por formações discursivas que envolvem a temática Impactos Sociais decorrentes dos grandes empreendimentos,

especificamente as Usinas Hidrelétricas, está o campo discursivo para o estudo mais específico da pesquisa da tese, com formações discursivas com a mesma função social, mas que divergem quanto ao modo pelo qual essa função deve ser preenchida, formações que buscam se delimitar recíprocamente, por meio de uma relação de concorrência.

Figura 8 - Desenho da Pesquisa



Fonte: elaborado a partir dos objetivos da pesquisa

O esquema permite observar o delineamento que se busca, confrontar a partir de documentos oficializados e constantes no licenciamento ambiental SEI/IBAMA: 02001.000508/2008-99 da Santo Antônio Energia, onde existem diversos registros de instituições, associações representativas das comunidades deslocadas e impactadas pela obra, organizações públicas e privadas, relatórios escritos e fotográficos e uma diversificada gama de materiais que possibilitam a identificação das formações discursivas, confirmadas pelas entrevistas realizadas em pesquisa de campo.

A metodologia aplicada de Análise do Discurso permite a demonstração de que os deslocamentos compulsórios dos ribeirinhos do Madeira, especificamente das comunidades, Santa Rita provenientes de Joana D'arc III, de Novo Engenho Velho, deslocados das proximidades da Cachoeira de Santo Antônio e de Nova Teotônio, compulsoriamente retirados do entorno da Cachoeira de Teotônio e que esse fenômeno produziu danos ao direito inalienável à vida digna e ao Trabalho Decente,

proposto na tese.

Busca-se também, caracterizar o trabalho tipicamente desempenhado pelas comunidades, o tipo de produção agrícola de várzea, a coleta de castanhas e frutos amazônicos da mata nativa que tinha contato permanente, a pesca e seu modo de comercialização que era realizada no próprio Rio Madeira.

Também serão demonstrados os indicadores do Trabalho Decente institucionalizados, os valores que podem ser observados e os que não são mensurados, em razão da invisibilidade das comunidades tradicionais ribeirinhas e o apagamento dos conflitos sociais que existem, mas não são significados para as instituições. Que é a finalidade da pesquisa, demonstrar aquilo que não é exposto em dados, para considerações de políticas públicas e solução de conflitos nas áreas que sofreram esses impactos e que perduram não solvidos.

3.2 Definições teóricas e operacionais

No segundo momento, os documentos que puderam ser pinçados no licenciamento ambiental, disponibilizado pelo IBAMA para acesso via SEI, usuário externo, revisão bibliográfica, estudo aprofundado e complementar no Programa de Pós graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia, para compreender Análise do Discurso como Teoria e Método de Pesquisa, elaborou-se de modo a organizar variáveis e categorias intangíveis para análise qualitativa e variáveis tangíveis e intangíveis, conforme quadro a seguir, que serão analisados utilizando-se a ferramenta ATLAS TI, que permite uma visão em rede, dos recortes da pesquisa que possibilitam visualizar o discurso e as formações discursivas da pesquisa.

O Atlas TI¹¹ é um software de análise qualitativa que pode auxiliar na análise de entrevistas semiestruturadas e na codificação dos discursos. Ele permite a organização e categorização dos dados, além de oferecer ferramentas para identificação de padrões e temas recorrentes nos discursos. Com o Atlas TI, é possível criar códigos e subcódigos para classificar os dados e visualizar as relações entre eles. O software também permite a realização de análises estatísticas e a criação de gráficos e diagramas para ilustrar os resultados da pesquisa (ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2023).

Com o ATLAS.ti, foi possível importar as entrevistas para o software e organizar

¹¹ <https://atlasti.com/>

todo o material de forma sistemática, permitindo a criação de categorias e códigos personalizados, para ser aplicados aos trechos relevantes das entrevistas, facilitando a identificação de temas, padrões e relações entre os discursos presentes nos dados coletados. O software também possui recursos de busca e visualização, o que permitiu localizar rapidamente trechos específicos nas entrevistas e visualizar as conexões entre diferentes categorias e códigos.

Além disso, outras análises qualitativas mais aprofundadas podem ser realizadas, explorando diferentes perspectivas e interpretando os discursos com base nas categorias e códigos estabelecidos para várias técnicas de análise, como análise temática, análise de discurso, análise de conteúdo, entre outras. É uma plataforma intuitiva e flexível para organizar, explorar e interpretar os dados coletados, tornando o processo de análise mais eficiente e estruturado

A presente tese apresenta um quadro estrutural que representa as metas do 8º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, relacionadas ao trabalho decente e crescimento econômico, em um contexto específico de estudo. O quadro compreende três colunas, onde a primeira identifica os termos que resumem cada meta do ODS, a segunda coluna apresenta as definições correspondentes a essas metas, e a terceira coluna foi adaptada ao contexto da pesquisa, levando em consideração as particularidades das comunidades ribeirinhas deslocadas compulsoriamente e afetadas pelos conflitos sociais decorrentes da construção da UHE Santo Antônio.

Figura 9 - Tabela - Framework com definições teóricas e operacionais

Codificação (termo)	Definição Teórica	Definição operacional
Ajuda para o comércio	Apoio e Ajuda para aumentar o Comércio (para os países em desenvolvimento), particularmente os países menos desenvolvidos. (OIT, 8º ODS)	Buscar nos documentos e entrevistas assuntos relacionados aos auxílios, financiamentos, apoios despendidos pela SAE às comunidades. Ou a falta deles, ou como poderiam ser realizadas as ajudas nesse sentido
Crescimento Econômico	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos	Buscar nos documentos referências aos projetos destinados ao crescimento econômico, bem como as solicitações das comunidades para financiamentos de projetos.
Criação de emprego produtivo e de qualidade para homens e	Necessidade de investimento público e privado,	Verificar se houve criação de emprego ou oportunidades de

mulheres	desenvolvimento local e empresarial para a geração de emprego, rever o impacto tributário, caso realmente se pretenda promover o desenvolvimento de cadeias produtivas e arranjos produtivos locais (APLs), bem como fortalecer e ampliar o acesso das micros e pequenas empresas, cooperativas, empreendimentos de economia solidária, agricultura familiar ao crédito e recursos que incentivem a produção (CIMBALISTA,2007).	trabalho de modo igualitário para homens e mulheres, bem como se há queixas de falta de trabalho/dinheiro/renda etc.
Diálogo Social	Um dos objetivos estratégicos da OIT para o Desenvolvimento Sustentável é o diálogo entre as organizações, instituições e os representantes das classes, assumindo compromissos com as metas e resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação.	Identificar a existência ou a falta de Diálogo Social entre as Comunidades, Associações e a SAE, bem como com as demais organizações e instituições envolvidas desde o licenciamento e o desenvolvimento das ações e projetos.
Produtividade das Economias	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra	Fazer uma análise nos relatos, documentos, reivindicações no que tange à alteração dos tipos de atividades desenvolvidas antes do reassentamento e atualmente. Nas entrevistas buscar os pontos de referência entre o “lá” e “aqui”.
Proteção Social	Há uma luta diária pela sobrevivência para muitas famílias e, nesse sentido, as crianças são forçadas a assumir responsabilidades, auxiliando em casa para que os pais possam trabalhar, ou indo elas mesmas trabalhar para ganhar dinheiro e complementar a renda familiar, nesse sentido os governos devem dar prioridade para enfrentamento da crise econômica, nas às áreas de saúde, educação, moradia, saneamento básico, programas de geração de renda, treinamento e qualificação profissional, entre outros.	Identificar nos documentos, relatórios e entrevistas, as referências à saúde, educação, aumento ou diminuição de violência, assistência e demais assuntos correlatos que fazem referência à Proteção Social.
Respeitos aos Direitos no Trabalho	O respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação	Identificar se foi oportunizada a escolha do tipo de trabalho no novo local de assentamento, as questões de violações aos direitos do trabalho, o direito ao

	coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil);	trabalho digno, para seu sustento e sua família, o direito ao lazer etc.
Turismo Sustentável	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.	Buscar referências ao fomento ao turismo, ou comparativos que havia maior fluxo ou atrativos antes ou após a construção da UHE.

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa.

A análise dessas metas, juntamente com as categorias destacadas no ATLAS.ti, visa a compreensão, identificação e significado de cada meta proposta pela ONU, sob a perspectiva das comunidades ribeirinhas afetadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos impactos sociais resultantes desse fenômeno., ocasionado pela construção da UHE Santo Antônio.

Com auxílio das definições teóricas e operacionais, constituídas no *framework* (fig.9), foi possível delimitar e identificar cada categoria das metas do 8º ODS da Agenda 2030 e os significados que permitem fazer a aplicação da Análise do Discurso a partir da fala, das pausas na fala, das emoções expressadas ao rememorar a vida na comunidade anterior à obrigatoriedade do deslocamento, nos relatos dos desmantelamentos das famílias entre os mais variados impactos físicos e emocionais que a população sofreu com a implantação das usinas do Rio Madeira que poderão ser observados, nas redes formuladas com base nas entrevistas que se passa a apresentar e comentar na sequência.

Os procedimentos utilizados para o tratamento dos dados, após a transcrição das dezesseis entrevistas semiestruturadas, bem como documentos e relatórios extraídos do SEI do IBAMA, de licenciamento ambiental: 02001.000508/2008-99, os arquivos em formato word e PDF foram introduzidos no software ATLAS TI para proporcionar uma maior sistematicidade ao trabalho de análise, com a organização do material de modo a assegurar recursos, tornando mais fácil e ágil a leitura dos textos, haja vista que foi um material extenso a ser analisado.

Elegeu-se o sistema ATLAS TI em razão de servir de apoio às análises qualitativas dos dados textuais e visuais, sendo uma ferramenta que proporciona um melhor manuseio e possibilita organizar, analisar e compreender as informações constantes dos documentos e entrevistas realizadas.

Com a utilização do ATLAS TI é possível categorizar os dados a partir de

documentos primários ou dados brutos, inserção de categorias, citações, comentários e elaboração de redes que associam os assuntos conexos, imagens, vídeos entre outras informações, o que permite também uma análise estatística simples, caso seja objeto da investigação, das informações categorizadas pela análise qualitativa.

3.3 Categorias para a aplicação do método de Análise do Discurso

Para poder melhor categorizar e aplicar a AD de modo a buscar significados, optou-se por realizar procedimentos de campo, que foram guiados por entrevista semiestruturada, na qual a pesquisadora utiliza caderno de anotações, roteiro de pesquisa elaborado especificamente para complementar o presente estudo, demais materiais de apoio e aparelhos eletrônicos, com intuito de salvaguardar o conteúdo da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas presencialmente nos locais de destaque da pesquisa, conforme identificado na fig.13, nas comunidades de Santa Rita, Nova Teotônio e Novo Engenho Velho em momentos distintos, bem como na época de restrição de circulação, por meios digitais e somente iniciadas, após a concordância e assinatura dos termos de consentimento livre e esclarecidos da pesquisa.

Foram respeitados o anonimato dos entrevistados, sendo identificados por número de entrevista e a localidade, em média cada entrevista perdurou de 30 a 40 minutos, respeitadas as pausas para relembrar fatos do passado, bem como o tempo de fala de cada entrevistado.

Ressalta-se que em momento de deslocamento presencial, que pode ser realizado graças ao Fundo de Apoio de Pesquisa disponibilizado pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade Federal de Rondônia, bem como pela cedência de veículo oficial para deslocamento em épocas de grandes chuvas em que é necessário carro traçado para enfrentar as vicinais que tem atoleiros, foram observadas as exigências sanitárias para prevenção da COVID-19, utilizando máscaras de proteção, desinfecção de mãos com álcool em gel, e o distanciamento.

Assim, o conteúdo do roteiro da entrevista, buscou o significado que permite relacionar com as metas do 8º ODS da Agenda 2030, conforme se destaca no quadro apresentado na figura abaixo, uma representação que contempla categorias e variáveis intangíveis identificadas, bem como as possíveis fontes de obtenção dessas informações. Essas categorias e variáveis foram identificadas por meio de entrevistas

realizadas com os participantes da pesquisa e também foram encontradas nos documentos relacionados ao licenciamento ambiental, bem como nas reivindicações apresentadas pelas comunidades afetadas. É importante ressaltar que, devido à natureza dinâmica da situação, algumas das pessoas entrevistadas podem não estar mais presentes na localidade. Dessa forma, o quadro permite uma análise e relação das categorias e variáveis sob uma perspectiva qualitativa, fornecendo uma base sólida para a compreensão dos dados apresentados.:

Figura 10 - Quadro de categorias para análise

Meta	Questionário do roteiro de entrevista
Ajuda para o comércio	Quais produtos consegue produzir? Como é a qualidade deles e frequência? Recebeu algum incentivo?
Crescimento Econômico	Quais produtos consegue produzir? Como é a qualidade deles e frequência?
Criação de emprego produtivo e de qualidade para homens e mulheres	Atualmente faz o mesmo trabalho? Houve alguma alteração?
Diálogo Social	precisaram se mudar da casa anterior? Como foi? Você queria mudar? Ficou feliz com a mudança?
Produtividade das Economias	Como era a sua vida? Trabalho, alimentação, vestir, saúde ou atendimento médico? O que produzia e que pescava na região? O que sente com a mudança? Trabalho, casa, produção agrícola, pescado e etc Atualmente faz o mesmo trabalho? Houve alguma alteração? Quais produtos consegue produzir? Como é a qualidade deles e frequência?
Proteção Social	Como era o atendimento de saúde e educação? Como ficou trabalhando? Como ficou sua vida? Atualmente faz o mesmo trabalho? Houve alguma alteração?
Respeitos aos Direitos no Trabalho	Como era a sua vida? Trabalho, alimentação, vestir, saúde ou atendimento médico? O que produzia e que pescava na região?
Turismo Sustentável	Antes deste local, qual a localidade que você morava? Pode descrever como era? Havia frequência de pessoas de fora da região?

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa, 2022

Com base nesses questionamentos, foram feitas as análises considerando a Teoria dos Impactos Sociais e a situação imposta em riscos e vulnerabilidades, onde se observou, violações e descumprimentos dos 7º e 8º Objetivos de desenvolvimento social da Agenda 2030 da ONU, tendo como base os seguintes destaques na vida, cultura e modo de subsistência, conforme quadro abaixo.

Figura 11 - Análises e identificações

Impactos Sociais	Riscos e Vulnerabilidades
Deslocamento forçado	Perda de território e patrimônio cultural
Destruição o Meio Ambiente	Saúde e Segurança Alimentar
Perda de Recursos Naturais	Exclusão Social e Económica
Exclusão Social e Cultural	Impactos na biodiversidade e mudanças climáticas

Fonte: elaborado a partir das definições teóricas da pesquisa, referenciadas no capítulo específico, 2023.

Com as identificações dos códigos e recortes da pesquisa, no capítulo quarto, onde há a análise semântica (Libault, 1971) encontram-se as discussões entre as teorias e a análise em rede com os as entrevistas coletadas nas comunidades impactadas, objeto dessa pesquisa.

3.4 Classificação, materiais e instrumentos da pesquisa

O caminho metodológico percorrido na pesquisa, buscou compreender a teoria do impacto social, bem como os conceitos de trabalho decente, o que se tem de definição sobre comunidades tradicionais amazônicas e também a respeito da teoria e método de análise de discurso de origem francesa, para a partir de então buscar entendimento sobre o objeto de estudo e a problemática (Zanella, 2009).

De acordo com Flick, é importante que o pesquisador delimite o campo de pesquisa e as questões a serem investigadas como base para estabelecimento do foco central para obtenção dos resultados (Flick, 2009). Assim, adota-se para o presente trabalho a seguinte metodologia:

Figura 12 - Classificação da Pesquisa



Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa, 2023.

Considerando que para a coleta de dados da pesquisa por meio de entrevistas que envolvem seres humanos, foi necessária a submissão do projeto da pesquisa ao Comitê de Ética, na Plataforma Brasil, buscando a salvaguarda dos direitos dos participantes de pesquisa, com relação às informações necessárias ao estudo, algumas, algumas são de acesso público, outras disponibilizadas através de acesso ao SEI do banco de dados do Estado de Rondônia.

Houve assinatura do Termo de Compromisso para manter a confidencialidade sobre os dados coletados, como estabelecido na Resolução CNS 466/2012 e suas complementares, e ao publicar os resultados da pesquisa, a consideração de manter o anonimato das pessoas cujos dados foram pesquisados.

Foi feita a declaração que se compromete com a responsabilidade e a integridade das informações e a privacidade dos participantes da pesquisa, para que os dados coletados não sejam repassados a pessoas não envolvidas na pesquisa.

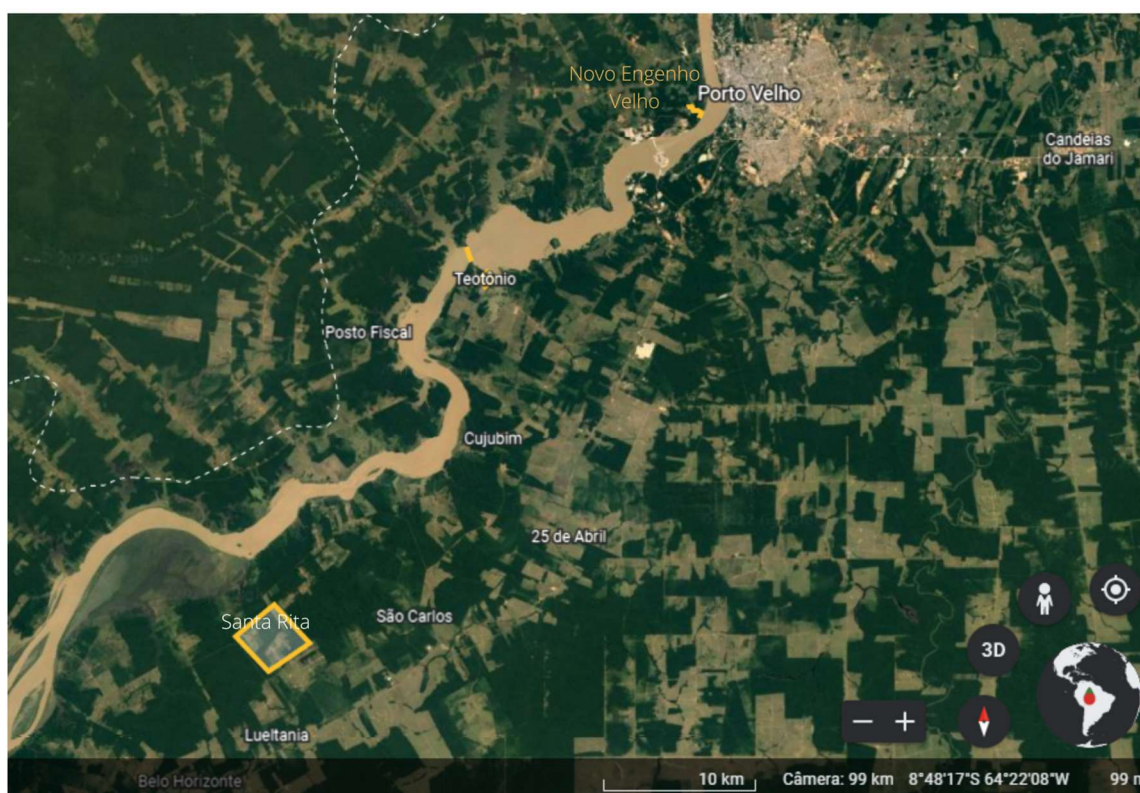
Assim, a guarda, cuidado e utilização das informações foram apenas para cumprimento dos objetivos previstos na pesquisa e somente foram coletados após a sua aprovação do protocolo de pesquisa no Sistema CEP/CONEP, cujo parecer de aprovação nº 4.991.619 foi emitido em 22/09/2021, possibilitando então a realização das entrevistas.

Há que se considerar que para a realização da pesquisa, em razão das dificuldades de deslocamento ocasionada pela pandemia de COVID-19 que tem assolado em períodos de alto contágio desde o início de 2020, bem como pela escolha do método de Análise do Discurso, onde se busca qualificar os significados, não tendo

a vertente estatística ou amostral de determinadas categorias, antes tem o intuito de se resgatar aquilo que está invisibilizado, foram recortadas três comunidades ribeirinhas que sofrem o deslocamento compulsório: Santa Rita, Nova Teotônio e Novo Engenho Velho, comunidades essas que antes da UHE Santo Antônio habitavam regiões de Cachoeiras e às margens do Rio Madeira.

Na imagem a seguir (fig.8) é possível observar a localização de cada Comunidade onde se realizaram as entrevistas, a primeira Santa Rita, localizada na imagem quase no canto à esquerda, ao centro a Comunidade de Nova Teotônio e bem próximo à borda superior da imagem a Comunidade de Novo Engenho Velho.

Figura 13 - Local de realização das entrevistas



Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa, 2023.

De acordo com o relatado pelo IBAMA em 2011, Novo Engenho Velho está assim configurado:

1. Novo Engenho Velho: O reassentamento foi instalado na margem esquerda do futuro reservatório, foi implantado seguindo um modelo de Agrovila, possui 40 lotes com moradias e quintais agroecológicos, com área de 2.000 m² e 21 lotes de produção com área útil média de 3,5 ha, localizados contíguo à Agrovila. Este reassentamento atendeu as famílias que viviam nas comunidades de Engenho Velho, São Domingos, Ilha Piquenique, Ilha do Presídio e moradores da margem direita. O reassentamento encontra-se

totalmente ocupado. (IBAMA, 2011)

A população do Novo Engenho Velho é uma população madura, os mais idosos à época do deslocamento alguns já não estão mais vivos, relatam que “morreu de tristeza” ou que “adoeceu depois que veio pra cá”, no entanto, em sua grande maioria são familiares ou familiarizados de longa data, “desde lá de cima”, conforme falam, e apresentam ser uma comunidade estabilizada, embora ainda hajam conflitos não solucionados que perduram até hoje, a exemplo a qualidade da terra para a produção, entre outros.

Outra comunidade, caracterizada pelo relatório do IBAMA em 2011, é Santa Rita:

2. Santa Rita: O reassentamento Santa Rita está localizado na margem direita do reservatório e possui 135 lotes. Sua ocupação será, exclusivamente, para famílias residentes em lotes atingidos no Projeto de Assentamento - PA Joana D'arc, implantado pelo INCRA. Por orientação do INCRA, o remanejamento das famílias residentes no assentamento será realizado com a reposição de lote e residência com 100 m², para 125 famílias afetadas pelo reservatório, 10 lotes sem residência para os parceiros, independentemente da área atingida em cada lote no PA. O loteamento deverá ter, ainda, 01 lote com uma casa (antiga sede da fazenda) que está sendo utilizado como Centro de Atendimento ao Reassentado - CAR. Em abril de 2011 iniciaram-se as primeiras mudanças para o reassentamento e a previsão para término do remanejamento das famílias é junho de 2011. O posto de saúde da comunidade ainda não se encontra finalizado, sugere-se que o empreendedor encaminhe relatório fotográfico tão logo a obra seja finalizada. (IBAMA, 2011)

Encontra-se em Santa Rita, atualmente uma grande desigualdade entre as produções, os que conseguiram investir e desenvolver tecnologias de plantio, conseguiram se estabelecer, os que por motivos pessoais, não puderam conseguir empréstimos e financiamentos, padecem e reclamam a falta de auxílio para preparar a terra, pois no Rio “lá depois da cheia, vinha terra nova para plantar na beira”.

Por fim, a comunidade que habitava a Cachoeira do Teotônio que ainda há quem receba auxílios da Santo Antônio Energia, por não terem até os dias atuais o pleno restabelecimento de condições de trafegabilidade, em razão do trajeto da estrada estar em desvio, e ainda haver obra, é uma comunidade que o seu hábito de trabalho era essencialmente a pesca, conforme descrito pelo IBAMA:

3. Vila Nova de Teotônio O reassentamento foi construído para atender aos moradores da Cachoeira de Teotônio. Essa comunidade

era formada principalmente de pescadores, comerciantes e prestadores de serviços vinculados à pesca. O reassentamento foi classificado como urbano, possui 72 lotes de 2000m². Todos os moradores da Cachoeira de Teotônio foram transferidos para as novas moradias (IBAMA,2011).

Um grande problema foi identificado na localidade, em razão dos habitantes tradicionais da região serem poucas famílias e a Santo Antônio Energia ter aproveitado a área para construir mais casas e ter oportunizado à Associação de Pescadores que ocupassem a região, o que potencializou a incidência de conflitos, pois não eram oriundos da Cachoeira de Teotônio, e ainda os tanques de criação de peixe feito pela SAE, a administração ter sido repassada à Associação de Pescadores e não para a Comunidade tradicional oriunda da Cachoeira de Teotônio.

4 DADOS E RESULTADOS

Iniciando a fase metodológica de análise dos dados, concebida por semântica (Libault 1971), são apresentados os resultados da pesquisa, os dados analisados por meio da prática discursiva, considerando a passagem de um discurso para outro que acompanha uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que se identificam e se enquadram nesses discursos.

Neste capítulo, serão apresentadas as discussões e análises dos dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas em cada comunidade. Para a análise desses dados, foi adotada a abordagem da análise do discurso, embasada em um referencial teórico que destaca a importância de compreender o discurso de forma integrada, a fim de discernir o fundamental do superficial, o essencial do acessório, buscando a significância discursiva em sua totalidade (Maingueneau, 2008, p.76). Vale ressaltar que o discurso apresenta múltiplas dimensões que serão consideradas ao longo da análise.

Um aspecto relevante a ser considerado é o 'estatuto' tanto do enunciador quanto do destinatário, uma vez que a subjetividade enunciativa depende da competência do discurso, e cada discurso estabelece um 'estatuto' que o enunciador deve atribuir adequadamente ao destinatário para legitimar sua fala. Além disso, é observada a 'dêixis enunciativa', que diz respeito à definição do espaço e do tempo em que o discurso é construído, levando em conta seu próprio universo. Isso não se limita à data exata de produção, mas à definição da instância temporal da enunciação, que delimita a cena e a cronologia em que o discurso se desenvolve.

O discurso também gera um espaço em que se desdobra uma voz própria. Trata-se de circunscrever as particularidades dessa voz, conforme imposto por sua semântica (Maingueneau, 2008, p.91). Feitas essas considerações teóricas, passaremos às aplicações práticas, com o objetivo de identificar os significados do Trabalho Decente na perspectiva das comunidades tradicionais ribeirinhas, que são o foco central desta tese.

4.1 Contextualização do sujeito, história e linguagem ribeirinha

O Estado de Rondônia ainda se depara com os conflitos socioambientais, que são relações territoriais conflitivas entre povos indígenas, ribeirinhos, fazendeiros, grileiros, pecuaristas, sojicultores entre outros (Cerqueira *et all*, 2020).

Na Amazônia, há sujeitos/atores envolvidos em problemas relacionados às desigualdades sociais, que se formam a partir de uma relação político-econômica desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político do espaço e sua apropriação simbólica. Diversas classes e grupos culturais (Haesbaert, 1994, p. 35) se apresentam nessas relações conflitivas.

Destaca-se na percepção dos ribeirinhos de Porto Velho sobre o rio Madeira, há laços “afetivos, subjetivos e de sobrevivência entre o ribeirinho e o rio que são o principal fio condutor do cotidiano nas comunidades ribeirinhas” (Ribeiro, 2012). Nesse sentido, o rio é incluído na vida dos moradores, como parte de si, fazendo presença nas diversas formas na vida da comunidade, como fonte de alimento e sobrevivência.

Discute-se também o modo de formação da comunidade ribeirinha, com base nos enfoques das teorias da representação social e do reconhecimento social enquanto correntes de pensamento teórico sobre os sujeitos de direitos individuais e coletivos, em resistência à invisibilidade (Pereira, 2014, p. 28), observando a ausência de legislação de reconhecimento dessa coletividade enquanto comunidade, e por outro lado, pela fala dos sujeitos pesquisados nas entrevistas e questionários aplicados.

Ressalta-se que as formas de expressões culturais e de vivências, onde grupos humanos criam e preservam tradições e características próprias de organização sociopolítica interna, bem como as Interações socioculturais e seus padrões culturais de construções, religiosas, artísticas, de valores, de expressões linguísticas e métodos de trabalho, são aspectos que devem ser observados para a preservação de sua identidade (De David, 2017, p.36).

Os ribeirinhos são povos que segundo suas identidades, construíram e reconstruíram comunidades nos recônditos de entradas de rios e igarapés e ali, por séculos ou décadas. Estabeleceram suas moradias, plantações e pequenas criações animais. É preciso debater as reconfigurações territoriais, as mudanças, conflitos e resistências, daí advindas. (Pereira, 2014)

A comunidade ribeirinha é um conjunto de sujeitos singulares, que formam um todo orgânico, forjada após longo período de marginalização social, deslocamentos forçados dos centros urbanos, políticas migratórias governamentais, mestiçagem e adaptação – portanto, peculiar e merecedora de legislação própria. Há uma intrínseca questão de identidade em tudo o que envolve essas pessoas (Silva, 2018, p. 62).

Na Amazônia existem os Povos das Águas em contraposição aos Povos da Floresta onde a relação “grupos humanos dependem tanto da terra de trabalho para

a agricultura de subsistência, quanto do seu acesso às águas de trabalho, onde desenvolvem atividades da pesca”. Essa relação homem-água-terra é o que lhe dá a garantia alimentar, o que lhe garante a fertilidade de suas terras, tornando-o também um “homem da terra” na vazante do rio. “O ciclo sazonal regula estritamente as atividades de agricultura e pesca dos Povos das Águas. As chuvas dificultam fortemente as atividades de agricultura de subsistência, fica impossível bem como as atividades de pesca. Assim como a lida com os animais”. O modo de vida orgânica desses humanos está condicionado ao ciclo da natureza (Scherer, 2004, p. 2).

4.2 Caracterização das comunidades tradicionais ribeirinhas deslocadas e reassentadas pela UHE Santo Antônio

Não se pretende criar estereótipos culturais e étnicos das comunidades ribeirinhas amazônicas, com fundamento no que defende Amossy e Pierrot (2010) serem representações cristalizadas, substanciando-se em esquemas culturais já existentes, por meio dos quais cada indivíduo cria sua visão da realidade, de acordo com o ambiente que o cerca.

[...] vivem em comunidades às margens dos rios ocupados por seus antepassados e, assim, gerações sucedem-se sempre com o mesmo modo de vida. Há contato preservacionista com a natureza, e a forma como dela retiram o seu sustento mantém uma racionalidade diferente na relação com a terra e a água, não as reconhecendo como mercadoria, mas como fonte de vida (Luiz, 2019, p.26).

São consideradas populações tradicionais, os moradores das regiões ribeirinhas (Nascimento, 1996), destacando que o modo de vida das comunidades, mantém uma interconexão com a natureza e os recursos naturais, os ribeirinhos têm um conhecimento profundo dos seus ciclos (Diegues, 2000). Nas questões territoriais, destaca-se também que:

A transformação do espaço geográfico se dá na apropriação da natureza pelo trabalho social, onde são incorporados objetos artificializados/tecnificados e conferem ao território novas formas de organização numa complexa trama que envolve ações de determinados grupos sociais e econômicos na moldagem territorial (Cavalcante, 2012, p.22).

Explorando ainda, Cavalcante (2010), já indicava possíveis “tensões” do uso do território e recursos naturais que impactam entre outros atores, ribeirinhos, garimpeiros e pescadores, senão, vejamos, quanto aos ribeirinhos:

Tem na agricultura de várzea e extrativismo florestal a principal atividade. A formação do reservatório manterá o rio em sua cota máxima, impossibilitando a formação de várzea. A empresa construtora afirma que o reservatório é “mínimo”, porém existe todo um sistema, (biota e populações humanas tradicionais) que dependem deste ciclo de cheia e vazante; portanto, as atividades e modos de vida dificilmente serão reestabelecidos (Cavalcante, 2012, p.137).

O ribeirinho não se refere àquele que mora às margens de um rio ou igarapé, mas sim aquele que mantém uma organização social diferenciada da urbana que possui produção e sobrevivência econômica principalmente na pesca, às vezes uma pequena produção agrícola, em sua maioria a mandioca para produzir farinha, alguns frutos como a melancia, plantada nas várzeas dos rios, bem como plantações perenes como o cupuaçu, a pupunha e o açaí. Esse ribeirinho, é ainda aquele que extrai os produtos da mata como a castanha-do-brasil, o açaí, a bacaba e o patoá nativos (Souza et al, 2002).

Assim fica claro que não é somente o fato de morar às margens de um rio ou igarapé que caracteriza o ribeirinho, isso seria uma classificação simplória diante da diversidade da forma de viver da população amazônica (Souza et al, 2002, p. 27).

Destaca-se também, as alterações que ocorreriam com relação aos pescadores:

A pesca é a principal fonte de renda e alimento das comunidades ribeirinhas. A formação do reservatório espécies de bagres (dourada e piramutaba), dificilmente será encontrada, devido às mudanças no regime hídrico e impedimento do fluxo natural dos peixes e desova (Cavalcante, 2012, p. 137).

Com suas peculiaridades, os ribeirinhos costumam a viver em núcleos familiares com casas muito próximas, conversam pelas janelas enquanto fazem o café ou o almoço, tem hábitos e atividades com rotinas muito parecidas e tem um fluxo e contínuo contato com a natureza, fazendo parte de sua rotina diária o rio e os recursos naturais (Luiz, 2019).

Figura 14 - Vila Cachoeira do Teotônio



Fonte: <http://vilanovadeteotonio.no.comunidades.net/>

Conforme se observa na imagem da Vila Cachoeira de Teotônio, antes do deslocamento compulsório, as casas eram construídas num espaço aglomerado, mantendo um vínculo de maior proximidade entre os moradores, pela relação de vizinhança, o rio Madeira e sua cachoeira era parte integrante da vida e da vivência desses ribeirinhos que dele sobreviviam, e tinham no rio o seu transporte, seja a jusante ou à montante, era só colocar seu barco ou mesmo canoa e trazer seu pescado ou produção de várzea e trazer para fazer suas trocas comerciais na “beira” próximo à área do “Cai N’água”.

Figura 15 - Casa em Engenho Velho



Fonte: Relatório Terra Nova, 2009

Com relação à Vila Engenho Velho, as casas dos ribeirinhos tinham no seu entorno, áreas de mata natural, em que os hábitos extrativistas podiam ser exercidos “no seu quintal”, habitavam entre o rio e a mata e dali sobreviviam e tiravam o seu sustento.

Ao se preservar a biodiversidade do ribeirinho, mantendo o livre acesso aos recursos naturais, garante-se o modo de vida, os saberes tradicionais repassados às gerações, o conhecer do rio, das chuvas, das épocas do ano, ocorre o fortalecimento da coesão social, há um desenvolvimento que possibilita o enfrentamento das adversidades que ameaçam a existência da vida em sociedade (Sen, 2000, p. 167)

O ribeirinho é um indivíduo que vive nas comunidades tradicionais da região amazônica, especialmente nas áreas próximas aos rios. Essas comunidades são formadas por populações indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e outros grupos que dependem dos recursos naturais da floresta amazônica e dos rios para sua subsistência.

O modo de vida do ribeirinho é muito influenciado pelo ambiente em que vive, com as atividades cotidianas girando em torno da pesca, da agricultura de subsistência, da caça e coleta de frutas, castanhas e outras espécies nativas. Além disso, muitos ribeirinhos também trabalham em atividades relacionadas ao extrativismo, como a coleta de madeira e borracha.

As comunidades ribeirinhas possuem uma cultura rica e diversa, com tradições e costumes que foram passados de geração em geração. As casas geralmente são

construídas em palafitas, para proteger das cheias dos rios, e a navegação fluvial é um meio de transporte importante para se deslocar entre as comunidades e para acessar as áreas de pesca.

Infelizmente, as comunidades ribeirinhas e seus modos de vida estão ameaçados pela expansão do agronegócio, mineração, desmatamento e outras atividades econômicas que destroem o meio ambiente e desestabilizam as comunidades locais. Por isso, a proteção dos direitos e da autonomia das comunidades tradicionais é fundamental para a conservação da floresta amazônica e a preservação da diversidade cultural da região.

Nesse contexto, essa composição, define os sentidos de lugar para o ribeirinho de comunidades tradicionais, que “acionam percepções e concepções de trabalho, saúde e segurança, que podem atribuir uma percepção de acesso à justiça e aos direitos humanos (Luiz, 2019, p.213)

Insta salientar que "beradeiro" é um termo usado para descrever os ribeirinhos das regiões de "várzea" na Amazônia, especialmente aqueles que vivem nas margens dos rios e lagos da região. A palavra "beradeiro" vem do termo "beira-rio", que se refere às pessoas que vivem ao longo dos rios e que dependem dos recursos naturais que eles fornecem para sobreviver.

Os beradeiros são aqueles que tem como atividade econômica preponderante à pesca, agricultura e extrativismo que dependem dos recursos naturais da região para subsistência, como peixes, frutas, castanhas, madeira e plantas medicinais. Eles têm uma cultura rica e diversa, com costumes e tradições que foram transmitidos ao longo de gerações, e são muitas vezes muito ligados à terra e aos rios que habitam.

Assim como os ribeirinhos, os beradeiros também enfrentam ameaças ao seu modo de vida e à sua subsistência, como a expansão do agronegócio, a mineração e o desmatamento. A proteção dos direitos e da autonomia das comunidades tradicionais, incluindo os beradeiros, é fundamental para a conservação da floresta amazônica e a preservação da diversidade cultural da região.

Ocorre que é importante lembrar que a autodenominação e a forma como as pessoas desejam ser chamadas pode variar de acordo com a região, a cultura e as tradições locais, nesse sentido, é necessário respeitar a forma como as pessoas se autodenominam e se referem a si mesmas, bem como estar aberto ao diálogo e à aprendizagem para evitar qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

4.3. A luta dos movimentos sociais contra o pensamento abissal: os impactados no processo de construção das usinas

Estudos e pesquisas têm gerado discussões e reflexões sobre os efeitos negativos dos projetos que utilizam a energia hidrelétrica. Uma das possibilidades de impactos é o deslocamento compulsório de populações tradicionais, especialmente em complexos hidrelétricos, o que tem sido objeto de estudo das ciências sociais. As questões levantadas incluem o caráter autoritário dos deslocamentos, as perdas materiais e de saúde e a desestruturação psicossocial, que são preocupantes. Nesse sentido:

A problemática do deslocamento compulsório de “populações tradicionais”, uma das possibilidades de impactos decorrente da implantação de “grandes projetos” e, em especial, de complexos hidrelétricos, consolidou-se ultimamente como objeto das ciências sociais. Questões como o caráter autoritário dos deslocamentos compulsórios, as perdas materiais e de saúde e a desestruturação psico-social tornaram-se recorrentes [...] (Simonian, 1996).

Além dos impactos e demais problemas decorrentes dos projetos hidrelétricos, a literatura especializada tem incorporado a intensificação das lutas em defesa dos direitos das populações deslocadas ou atingidas de outras formas, bem como as vitórias conquistadas. Essas lutas são importantes não apenas pela defesa dos direitos humanos, mas também pela construção de novos modelos de desenvolvimento que considerem a participação das comunidades afetadas e a preservação do meio ambiente. (Caba; Dalla Costa; Magalhães in Simonian, 1996, p. 573).

De acordo com Vainer (2005, p. 1, 25), o conceito de "atingido" adotado em cada empreendimento hidrelétrico não é meramente técnico ou estritamente econômico. A intensidade da luta concreta dos atingidos naquele conflito é que influencia o conceito adotado, tornando-o, portanto, um conceito em disputa..

Alguns estudos destacam o "conceito territorial-patrimonialista", segundo o qual apenas os proprietários têm direito à reparação, e somente na forma monetária, através de indenizações (Vainer, 2005, p. 3-6). Outros adotam a "concepção hídrica", que reconhece a existência de não proprietários, como posseiros, meeiros e ocupantes, mas limita o reconhecimento de atingidos apenas aos "inundados", excluindo, por exemplo, toda a população atingida a jusante (Vainer, 2005, p. 6-7). Ambas as concepções derivam das estratégias dos empreendedores em controlar o

território para viabilizar a implantação do projeto, em que o atingido é visto como um obstáculo a ser superado (Vainer, 2005, p. 6-7).

A criação das instituições que representam os atingidos por barragens foi um reflexo do paradigma adotado pelo setor elétrico nacional. No entanto, durante o período de absolutismo militar, que se intensificou na década de 1970, milhares de pessoas foram vítimas desse modelo de desenvolvimento, perdendo suas casas, terras e meios de subsistência sem qualquer tipo de reparação.

Ao longo dos primeiros anos após a construção de barragens em diversas regiões do país, surgiram movimentos de atingidos que lutavam pelos seus direitos. A Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) foi formada na região Sul, enquanto a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí no Pará (CAHTU) surgiu na região Norte. A Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu foi estabelecida no Paraná, e outros movimentos surgiram em diferentes partes do Nordeste, como em Itaparica (ANAB, 2013, p. 7-8).

Essa organização trouxe fortalecimento e as reivindicações passaram a ir além da indenização, “queriam que fosse reconhecido o direito de continuarem sendo agricultores, de permanecerem trabalhando na terra e produzindo seu próprio alimento”, passando assim também a exigir o direito ao reassentamento.

Assim, como resultado dessa luta, por exemplo, em 1987 foi homologado pelo então Ministro de Minas e Energia um acordo entre a CRAB e a Eletrosul determinando “a troca de terra por terra”, criando o direito ao reassentamento, no qual se estabelecia também padrões relacionados ao tamanho dos lotes, das casas, assistência técnica e verba de manutenção.

Assim sendo, a organização regional obteve sucesso na negociação dos acordos para os atingidos de duas hidrelétricas diferentes, Itá e Machadinho, tornando-se uma referência para atingidos de todo o país (ANAB, 2013, p. 8-9; VAINER, 2005, p. 25).

Essas conquistas dos atingidos permitiram uma ampliação do conceito de "atingido", que passou a compreender o empreendimento como um agente desencadeador de diversas transformações sociais no território em que se insere, abrangendo não só os deslocados físicos, mas também os "deslocados econômicos", cujas formas de sustento material e simbólico foram desestabilizadas (Vainer, 2005, p. 8-9; 12-13).

Desse modo, seguiu-se a luta dos atingidos em direção à ampliação do conceito

de atingido e pela institucionalização de direitos, como parte fundamental de um processo mais amplo de redemocratização do país, de florescimento da legislação ambiental, ao contrário da abordagem tradicional do direito ambiental, os fatores para o surgimento das leis ambientais vão além da Conferência de Estocolmo de 1972.

Conforme Pinto (2020, p. 96), a partir de 1985, o setor elétrico passou a ser confrontado em relação às suas concepções, estratégias e práticas relacionadas ao tratamento das populações nas áreas de implantação de seus empreendimentos.

Ainda nesse sentido, a legislação ambiental emergente, passa a impor a obrigatoriedade de licenciamento ambiental, de um lado, o crescimento da resistência das populações, de outro lado, tudo concorre para que o próprio Setor, liderado pela Eletrobrás, comece a avançar em suas definições (Vainer, 2003, p. 21).

Em razão das pressões políticas promovidas pela consolidação da Comissão de Atingidos por Barragens em 1979 e, a consequente articulação desses atores no Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, o setor elétrico foi impulsionado a ser o primeiro setor empresarial a investir na elaboração de diretrizes para estudos ambientais (Dutra, 2021).

Algumas ações, são destacadas: em 1986, a criação pela Eletrobrás do Conselho Consultivo de Meio Ambiente; a elaboração do Manual de Estudos de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos (junho/1986); a criação do Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e nos Serviços do Setor Elétrico no mesmo ano (Barbosa, 2001).

No final da década de 1980 e no início da década de 1990, configuravam-se os aparatos estatais que seriam responsáveis pela gestão da questão ambiental no âmbito das políticas relacionadas ao setor energético.

Encontra-se a informação registrada pelo Ministério Público Federal de que de 1970 e intensificado em 1980, a existência de graves consequências ecológicas e sociais promovidas pelas grandes obras de promoção de desenvolvimento, também chamados de “projetos de grande escala”; e também relaciona os movimentos de grande mobilização social como responsáveis pelas conquistas democráticas e seus desdobramentos para a construção da política ambiental com a participação da sociedade nos processo de AIA (MPF, 2004, p.9).

Configura-se assim, o período histórico que o MAB deixava seu caráter de influência regional, e ganha proporções nacional, como marco desse processo, em março de 1991, a realização do I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por

Barragens, onde reuniu organizações regionais de atingidos (Foschiera, 2009, p. 260), demonstrando a ascensão da luta dos atingidos no período.

Na atualidade, o MAB está organizado nos vinte estados da federação, com articulação internacional com outros movimentos de atingidos por barragens no Movimento de Afetados por Represas (MAR) e se define como “movimento nacional, com rostos regionais, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução” (MAB, 2011, p. 5).

O Decreto nº 7.037/2009 que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD-3), foi um marco de reconhecimento da luta dos atingidos, estabelecendo que a Secretaria Especial da Presidência da República como responsável por definir mecanismos para garantia dos Direitos Humanos das populações diretamente atingidas pelos empreendimentos que causem impactos sociais e ambientais (ANAB, 2013, p. 12).

O então presidente da república, em 26 de outubro de 2010, promulgou o Decreto 7.342 de 2010, que institui o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica, criando um Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia (Brasil, 2010).

O Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) apresentou oficialmente uma metodologia para a realização de levantamentos da situação social, econômica e cultural nas regiões atingidas por barragens, com o objetivo de diagnosticar a dívida social, como resultado de um acordo firmado entre a Secretaria Geral da Presidência da República e o MAB, em 2013, que tinha como “item 12” o compromisso de elaborar “Planos de Recuperação e Desenvolvimento” de comunidades atingidas por barragens, em 2014 (IPEA, 2014).

O Decreto nº 3.656 de 1941 que garante a indenização em dinheiro para os proprietários atingidos por obras consideradas de interesse público, é considerado para o MAB como a única garantia jurídica que há na prática para os atingidos por barragens, o Movimento considera que há uma ausência de um marco legal forte capaz de garantir os direitos dos atingidos, diante de uma diversidade enorme de leis que garantem os interesses do setor elétrico, representando uma enorme assimetria normativa (MAB, 2013, p. 15, 16).

O MAB tem proposto uma Política Nacional de Direitos para as Populações

Atingidas por Barragens (PNAB) visando preencher essa lacuna histórica, evitando novas violações, mas também a reparação do passivo social e ambiental acumulado pelas barragens já construídas.

A PNAB tem como pontos principais: a definição do conceito de atingido; a definição das formas de reparação; a definição dos direitos dos atingidos; a criação de um Programa de Direitos do Atingidos por Barragens, em cada obra, no âmbito do licenciamento ambiental; a criação da “Conta PNAB” que financiará a política de direitos e a criação de um órgão do Estado responsável pela política, com a participação dos atingidos (MAB, 2013, p. 20).

As conquistas ao longo da história do MAB demonstram o seu caráter instituinte de direitos, afirmam a sua legitimidade enquanto sujeito coletivo que representa os interesses das populações atingidas e a importância da luta e da organização para a efetivação dos direitos, mesmo que já instituídos (Dutra, 2021).

A Lei 4.319 de 1964, criou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), atribuindo a competência de “promover inquéritos, investigações e estudos acerca da eficácia das normas asseguradoras dos direitos da pessoa humana, inscritos na Constituição Federal, na Declaração Americana dos Direitos e Deveres Fundamentais do Homem (1948) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)”.

Destaca-se ainda, grave denúncia apresentada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em sessão ordinária ocorrida em 30 de março de 2006, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) decidiu instituir uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violação de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens (CDDPH, 2010, p. 3).

O resultado dos trabalhos da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” consiste na principal fonte documental oficial acerca da eficácia do processo de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas para a proteção dos direitos das populações atingidas por barragens no Brasil.

Na pauta dos trabalhos da comissão não foi colocado a discussão sobre os meios e modos de gerar e transmitir e distribuir energia elétrica, ou sobre o planejamento energético, se atendo somente aos problemas relacionados à violação e garantia dos direitos humanos (CDDPH, 2010, p. 4-5).

A partir da Resolução nº 26 do CDDPH de 15 de agosto de 2006, ficou definida

a constituição da Comissão Especial, abrangendo representantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), da Câmara dos Deputados, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Ministério de Minas e Energia (MME), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Defensoria Pública da União (DPU) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (CDDPH, 2010, p. 4). Diante das diversas trajetórias, experiências e papéis institucionais diferenciados, os integrantes da comissão acordaram produzir avaliações e proposições que fossem consensuais (CDDPH, 2010, p.5).

Nos termos da mesma Resolução, o mandato incumbia a comissão das seguintes atribuições (CDDPH, 2010, p. 4):

- Acompanhar denúncias, encaminhadas ao CDDPH, de ocorrências de violações de direitos humanos decorrentes da implementação de barragens no País, realizando um levantamento empírico desses casos (CDDPH, 2010, p. 4).
- Apresentar sugestões e propostas no que concerne à prevenção, avaliação e mitigação dos impactos sociais e ambientais da implementação dessas barragens, e a preservação e reparação dos direitos das populações atingidas (CDDPH, 2010, p. 4).

Em seus trabalhos, a Comissão recebeu denúncias de violação de direitos humanos abrangendo 74 barragens, entre elas as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira. Das denúncias foram acolhidas para acompanhamento Tucuruí (Pará), Acauã (Paraíba), Cana Brava (Goiás), Aimorés (Minas Gerais e Espírito Santo), Emboque (Minas Gerais), Fumaça (Minas Gerais) e Foz do Chapecó (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), incluindo, portanto, casos de todas as regiões do país (MAB, 2011, p.7,8). A definição dos casos dotados partiu de dois critérios básicos (CDDPH, 2010, p. 7):

- Consistência e verossimilhança da denúncia (CDDPH, 2010, p. 7);
- Diversidade de casos a serem acompanhados, de modo a considerar diversidade regional, diversidade de situações (barragens grandes, médias e pequenas), diferenças temporais (barragens antigas, recentes e em construção); natureza dos responsáveis pela construção ou operação das barragens (empresas públicas, mistas e privadas); objetivos das barragens (geração hidrelétrica, abastecimento de água, etc) (CDDPH, 2010, p. 7).

Ainda de acordo com o relatório da comissão, o elemento central do acompanhamento consistiu na verificação in loco das denúncias, na qual se buscou contatar diferentes grupos relacionados aos casos, autoridades estatais, sindicais, da

sociedade civil, atingidos e via de regra foram realizadas reuniões e audiências públicas em diversos espaços oficiais e comunitários, além das visitas às comunidades afetadas e à barragem em si (CDDPH, 2010, p.9). Mas além da documentação oriunda das visitas foram feitas consultas a documentos oficiais, trabalhos acadêmicos, diretamente junto a agências governamentais (municipais, estaduais e federais), bem como de documentos espontaneamente encaminhados pela sociedade civil (CDDPH, 2010, p.12).

Durante os trabalhos da Comissão, ficaram evidentes a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens nos casos estudados.

Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as grandes desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (CDDPH, 2010, p. 13).

Constatou-se que os principais fatores que contribuem para que ocorram as violações são: a falta de informação (CDDPH, 2010, p.13); a definição restritiva e limitada do conceito de atingido (CDDPH, 2010, p.14); a omissão de especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas (CDDPH, 2010, p.14); omissão diante das necessidades particulares de grupos mais vulneráveis como idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais (CDDPH, 2010, p.15); lacunas, má-aplicação da legislação ou ambos (CDDPH, 2010, p.15).

A transparência e o acesso à informação qualificada, são essenciais para a garantir o direito à participação democrática, conforme observado pela Comissão, alguns fatores acabam impedindo que as informações pertinentes cheguem aos principais interessados, dentre os quais estão:

- A omissão ou recusa de fornecer aos interessados informações relevantes, como, por exemplo, resultados de levantamentos cadastrais ou, até mesmo, a lista de famílias e/ou propriedades consideradas pela empresa como atingidas, assim consideradas pelas empresas;
- A falta de assessoria jurídica;
- O uso de linguagem inacessível ao público de não especialistas;
- O fornecimento de informações contraditórias ou, mesmo, falsas;
- A precariedade e insuficiência dos estudos ambientais, além da falta de oportunidade efetiva para participação, como a não-ocorrência de audiências públicas ou realização de audiências e outros fóruns

cujo formato não favorece a participação popular efetiva. (CDDPH, 2010, p.14).

A Comissão Especial ressalta que a caracterização restritiva ou limitada do que significa o termo “atingidos” para configurar os prejuízos e quem são os prejudicados pelos “planejamento, implantação e operação da barragem”, deixa sem abranger diversos direitos e desqualifica diversas famílias e grupos sociais que eram para ser incluídos nas reparações e/ou ressarcimentos. Destaca ainda que o conceito de atingido eleito, “tem propiciado e justificado a violação de direitos a uma justa reparação ou compensação”. Destarte, os ocupantes, posseiros, comerciantes, os que estão envolvidos em atividades de garimpos artesanais, alguns pescadores que não têm fixação ou comprovação de que sua sobrevivência seja dependente do acesso aos recursos naturais impactados (CDDPH, 2010, p.14).

Outro ponto de destaque da Comissão Especial, são as especificidades socioeconômicas e culturais das populações atingidas, indicando que “as deficiências dos estudos ambientais têm sido reiteradamente assinaladas na literatura científica e em relatórios de órgãos governamentais e agências multilaterais”. Constatando que os estudos desconhecem, omitem, ou mesmo sonegam informações relevantes sobre os processos sociais complexos que são afetados pelo planejamento, implantação e operação de barragens.

Assim, fica evidente que a realidade complexa das populações atingidas é simplificada, bem como suas relações com as bases físicas e bióticas constituem seu meio ambiente.

Por derradeiro, a Comissão Especial conseguiu identificar um conjunto de dezesseis direitos humanos que são sistematicamente violados em projetos de hidrelétricas:

1. Direito à informação e participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho digno;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável;
7. Direito à melhoria das condições de vida;
8. Direito à reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de locomoção;
11. Direito aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2010, p. 15).

Em suas conclusões, a Comissão aponta que de forma inequívoca, é fundamental para o pleno exercício dos direitos humanos a presença de uma consistente organização da sociedade civil e que os aparatos legais “ganham outros significados e eficácias ali e quando grupos organizados, autênticos representantes da sociedade civil, são capazes de se constituir, ampliar suas bases sociais e agir sem constrangimentos e restrições”. Porém, sem que com isso se crie um alibi para a desresponsabilização do Estado, ao qual cabe garantir a participação (CDDPH, 2010, p. 23).

A partir desses apontamentos, traça o paralelo com as considerações de Santos (2007) quando traz para as reflexões de que o pensamento moderno ocidental é um Pensamento Abissal, consistindo em divisões mais visíveis e menos visíveis que se estabelecem por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos, o que se configura “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”.

Essa divisão é tão definitiva a ponto de o autor reconhecer que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, tornando-se, nessa medida, inexistente (Santos, 2007, p. 71).

A partir dos dados e conclusões do relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, restou evidenciada a invisibilidade dos que se encontram “do outro lado da linha” ao violar dezesseis direitos humanos, o que equivale a estar do outro lado dessa linha abissal.

Apesar de as barragens terem sido construídas com o objetivo de fornecer energia elétrica para o país, elas também causam impactos socioambientais significativos, como o deslocamento forçado de populações inteiras, a destruição de ecossistemas e a perda de modos de vida tradicionais. Esses impactos, por sua vez, desencadearam uma série de movimentos e organizações de atingidos por barragens que lutam por seus direitos e reparações.

No entanto, a luta dos atingidos por barragens não se resume apenas à reparação dos danos causados. Ela também questiona o modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais e na expropriação das populações locais. Como apontado por Pinto (2020) e Santos (2007), esse modelo é marcado por divisões abissais que tornam invisíveis as populações que são consideradas “do outro lado da linha”.

Portanto, a luta dos atingidos por barragens é também uma luta por reconhecimento e valorização da vida e dos direitos humanos das populações

atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos. É preciso repensar o modelo de desenvolvimento e as políticas energéticas do país, de forma a garantir a participação e o respeito às comunidades locais e ao meio ambiente.

4.4 Sistema de referência dos entrevistados

O público-alvo do presente estudo consiste na população das comunidades do Assentamento Santa Rita, em sua maioria já idosos (acima de 60 anos), alguns já aposentados, outros buscando benefícios que ainda não conseguiram, devido à falta de documentação comprobatória, em razão dos deslocamentos que tiveram, inundações entre outros;

Outra comunidade entrevistada foi a Vila Nova Teotônio, que ainda recebem auxílios, em decorrência de não conseguirem acesso pela estrada, por terem perdido área de trafegabilidade pelo rio e outras situações requeridas e justificadas junto à Santo Antônio Energia, possui uma população além dos idosos, contam com mais jovens do que a encontrada em Santa Rita e Novo Engenho Velho.

Por fim, a população de Novo Engenho Velho, foi possível entrevistar pessoas que atuam na Associação de Moradores, bem como alguns que já são aposentados e se encontravam em casa, nos momentos das visitas que se deram durante o dia.

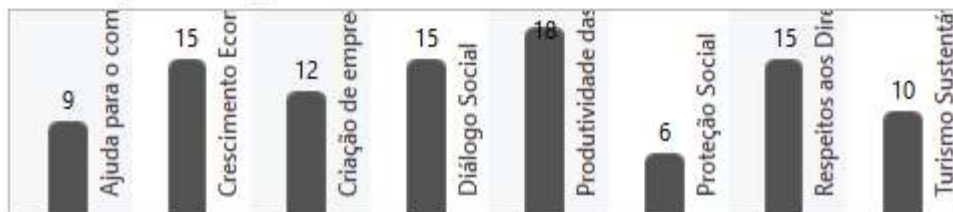
Nas análises, serão referenciados os destaques de trechos das entrevistas e documentos que podem ser identificados, observando o termo de confidencialidade, com base nas categorizações; homem ou mulher, tipo de atividade de trabalho no momento da entrevista (aposentando, trabalhador da cidade, desempregado, pescador, produtor etc e a localidade).

Figura 16 - Índice de entrevistas

ID	Nome	Tipo de Mídia
D 1	Homem - Aposentado - Santa Rita~	Texto
D 2	Homem - desempregado - Santa Rita~	Texto
D 3	Homem - desempregado - Engenho Velho~	Texto
D 4	Homem - desempregado - Teotônio~	Texto
D 5	Homem- pescador - Engenho Velho~	Texto
D 6	Mulher - desempregada - Teotônio~	Texto
D 7	Mulher - desempregada - Teotônio~	Texto
D 8	Mulher - aposentada - Engenho Velho~	Texto
D 9	Mulher - aposentada - Santa Rita~	Texto
D 10	Mulher - aposentada - Teotônio~	Texto
D 11	Mulher - aposentada - Santa Rita~	Texto
D 12	Homem - pescador - Teotônio~	Texto
D 13	Homem - pescador - Teotônio~	Texto
D 14	Mulher - servidora pública - Teotônio~	Texto
D 15	Mulher - empregada urbana - Teotônio~	Texto
D 16	Homem - pescador - Engenho Velho~	Texto

Diagr

Distribuição de código entre documentos



Fonte: elaborado no software Atlas Ti, com dados da pesquisa, 2023

Destaca-se que foram dois momentos de visitas para entrevistas, num primeiro momento, em época de chuvas, onde já fizeram as plantações sazonais e aguardam o crescimento, para posterior colheita e outra para os mesmos entrevistados, na época da estiagem, onde as estradas ficam mais enxutas, mas outras situações foram possíveis perceber, conforme serão evidenciados nos dados e discussões.

4.5 Aplicação do método de “AD” e metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU:

Foram feitas as transcrições e utilizou-se o sistema operacional Atlas TI, que permite configurar as categorias, conforme descrição do quadro constante na figura.7, que relaciona o roteiro de entrevistas e as metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU.

O software Atlas TI é uma ferramenta de análise qualitativa de dados que permite a organização e a interpretação de informações coletadas em pesquisas. Neste estudo, o software foi utilizado para analisar 16 entrevistas aplicadas em

comunidades, bem como 10 documentos extraídos do SEI de licenciamento ambiental da Santo Antônio Energia, do IBAMA. Os códigos utilizados para a análise foram baseados nas metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, incluindo Ajuda para o comércio, Crescimento Econômico, Criação de emprego produtivo e de qualidade para homens e mulheres, Diálogo Social, Produtividade das Economias, Proteção Social, Respeitos aos Direitos no Trabalho e Turismo Sustentável. Esses códigos foram escolhidos para avaliar o impacto da construção da usina hidrelétrica na região em relação às metas de desenvolvimento sustentável estabelecidas pela ONU.

A análise desses códigos permitiu identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades locais em relação ao trabalho decente e ao desenvolvimento econômico sustentável na região.

A análise do discurso é uma técnica utilizada para entender o significado das palavras e expressões utilizadas pelos entrevistados em um determinado contexto. Neste estudo, a análise do discurso foi utilizada para compreender as percepções e opiniões das comunidades tradicionais em relação à construção da usina hidrelétrica em Santo Antônio. Através da análise do discurso, foi possível identificar as principais preocupações e desafios enfrentados pelas comunidades, bem como as perspectivas em relação ao futuro.

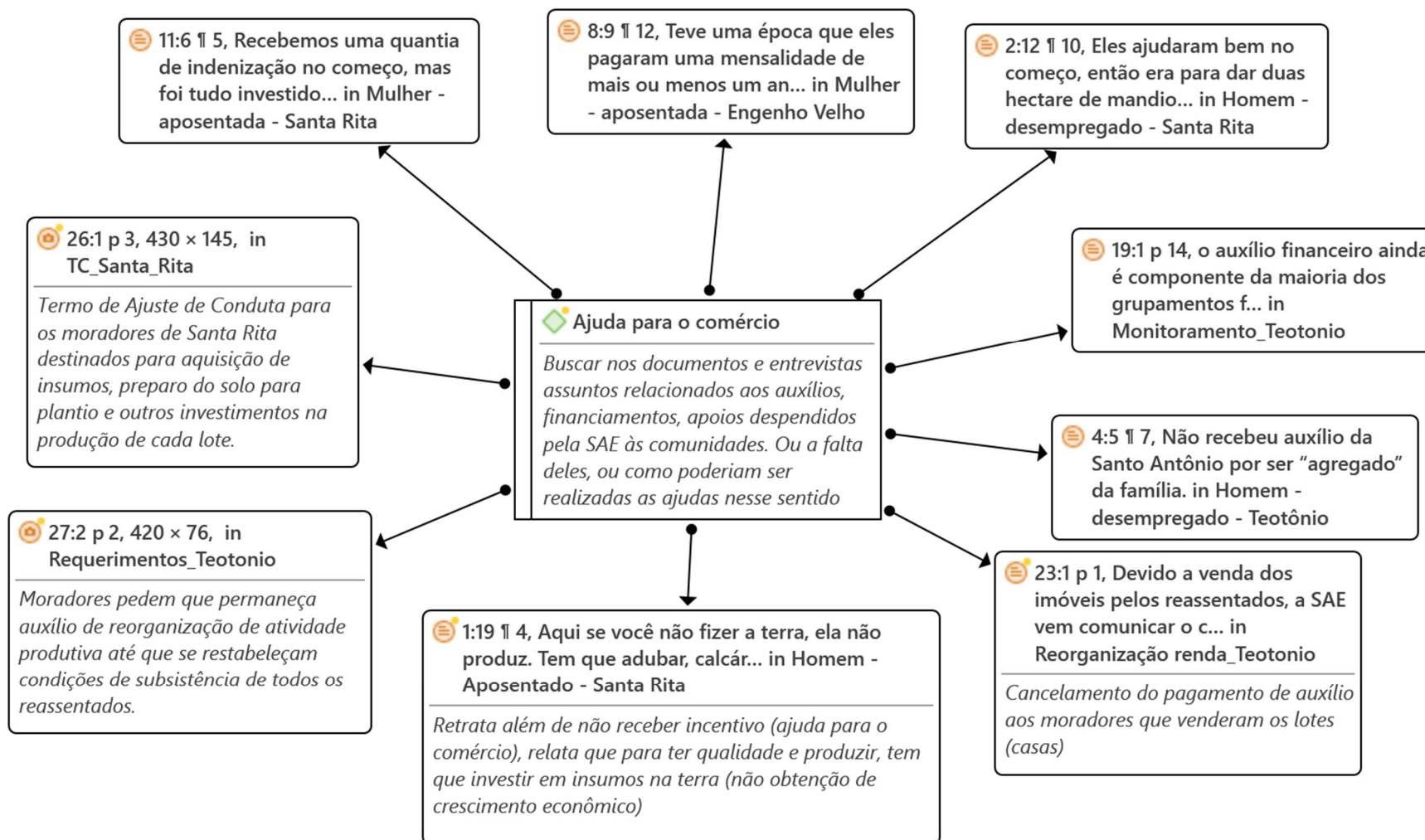
Para categorizar os dados, foram utilizados códigos baseados nas metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU. Esses códigos foram aplicados às transcrições das entrevistas para identificar as principais ideias e temas abordados pelos entrevistados.

Através da análise do discurso e da categorização dos dados, foi possível compreender as percepções das comunidades tradicionais em relação ao impacto da construção da usina hidrelétrica na região. Os resultados obtidos permitiram identificar os principais desafios enfrentados pelas comunidades em relação ao trabalho decente e ao desenvolvimento econômico sustentável na região, bem como as perspectivas em relação ao futuro.

A seguir, serão apresentadas as redes de cada categoria, sendo abertas discussões, de acordo com as definições, conforme segue:

4.5.1. Meta – Ajuda para o comércio

Figura 17 - Dados da Entrevista - Ajuda para o comércio



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

Com base nos dados que compõe a rede de discursos coletados nas entrevistas, foi possível identificar nas três comunidades objeto da pesquisa, o código “Ajuda para o Comércio”, uma das metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, ou seja, a tentativa de aumentar o apoio e a iniciativa de ajudar o comércio local, ou a sua ausência, bem como a prática de fornecimento de apoio no início (época do remanejamento) e sua cessação em momento posterior, sem observar melhoria nas condições do desempenho de trabalho com dignidade.

Conforme se destacou, “no começo a ajuda foi boa”, a exemplo da época da mudança para a localidade, como era época de chuva, a Santo Antônio Energia “deu o dinheiro da produção dessa época”. No entanto, a terra onde está localizada a Comunidade Reassentada Santa Rita, é um solo pobre em comparado ao solo que era localizado às margens do Rio Madeira, que conforme a mudança do clima, com a possibilidade da plantação nas várzeas, havia a renovação da terra e sedimentos, não sendo necessário investimento em tecnologias de produção, nem tampouco o investimento em fertilizantes, o que se faz necessário hoje em dia para que haja produção na terra.

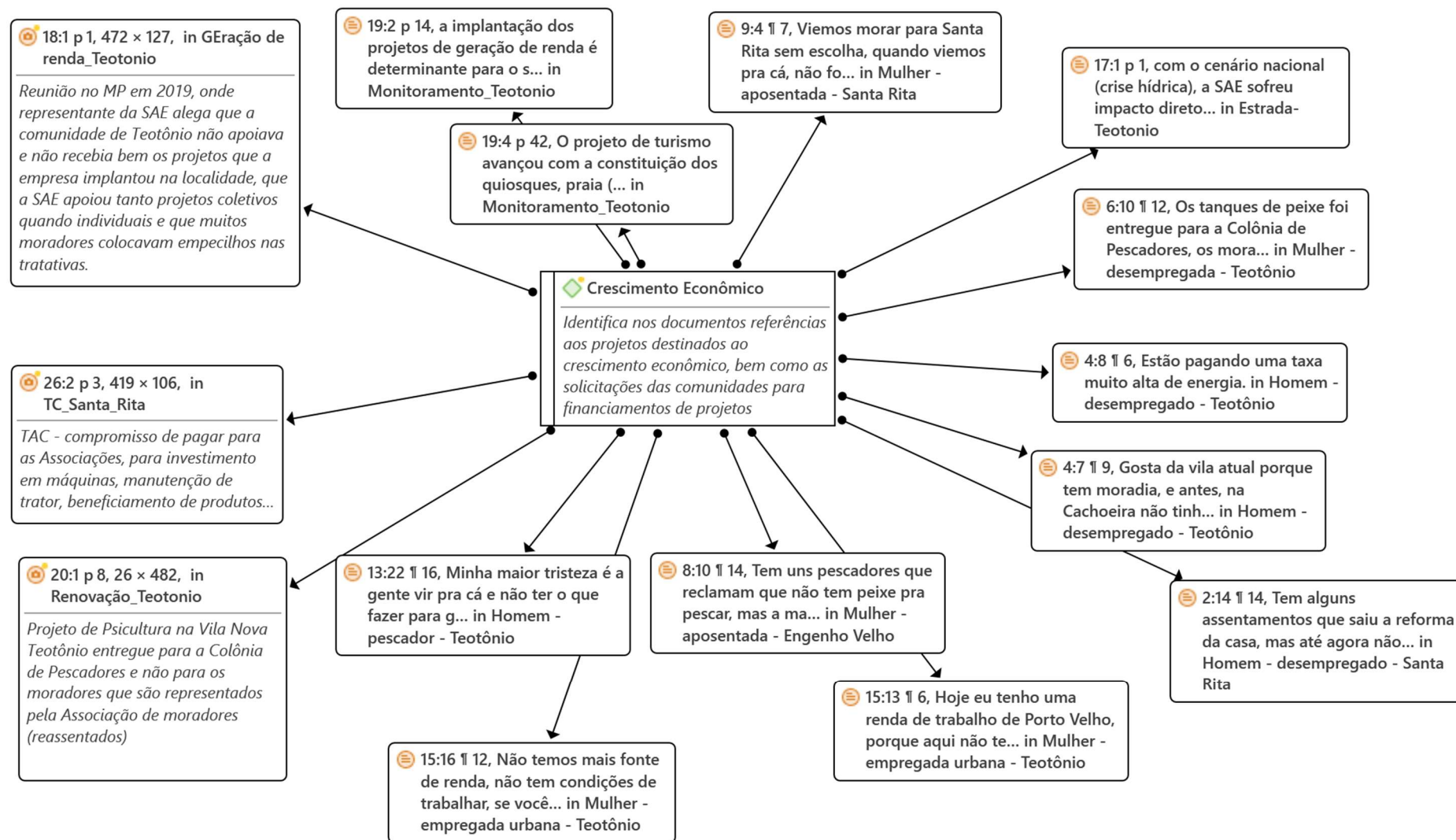
Com os achados na pesquisa, acima apresentados, descreve a situação de um grupo de trabalhadores que não recebeu o auxílio financeiro prometido pela empresa responsável pela construção da usina hidrelétrica Santo Antônio Energia. Com os relatos, evidencia a falta de incentivo para o crescimento econômico.

Além disso, há um grupo que depende fortemente do auxílio financeiro para compor sua renda, o que demonstra a precariedade das condições de trabalho e a violação do direito ao trabalho decente. Há também dados de cancelamento do auxílio aos moradores que venderam seus lotes em Vila Nova Teotônio, bem como a necessidade de um Termo de Ajuste de Conduta para a aquisição de insumos e outros investimentos na produção em Santa Rita. Os trabalhadores de Vila Nova Teotônio pedem que o auxílio seja mantido até que as condições de subsistência sejam restabelecidas para todos os reassentados.

Portanto, é necessário que medidas sejam tomadas para garantir a assistência social adequada para as comunidades reassentadas, a fim de promover a inclusão social e econômica desses grupos. É importante que as demandas dos moradores reassentados sejam ouvidas e levadas em consideração na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades.

4.5.2. Meta – Crescimento econômico

Figura 18 - Dados de entrevistas - Crescimento econômico



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

No processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio, alguns documentos, objeto da pesquisa, observou-se dados que fazem parte da análise da meta “Crescimento Econômico, bem como outros trechos de entrevistas e documentos que permitem analisar o cumprimento da meta do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU.

A partir das falas dos moradores, é possível verificar que, apesar de alguns assentamentos terem passado por reformas, ainda há uma falta de renda e trabalho para a população reassentada. Alguns moradores relatam que não foram preparados para trabalhar com a terra e que enfrentam dificuldades para produzir, o que evidencia a necessidade de projetos de geração de renda para garantir a independência das famílias.

A empresa SAE implantou projetos coletivos e individuais na localidade, mas enfrentou resistência da comunidade. O representante da empresa relata que muitos moradores colocavam empecilhos nas tratativas. Apesar disso, a implantação dos projetos de geração de renda é determinante para o sucesso econômico do reassentamento. O projeto de turismo avançou com a constituição dos quiosques, praia e trilha, mas o acesso ao reassentamento sofreu um desvio que acresceu ao traçado original cerca de 12 km de estrada de chão, gerando transtornos e maiores gastos.

Destarte, houve investimento em infraestrutura, no entanto não há frequência de turista, o que demonstra a não obtenção de crescimento econômico, mesmo havendo altos investimentos em projetos.

A obra de piscicultura entregue pela SAE deverá ser utilizada pela Colônia de Pescadores, não podendo ser explorada pelos que foram reassentados, assim os moradores reclamam que não recebem peixe do local e não são beneficiados com o projeto realizado. Com fundamento na crise hídrica nacional, foi alegado que impactou diretamente o caixa da SAE, que precisou reavaliar e postergar projetos previstos para 2021. A empresa se comprometeu a pagar recursos para as Associações, destinados a investimento em máquinas, manutenção de trator, beneficiamento de produtos e outros para a Comunidade Santa Rita.

Em suma, apesar dos esforços da empresa SAE em implantar projetos coletivos e individuais para geração de renda na localidade, ainda há uma falta de renda e trabalho para a população reassentada. É necessário continuar investindo em projetos de geração de renda para garantir a independência das famílias

reassentadas.

Na Comunidade de reassentados provenientes da Cachoeira do Teotônio, os relatos são de muito sofrimento e dificuldades, há reclamação e também pode ser verificado, a imensidão de lama que tem se formado no entorno da comunidade, justamente na área que se faz o contato com o Rio Madeira, não se pode descer e ir nadar, na beira, porque é lama e afunda, com alta incidência de arraias.

Para compreender um pouco do que se referem os moradores da Cachoeira de Teotônio, coloca-se duas imagens contrastantes, a primeira imagem (fig.18) das épocas que haviam os festivais de pesca, ou alta temporada, ou simplesmente aos finais de semana, feriados prolongados, onde havia alto fluxo de pessoas, turistas, que vinham até a Cachoeira em busca de tomar um banho nas águas refrescantes, ou se aventurar na pesca, e uma segunda imagem (fig.19) que demonstra a grande infraestrutura montada, no entanto com barranco de areia e lama, inapropriada para se tomar banho.

Figura 19 - Retrata a época de grande movimentação na Cachoeira Teotônio



Fonte: arquivo pessoal de entrevistado

Figura 20 - Orla atual da Vila Nova Teotônio assoreada por lama



Fonte: registros da pesquisa de campo (período de estiagem, 2022)

Mesmo com imagens, não é possível retratar a lama barrenta que se encontra abaixo do espelho da água, até mesmo os pedalinhos não são colocados na água, pelo risco de encalhamento e a dificuldade que há em se remover, estando embarcado, pelo risco de se descer às águas barrentas.

Esse impacto considerável, verifica-se a destruição do meio ambiente, bem como a perda de recursos naturais, o deslocamento forçado da Cachoeira, exclusão social e cultural, colocando os moradores antigos da Cachoeira Teotônio em situação de riscos e vulnerabilidades, sofrendo impactos na biodiversidade e sofrendo com as mudanças climáticas.

Ainda nesse sentido, foi relatado por um dos entrevistados (entrevistado 4 – homem – desempregado – Teotônio) “eu sofro bastante com as contas de energia, quase todo meu salário vai na conta de energia”, antes ao habitarem nas proximidades da Cachoeira, era mais fresco, além do que havia a possibilidade de se banhar em água naturalmente refrescante, hoje com as casas de alvenaria de construções baixas e sem qualidade, há também diversas ocorrências das rachaduras nas estruturas, as contas de energia são caras em comparativo com o salário mínimo.

É possível identificar que há uma diferenciação significativa entre as comunidades reassentadas. No caso da Comunidade Novo Engenho Velho, houve a alegação (entrevistada 8 – mulher – aposentada – Novo Engenho Velho) que houve aumento no crescimento econômico após o reassentamento, visto que os moradores receberam terrenos para moradia e plantio, o que gerou oportunidades para produção e geração de renda, além de melhorias nas condições de vida, como a harmonia em suas casas e cultivo de flores.

No entanto, na mesma comunidade (entrevistado 3 – homem – desempregado – Novo Engenho Velho) descreve que a terra para plantio é só cascalho, o que faz com que em área maior, produza menos e ainda com baixa qualidade e quantidade, demorando o dobro do tempo para produzir e quando produz, é em menor quantidade.

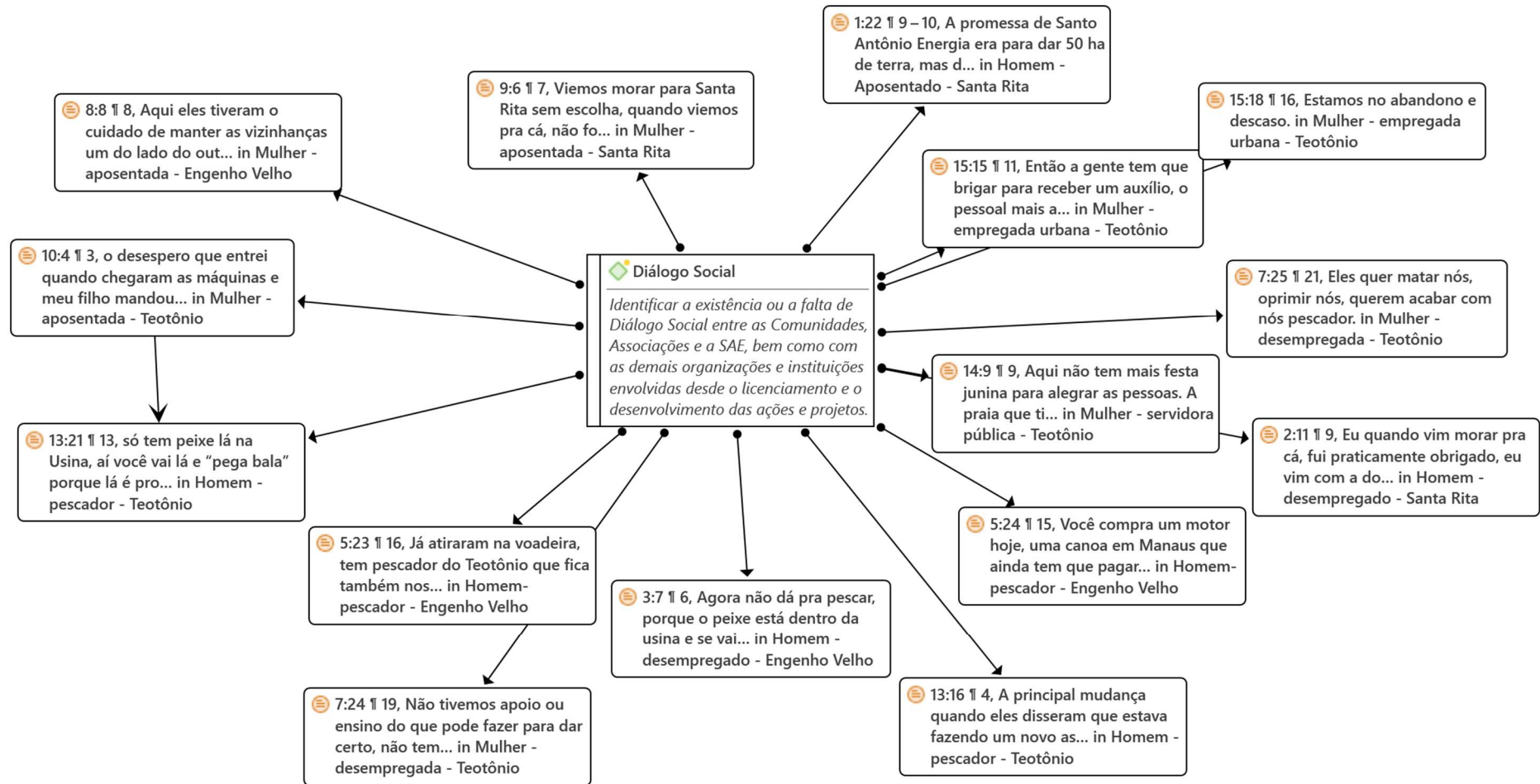
Já na Comunidade Santa Rita, não foi possível extrair informações sobre o crescimento econômico, pois há muitas casas fechadas e plantações abandonadas, além de os moradores entrevistados demonstrarem a perda de recursos naturais que antes na área que habitavam era mais bem servido.

Por fim, na Comunidade Reassentada proveniente da Cachoeira do Teotônio, observou-se além de sofrimento e dificuldades, impactos como a imensidão de lama que tem se formado no entorno da comunidade, destruição do meio ambiente, exclusão social e cultural, colocando os moradores antigos da Cachoeira Teotônio em situação de riscos e vulnerabilidades, além do impacto na biodiversidade e mudanças climáticas.

É importante destacar que, apesar de haver relatos de crescimento econômico em algumas comunidades, é necessário considerar também os impactos socioambientais e as desigualdades existentes entre elas.

4.5.3. Meta – Diálogo Social

Figura 21 - - Dados de Entrevista - Diálogo Social



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

O deslocamento compulsório provoca ruptura, como se fosse uma morte (Santos e Meneses, 2010). Com efeito, nos discursos dos entrevistados e entrevistadas oriundos da Cachoeira do Teotônio, há grande insatisfação, e afirmam que “se pudessem retornar à Cachoeira”, muitos tem a esperança em seus desabafos de que de algum modo podem retornar à Cachoeira, que “ela está, debaixo da água e da lama”, como se fosse possível retornar ao que conheceram e viveram em suas recordações.

Verificando assim o impacto social pelo deslocamento forçado, configurado por grandes batalhas entre os moradores e a empreendedora, alegação da destruição do meio ambiente, ocasionando exclusão social e cultural, ao deslocar os habitantes de seus locais de tradicional moradia.

Os entrevistados 3 e 5, hoje moradores da Comunidade de Novo Engenho Velho, relataram que como receberam a indenização pela habitação que tinha no Engenho Velho, não permitiram que fosse retirado nada das casas, tendo sido demolido de imediato, sem as casas no reassentamento ficarem prontas, então não puderam fazer a mudança, muitos tiveram que se hospedar em hotéis ou casas de parentes, idosos foram “expulsos”, demonstrando total falta de diálogo ou um mínimo de humanidade.

Conforme se verifica, nas imagens a seguir, as casas foram entregues com a terra nua, em solo não fértil.

Figura 22 - Casas entregues pela SAE



Fonte: registros da pesquisa de campo (período de chuvas, 2022)

O investimento no solo para a produção tem sido a grande dificuldade

enfrentada pelos moradores e produtores da região.

A seguir, algumas imagens da terra preparada e produzindo, somente após muito investimento pelos reassentandos.

Figura 23 - Investimentos na terra



Fonte: registros da pesquisa de campo (período de chuvas, 2022)

Assim, há ocorrência de desigualdade na Comunidade Santa Rita, onde quem tem outras fontes de financiamento, consegue fazer os investimentos necessários na terra para garantir a produção, enquanto os que não conseguem, passam dificuldades para manutenção e sobrevivência familiar, colocando em risco a saúde e segurança alimentar, proporcionado pela exclusão social e econômica.

Foi possível identificar algumas demandas que envolvem falta de assistência social, há situações em que os moradores carecem de auxílios previdenciários e assistenciais, bem como demandas a serem realizadas via administrativa e judicial, para obtenção do exercício de alguns direitos amparados pela legislação em vigor.

Já na Comunidade dos moradores reassentados, provenientes da Cachoeira do Teotônio, uma das reclamações foi no sentido de que o Projeto de Piscicultura ter sido entregue para a Colônia de Pescadores, composta por integrantes que não eram oriundos da Cachoeira.

Figura 24 - Tanques na Comunidade Vila Nova Teotônio



Fonte: registros da pesquisa de campo (período de estiagem, 2022)

Em contra-argumentação, o representante da SAE alega que a Comunidade da Vila Nova Teotônio não recebe nem apoia os projetos que a SAE propõe, e que os moradores sempre colocam empecilhos na execução dos projetos (constante no Documento 18 analisado). Diante desse ponto específico, verifica-se que a meta “ajuda para o comércio” não foi atingida, o que corrobora com o recebimento de auxílio fornecido pela SAE que ainda permanece, até que a estrada seja finalmente recuperada, o que facilitará o acesso até a Comunidade reassentada, momento em que a SAE já declarou que cessará pagamento de qualquer auxílio e finalização de responsabilidade em manutenção financeira da Vila Nova Teotônio.

No Reassentamento Novo Engenho Velho, há reclamação da falta do pescado (entrevistados 3, 5 e 16), considerando que estão a jusante do empreendimento e a impossibilidade de pescar na área do lago que se forma logo após as barragens.

Importa destacar que a comunidade proveniente do Engenho Velho, que antes estava localizada às margens do Rio Madeira, logo após a Cachoeira de Teotônio, que ficava na margem contrária, os moradores são pescadores e viviam do comércio que o Rio Madeira proporcionava, quando os barcos precisavam encostar às margens, para descansar e fazer a subida na Cachoeira, então ainda os reassentados, tem o tradicional barco flutuante, que utilizavam como bar, restaurante, taberna, com fornecimento de materiais e demais apetrechos para aquele que trafegava pelo rio.

Figura 25 - Flutuante Novo Engenho Velho



Fonte: registros da pesquisa de campo (período de estiagem, 2022)

Um dos moradores entrevistados (entrevistado 5- homem – pescador) já fez a proposta à SAE para que elaborasse um meio de permitir horário em que as comportas se fecham, para que os pescadores possam adentrar a área e pescar, considerando que os peixes ficam ali naquela área, no entanto, essa possibilidade foi considerada fora de qualquer hipótese, em razão de ter que se fazer investimentos em segurança e fiscalização para operacionalizar essa ação.

Foi constatado que os reassentados de Santa Rita enfrentam dificuldades para realizar atividades comerciais devido à distância e às intempéries climáticas, o que pode colocar em risco a sobrevivência e a segurança alimentar de algumas famílias. Além disso, há desigualdade na comunidade, onde aqueles que têm acesso a outras fontes de financiamento conseguem investir mais na terra e garantir a produção, enquanto outras dificuldades para se manter.

Observa-se que há uma grande divergência de significados de desenvolvimento entre os envolvidos e interessados no empreendimento e os

atingidos e impactados pelas grandes obras, o que dificulta o diálogo social e a tomada de decisões que levem em consideração as necessidades e perspectivas das comunidades locais.

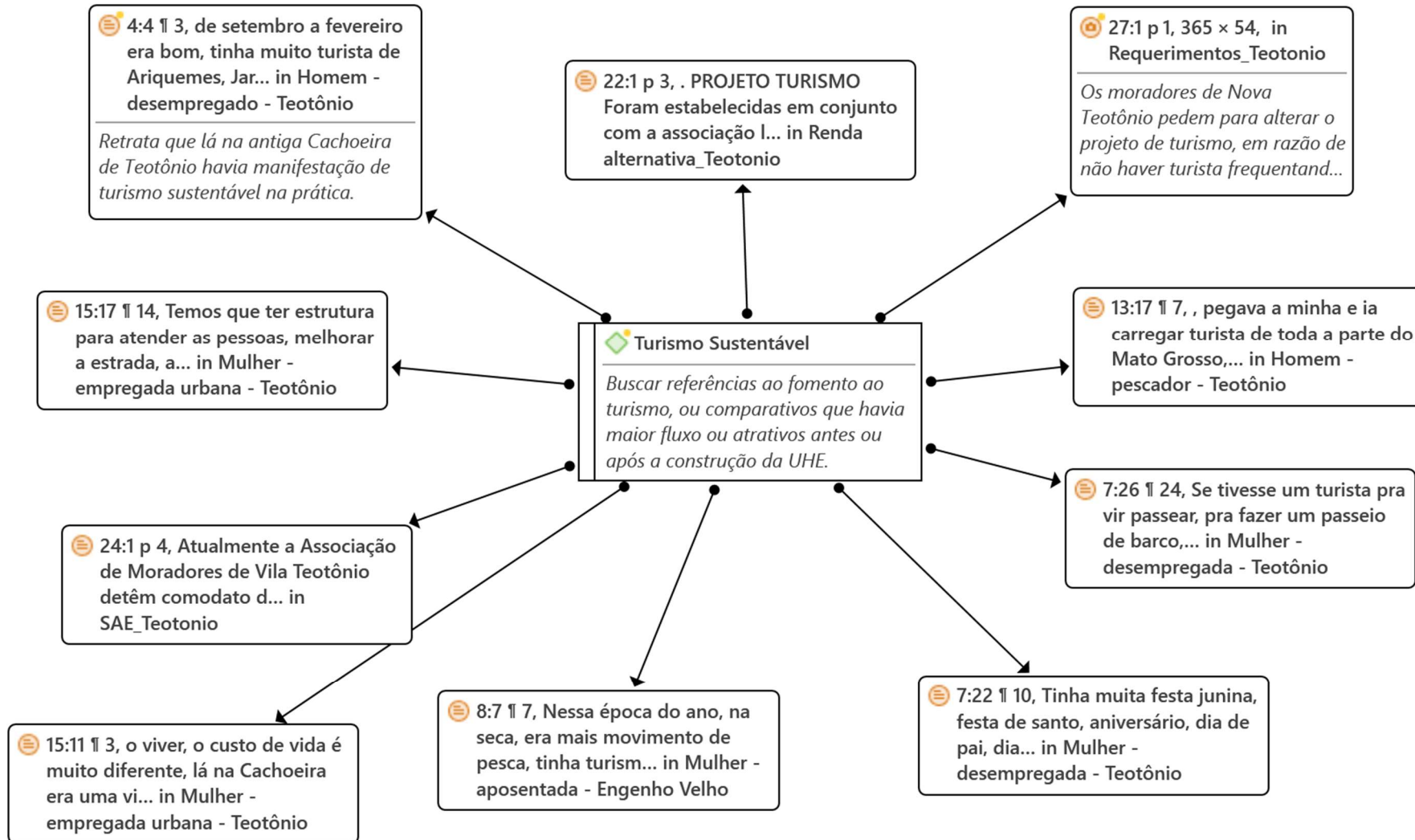
Além disso, a falta de diálogo e humanidade por parte das empresas empreendedoras pode agravar a exclusão social e cultural das comunidades locais, como destacado que com a ruptura, ficaram sem casa, tendo que se hospedar em hotéis ou casas de parentes após a demolição de suas casas no reassentamento.

Essas questões destacam a importância da promoção do diálogo social como um meio de garantir o desenvolvimento sustentável e a inclusão social das comunidades locais afetadas pelas grandes obras e empreendimentos, em conformidade com os princípios da Agenda 2030 da ONU.

Com base nos dados coletados das entrevistas, foi observado que a meta "Diálogo Social" do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU enfrenta desafios no contexto das grandes obras e empreendimentos, principalmente quando se trata de impactos sociais como o deslocamento forçado de comunidades locais.

4.5.4. Meta –Turismo Sustentável

Figura 26 - Dados da Entrevista -Turismo Sustentável



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

A meta "Turismo Sustentável" do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU ainda não está sendo plenamente atendida na região. Embora tenha tido investimentos em infraestrutura turística na Comunidade da Vila Nova Teotônio, porque há falta de estrutura para atender os turistas e a qualidade da água estão sendo apontados como principais obstáculos.

Além disso, a construção de empreendimentos turísticos não deve ser realizada sem um amplo diálogo e participação das comunidades locais. É fundamental considerar a perspectiva dos moradores e envolvê-los nas decisões que alcançaram seu modo de vida e sua cultura, para garantir um turismo mais justo e sustentável.

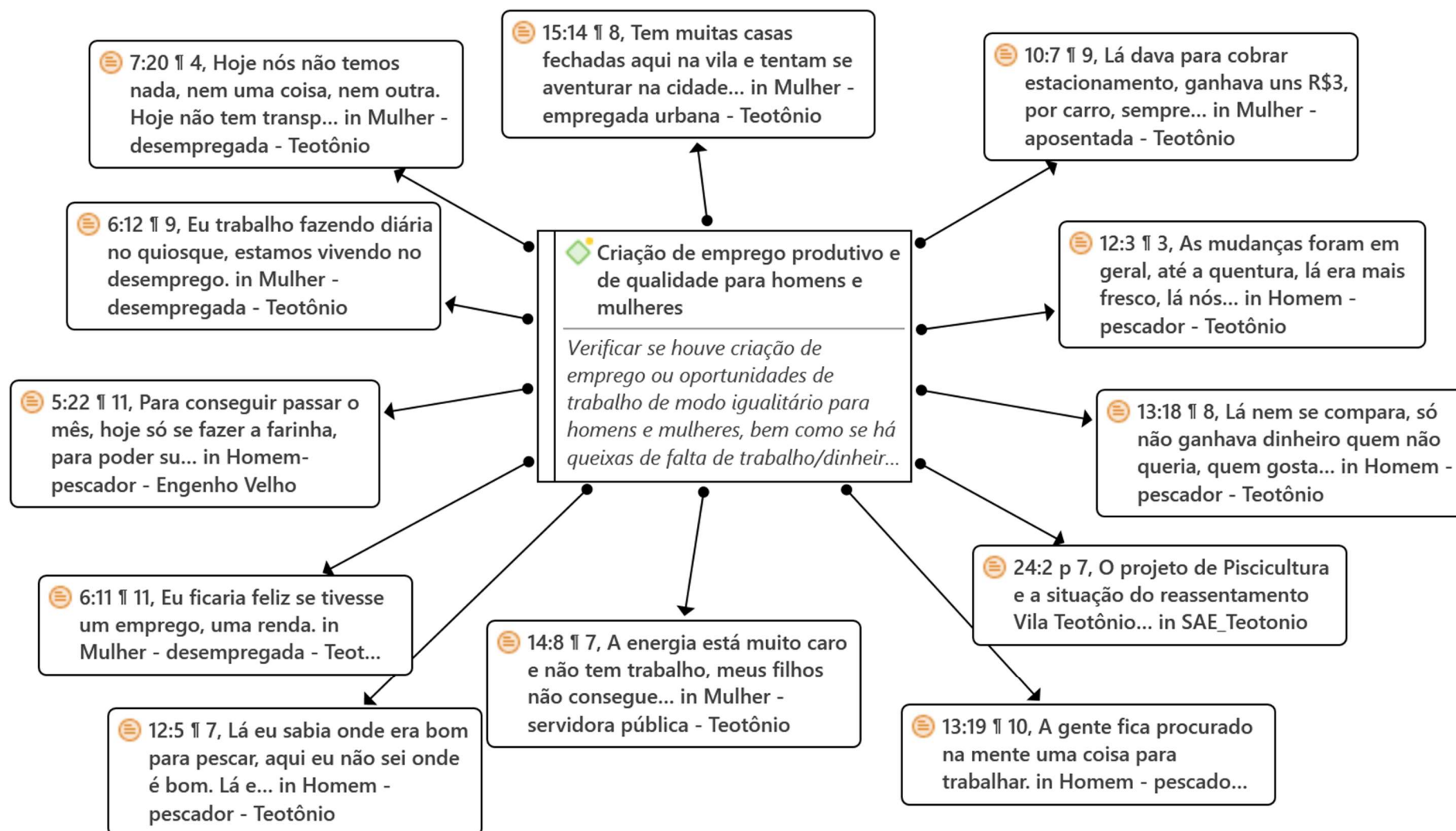
Sendo assim, é importante que os investimentos em turismo sustentável levem em consideração não apenas a construção de estruturas turísticas, mas também a melhoria das condições de vida e de acesso dos moradores locais, bem como a preservação ambiental. A falta de diálogo e participação das comunidades locais nos processos de tomada de decisão, aliada à falta de planejamento e à negligência com as necessidades e demandas locais, pode levar ao insucesso de empreendimentos turísticos e, conseqüentemente, à perda de oportunidades de desenvolvimento econômico e social.

Portanto, é fundamental que políticas e ações para o turismo sustentável sejam implementadas de forma participativa e transparente, promovendo o diálogo social e o envolvimento das comunidades locais nos processos decisórios. Além disso, devem ser considerados aspectos como a preservação ambiental, a valorização da cultura e dos produtos locais, a melhoria das condições de vida e acesso dos moradores, entre outros fatores que impactam diretamente na sustentabilidade do turismo e na qualidade de vida das comunidades locais.

Assim, é possível que o turismo sustentável seja uma alternativa viável para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais, desde que seja conduzido de forma responsável e participativa, levando em consideração as particularidades e necessidades de cada localidade.

4.5.5. Meta – Criação de Emprego Produtivo de Qualidade para Homens e Mulheres

Figura 27 -- Dados da Entrevista - Criação de Emprego Produtivo de qualidade para Homens e Mulheres



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

Não foram observados os hábitos e costumes tradicionais das comunidades locais que sofreram deslocamento forçado dos moradores e a perda de trabalho. Os entrevistados relataram que, após o reassentamento, não conseguem mais sustentar suas famílias com a pesca, principal atividade econômica da região. A falta de emprego e renda é um dos principais problemas enfrentados pelos moradores, que precisam buscar trabalho em outras comunidades ou na cidade.

Na Cachoeira de Teotônio, no passado, a comunidade tinha um cenário mais favorável em relação ao emprego e à renda. Fato que aponta para a importância de se analisar as experiências bem-sucedidas do passado e adaptá-las às realidades atuais, levando em consideração as potencialidades e desafios das comunidades locais.

A falta de oportunidades de trabalho no reassentamento tem gerado desânimo entre os moradores, que relatam a dificuldade em encontrar alguma atividade para gerar renda. A situação é ainda mais grave para as mulheres, que relatam a falta de emprego e renda e a necessidade de trabalhar em diárias para sustentar suas famílias. A criação de emprego de qualidade para homens e mulheres é uma das metas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, mas não foi observada no processo de reassentamento da SAE.

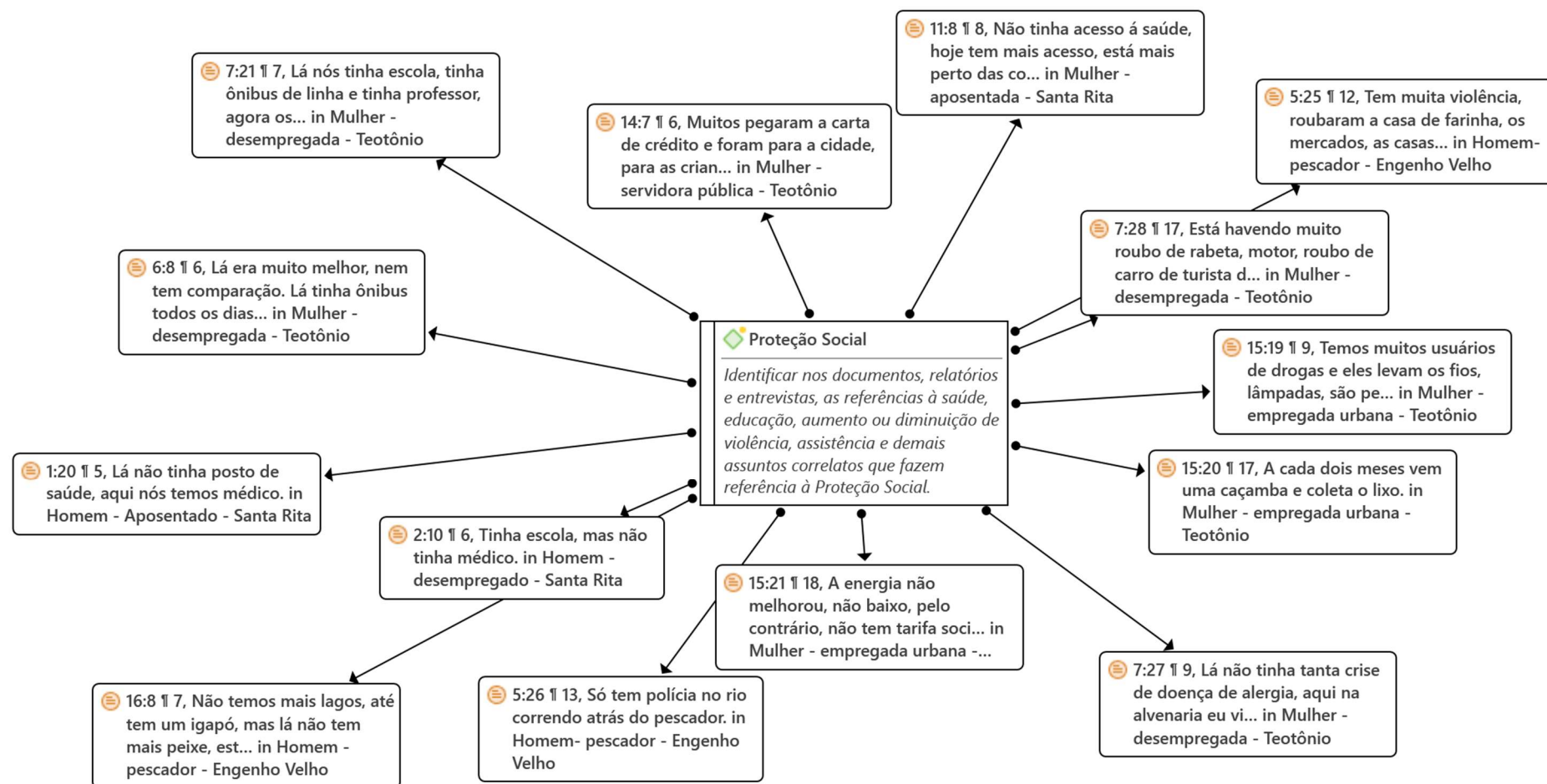
O projeto de piscicultura e a situação do reassentamento Vila Teotônio estão sendo discutidos no Grupo de Acompanhamento Social do IBAMA e são objeto de inquérito no Ministério Público Estadual. Essas discussões evidenciam a necessidade de avaliar as consequências socioeconômicas das grandes obras de infraestrutura na região amazônica, especialmente em relação ao cumprimento dos ODS da Agenda 2030 da ONU.

Além disso, a falta de acesso a tecnologias e insumos e a infertilidade do solo também se mostram como obstáculos para o desenvolvimento da agricultura familiar e empreendimentos rurais. Nesse sentido, a criação de políticas públicas que incentivem a produção local e o acesso ao crédito e recursos para micros e pequenas empresas, cooperativas e empreendimentos de economia solidária pode contribuir para a geração de empregos e o fortalecimento econômico das comunidades.

A falta de emprego e renda para os moradores reassentados é um problema grave que precisa ser enfrentado pelas empresas responsáveis pelas obras e pelas autoridades públicas

4.5.6. Meta – Proteção Social

Figura 28 - Dados das Entrevistas - Proteção Social



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

A Meta “Proteção Social”, como se pode observar pelo contexto do não cumprimento das metas até então apresentadas e confrontados com o que preconiza o 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, é uma das mais preocupantes, pois é extensa a constatação de falta de assistência e proteção social, que vai desde a falta de coleta de lixo.

Figura 29 - Lixo hospitalar acumulado



Fonte: registros da pesquisa de campo (período de estiagem, 2022)

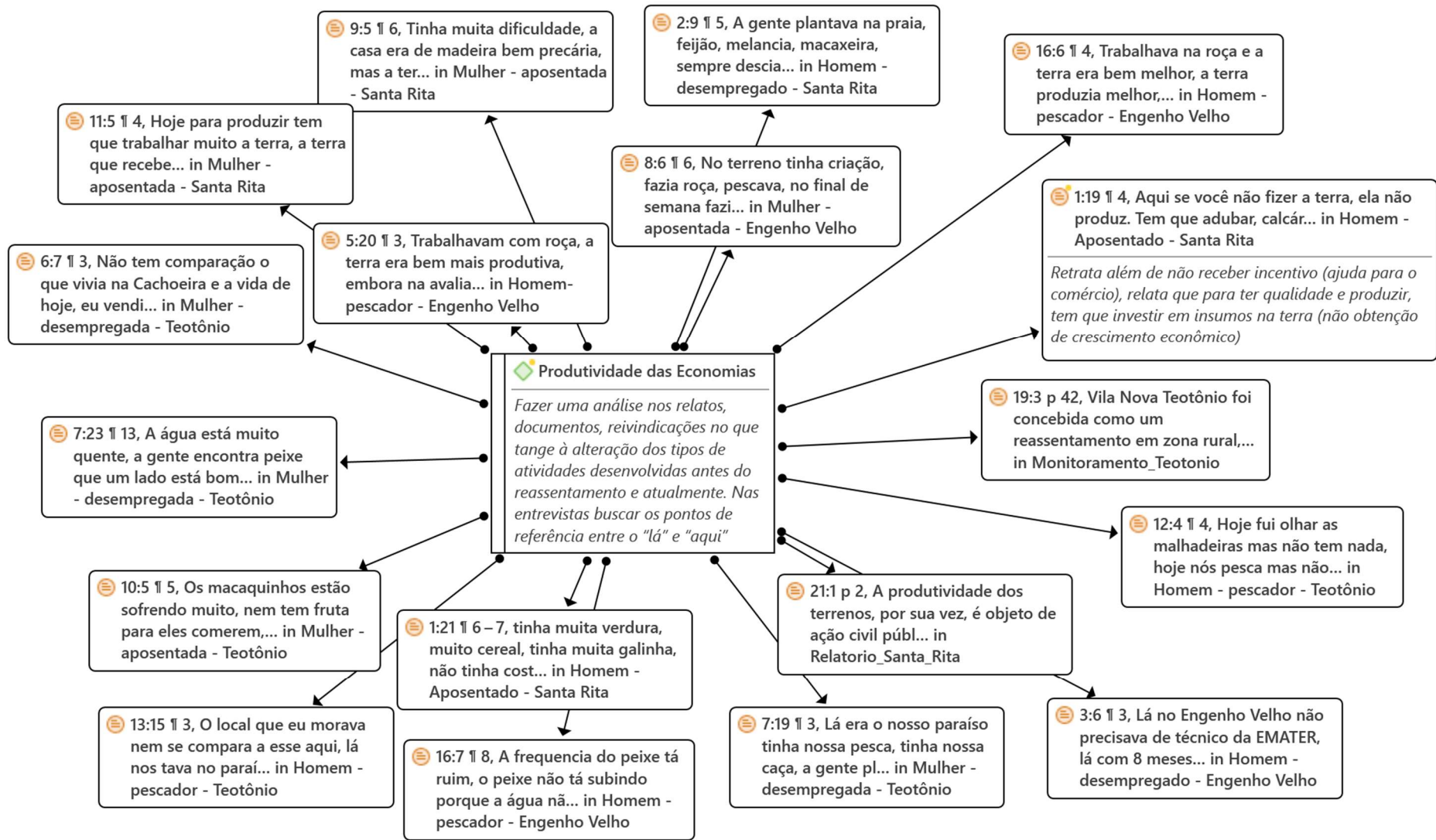
Conforme dados constante da pesquisa (entrevistada 15) a coleta de lixo é realizada a cada dois meses, e que vão fazendo o que podem para controlar, mas o mais comum é encontrar lixeiras cheias de sacos, com vários bichos em busca dos restos descartados, ou ocorre a queima de lixo em quintais (relatório SAE – doc 19 – monitoramento Teotônio).

É possível perceber que a meta de "proteção social" não está sendo alcançada de forma satisfatória na região estudada. A falta de acesso a água potável, o aumento da criminalidade e a falta de serviços básicos como transporte público e atendimento

médico são algumas das principais dificuldades relatadas pelos moradores. A mudança para um novo assentamento não trouxe melhorias significativas em relação às condições de vida, e em alguns casos, piorou a situação em relação ao acesso a recursos naturais e serviços públicos.

Portanto, é necessário que as políticas públicas destinadas à proteção social da população local sejam repensadas e adaptadas à realidade da região, a fim de garantir o acesso a serviços básicos de qualidade e promover o bem-estar da população. Isso inclui investimentos em infraestrutura básica, como saneamento, transporte público e acesso à água potável, além de medidas de segurança pública para coibir a criminalidade e proteger os moradores. É fundamental que as políticas sociais sejam planejadas de forma participativa, levando em consideração as necessidades e demandas da comunidade, a fim de garantir o sucesso e a efetividade das ações implementadas.

4.5.7. Meta – Produtividade das Economias



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

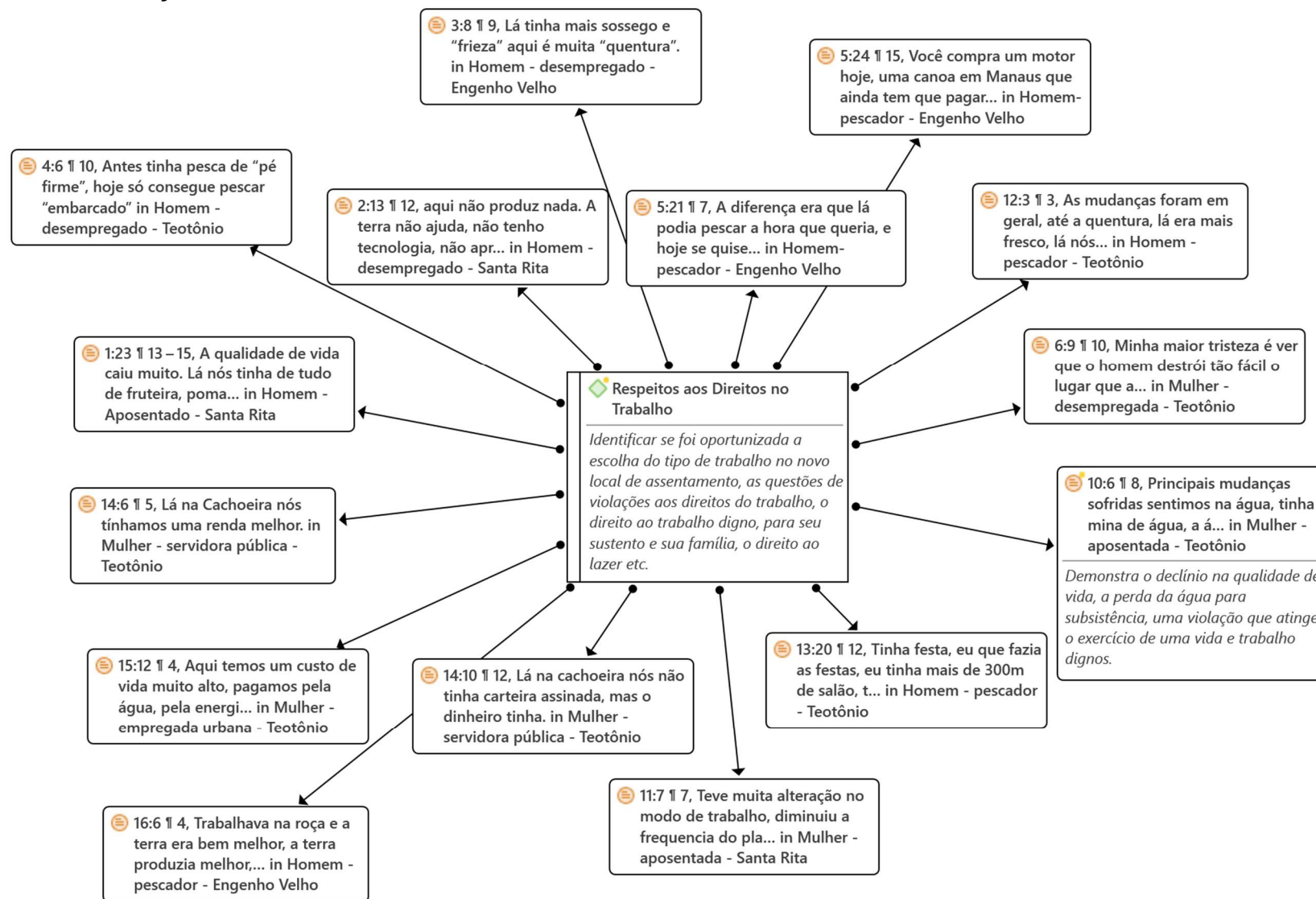
Os dados coletados que relacionam a Produtividade da Economia, foi observado na pesquisa que há desafios significativos enfrentados pela população local em relação à produtividade econômica e aos direitos trabalhistas, incluindo problemas com recursos materiais e financeiros, fertilidade do solo, acesso à terra e condições de trabalho.

No entanto, a pesquisa também indica que há potencial para melhorias na diversificação dos pratos oferecidos pelos comerciantes locais e na produção agrícola e de pesca, o que poderia ajudar a aumentar a produtividade e melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Com base nas evidências apresentadas sobre a relação entre a produtividade da economia e as violações aos direitos do trabalho, é possível perceber que ainda existem limitações e desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais e comunidades locais. Apesar das iniciativas e projetos promovidos pelo governo e outras organizações para incentivar a diversificação das atividades econômicas e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, ainda há muitas dificuldades, como a falta de recursos financeiros e materiais, a insustentabilidade de alguns projetos e a baixa fertilidade das terras.

Além disso, as violações aos direitos trabalhistas são uma realidade presente nesses contextos, como a falta de condições adequadas de trabalho, o não cumprimento das leis trabalhistas e a exposição a riscos ambientais e de saúde, devendo monitorar e buscar soluções para essas questões, garantindo o respeito aos direitos humanos e a promoção de uma economia mais justa e sustentável para todos.

4.5.8. Meta – Violações ao Direito do Trabalho



Fonte: elaborado a partir de dados da entrevista com as comunidades deslocadas, 2023

Nos dados de entrevistas com relação ao Respeito ao Direito do Trabalho, a partir da codificação dos dados, destacam quais foram as violações ao Trabalho Decente, conforme a categoria e meta do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, as discussões serão apresentadas no capítulo a seguir.

A questão das Violações ao Direito do Trabalho é uma preocupação dos reassentados, que fazem diversas reivindicações relacionadas ao tema. Entre os problemas relatados, estão a falta de reconhecimento dos direitos trabalhistas, o isolamento e falta de transporte, a contaminação da água e a falta de acesso a serviços de saúde. Além disso, há relatos de conflitos com a polícia, que muitas vezes impede a atividade pesqueira e toma materiais dos pescadores.

Os relatos também mostram que muitos reassentados não estão felizes com a nova situação e que alguns enfrentam dificuldades para se adaptar ao novo ambiente, o que pode estar afetando sua saúde física e mental. É importante que as autoridades responsáveis pelos reassentamentos considerem essas questões e trabalhem para garantir o respeito aos direitos trabalhistas e o bem-estar dos reassentados. Isso inclui ações para melhorar o acesso a serviços básicos, como transporte e saúde, bem como medidas para proteger a atividade pesqueira e garantir que os reassentados tenham condições adequadas de trabalho e moradia.

Pelo todo exposto, nos relatos obtidos através das entrevistas realizadas nas comunidades reassentadas de Santa Rita, Novo Engenho Velho e Nova Vila Teotônio, é possível concluir que as metas que fazem parte do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, ainda precisam ser melhor implantadas e aplicadas nestas localidades.

Os resultados em cotejamento com os objetivos e hipóteses, indicam as principais implicações entre os Discursos/Resultados dos ribeirinhos com o que determina o 7º Objetivo do Milênio (Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente) que se verificou diversas vezes indicado pelos entrevistados, que embora não ser o foco principal da pesquisa em tese, não se pode dissociar os ODS da Agenda 2030, bem como a sua inter-relação ao 8º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável - 2030 (Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico)

A Violação ao Trabalho Decente produz conflito social, a Teoria da Análise de Discurso permite a compreensão dos termos por meio da interpretação do dito e não dito, em documentos institucionais, bem como pelas entrevistas diretas com representantes das comunidades impactadas.

Figura 30 - Tabela - Identificação das Formações Discursivas

Reassentado/Ribeirinho		Santo Antônio Energia	
Sua interpretação constatada pela entrevista	Como ele vê o seu contrário (simulacro)	A interpretação encontrada nos relatórios e documentos	Como a SAE se refere aos reassentados/resistentes
Na cachoeira o ribeirinho era feliz	Hoje ele se vê sem esperanças	Ribeirinhos são resistentes a mudanças	Os ribeirinhos são insatisfeitos com tudo o que se faz por eles.
Hoje não tem peixe para pescar, o que piora a condição financeira	Na Cachoeira sempre tinha peixe e dinheiro (trabalho)	A SAE faz a transposição dos peixes para manutenção das espécies.	Eles não quiseram assumir os tanques de peixes, construídos para a subsistência.
O ribeirinho pescador quer as condições de pesca, reclama que não tem mais peixe	A SAE acabou com o rio e o alagamento assoreou a entrada dos igarapés	Foram elaborados projetos que a SAE entendia ser o suficiente para os reassentados	A comunidade não apoiava e não recebia bem os projetos que a empresa implantou na localidade, os moradores colocavam empecilhos nas tratativas.
Os reassentados alegam não ter oportunidades para o comércio que o rio proporcionava	Acabaram com o fluxo de barcos que subiam as cachoeiras	Foram incentivados projetos individuais conforme seus próprios interesses.	SAE afirma que é necessária implantação de projetos de geração de renda para haver sucesso econômico ao reassentamento e independência das famílias
Os entrevistados manifestam que sentem falta da situação anterior.	Que o empreendimento acabou com a circulação econômica anterior.	Houve indenização dos moradores, terras foram doadas, estabeleceram condições plena para os reassentados.	SAE reconhece grupamentos familiares que apresentam sinais de vulnerabilidade social, onde o número de componentes é relativamente grande e todos dependentes de uma só fonte de renda.

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa, 2023

As formações discursivas acima destacadas, resumem o que foi identificado nas entrevistas, o que identifica e evidencia um total desencontro de diálogo social, algo que poderia ser amenizado, considerando os hábitos, cultura, modo de vida e vivência do ribeirinho que foi deslocado.

A Santo Antônio energia alega que indenizou e efetuou toda a compensação

dos possíveis danos tanto ambientais, quanto aos que foram requeridos pelos grupos de trabalho com a devida participação das comunidades, e que, portanto, sempre visualizou as demandas das comunidades ribeirinhas.

No entanto, questiona-se como construir a explicação lógica e racional de Crescimento Econômico, considerando que as Comunidades Tradicionais Ribeirinhas, perderam sua vivência junto ao Rio Madeira em sua plenitude e funcionalidade original?

Assim, traz em destaque as violações ao Trabalho Decente, consubstanciando-se nas metas destacadas do 8º ODS da Agenda 2030 da ONU, relacionando nas Comunidades objeto da pesquisa quais foram as violações, quais os direitos eles têm, quais as argumentações da SAE, e como adequar para cumprir o 8º ODS.

Figura 31 - Resultados das Violações e como adequar ao 8º ODS da Agenda 2030 da ONU

Entrevistado	Violação	Que direitos ele tem?	Argumentos da SAE (o que foi feito)	Adequação ao Trabalho Decente
Comunidade Santa Rita				
1	Qualidade da terra para plantio precária em comparação à anterior	Violação do Direito de Acesso à Informação em relação aos novos locais para onde seriam deslocados e suas condições	Os primeiros insumos para adubar a terra foram fornecidos.	Responsabilização pelo não atendimento da Meta 8.1 na medida em que não promoveu o crescimento econômico;
2	Acesso às linhas de crédito para o financiamento de aprimoramento tecnológico	Violação do Direito de Acesso à Informação em relação aos novos locais para onde seriam deslocados e suas condições	O crédito foi oferecido, mas eles não conseguiram cumprir com os requisitos exigidos pelos financiadores.	Responsabilização, 8.2 porque não conseguiu incentivo desenvolvimento tecnológico, como consequência, não se consegue favorecer a diversidade. Determinar que meios sejam adequados para o efetivo atendimento à meta.
3	Área de Reserva em localidade muito distante da área da casa para habitação	Violação do Direito de Acesso à Informação em relação aos novos locais para onde seriam deslocados e suas condições	Cumpriu com o fornecimento de área de reserva extrativista.	Responsabilização, 8.2 porque não conseguiu incentivo desenvolvimento tecnológico, como consequência, não se consegue favorecer a diversidade. Determinar que meios sejam adequados para o efetivo atendimento à meta.
4	Ausência de Proteção Social	Exposição a Riscos e Vulnerabilidades pela exclusão social e econômica	Considera que cumpriu ao que foi proposto no licenciamento ambiental e demais termos de responsabilidade assumidos anteriormente	Responsabilização, 8.2 porque não conseguiu incentivo desenvolvimento tecnológico, como consequência, não se consegue favorecer a diversidade. Determinar que meios sejam adequados para o efetivo atendimento às metas.
Comunidade Nova Teotônio				
1	Não possuem mais a trafegabilidade no Rio Madeira para ir até a “beira” da cidade fazer seu comércio	Violação aos direitos humanos ambientais das comunidades tradicionais e dos povos indígenas.	Demanda ainda não atendida completamente pela Santo Antônio Energia.	Meta 8.4 deve ser implementada, de Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.
2	Não tem mais peixe, e a população é tradicionalmente pescadora.	Violação da saúde psicológica dos povos e comunidades tradicionais, em razão da perda da ligação com o território e dinâmicas culturais.	SAE construiu tanques de peixe para a manutenção e subsistência da Comunidade de Nova Teotônio.	Cumprir a meta 8.8 de Proteção Social para garantir proteção aos trabalhadores em vulnerabilidade.
3	Não poder cultivar na várzea pelo assoreamento formação dos bancos de areia no rio.	Violação ao Direito identitário de convivência próxima ao rio que faz parte das dimensões da Dignidade e Sustentabilidade Humanas	SAE afirma que todos os projetos apresentados foram financiados e ainda mantém pagamento de auxílio aos moradores de Nova Teotônio.	Responsabilização pelo não cumprimento da meta 8.3, bem como aprimorar para que seja efetivado até 2030.

4	Falta de apoio para oferta de turismo na localidade	Impacto Social pelo deslocamento forçado, destruição do meio Ambiente, Perda de Recursos Naturais	Santo Antônio energia apresenta inúmeras obras de investimento e infraestrutura construída na região	Responsabilização pelo não cumprimento da meta 8.4, bem como aprimorar para que seja efetivado até 2030
5	Perda de contato com o Rio Madeira, a beira está coberta por lama	Perda de território e patrimônio cultural, impactos na biodiversidade e mudanças climáticas	Santo Antônio energia apresenta inúmeras obras de investimento e infraestrutura construída na região	Responsabilização pelo não cumprimento da meta 8.4, bem como aprimorar para que seja efetivado até 2030
6	Falta de emprego e condições de trabalho	Não há oferta de trabalho e emprego na localidade, em razão da ausência de atrativos para a localidade que antes tinha a Cachoeira	Santo Antônio energia alega que investiu em todos os projetos que foram propostos, mas que a comunidade que não está satisfeita.	Responsabilização pelo não cumprimento da meta 8.5, bem como aprimorar para que seja efetivado até 2030
Comunidade Novo Engenho Velho				
1	A Plantação de Macaxeira demora o dobro de tempo para produzir em razão da má qualidade da terra (pedra) e quando produz a quantidade, reduziu à metade quando comparado com a localidade anterior.	Violação ao Direito à assistência jurídica e acesso à Justiça, especialmente a respeito de benfeitorias e indenizações pelas violações sofridas	A SAE forneceu áreas para o plantio inclusive para os moradores que não tinham propriedade de terra.	Fazer cumprir a meta 8.5 com trabalho digno e remuneração igualitária, ou alternativas para se realizar a proteção social.
2	Diminuição do pescado, em razão da área do lago e a dificuldade de circulação das espécies	Perda de território e patrimônio cultural, impactos na biodiversidade e mudanças climáticas	Não se manifesta com relação a essa informação, pois demonstra que é normal a diminuição do pescado, ao longo dos anos, não sendo em decorrência das barragens.	Meta 8.4 deve ser implementada, de Ampliar a eficiência da utilização de recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental.

Fonte: elaborado a partir de dados da pesquisa, 2023

Por outro lado, a prática de indenização em dinheiro é, para o empreendedor, o mais desejado dos cenários e para a qual envidam todos os seus esforços. Belo Monte é mais um exemplo do bem-sucedido trabalho dos empreendimentos em convencer os atingidos a serem indenizados em dinheiro. Inicialmente parece ser uma boa opção, porém é aquela que traz maior vulnerabilidade às famílias, posto que ao serem desapropriadas, não possuem outro destino a não ser as periferias dos centros urbanos ou regiões distantes, onde há menor especulação fundiária causada pelo empreendimento. O dinheiro não é gerido e acaba.

Em relação aos resultados, pretende-se contrapor o resultado dos discursos coletados ao que demanda o 7º Objetivo do Milênio, que visa garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e ao 8º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável-2030 de modo a formular um conceito de “Trabalho Decente” imbricado ao Desenvolvimento Econômico especificamente aplicável às Comunidades Ribeirinhas da Amazônia atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos instalados em suas antigas moradias.

Na discussão, analisam-se o Trabalho Decente, com referência às definições da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o 7º Objetivo do Milênio (Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente) e ao 8º Objetivo do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU (Trabalho Decente e Crescimento econômico)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, foi possível identificar a co-relação da imagem do entrevistado que foi retirado de seu local de vivência com a imagem do território, a partir de um conjunto de significados produzidos, seguindo as representações simbólicas construídas por meio da experiência da pesquisa de campo, bem como das entrevistas realizadas. Observou-se que na Vila de Teotônio os moradores não tinham por hábito arar a terra, tampouco criação de animais, mas viviam em comunhão com a natureza, os hábitos alimentares eram do que a terra fornecia livremente, em uma das falas foi dito que “até mesmo os cachorros comiam abacate” e que hoje “até os macaquinhos da floresta estão passando fome” e que, atualmente estão vivendo uma realidade complementemente oposta a partir da interferência das obras da usina hidrelétrica.

O Rio Madeira perdeu sua funcionalidade para as comunidades onde se realizou a pesquisa, em Vila Nova Teotônio, comunidade basicamente que sobrevivia da pesca e do turismo da Cachoeira de Teotônio, não há mais queda d’água, nem tampouco peixe, apenas sedimentos que assoreiam às margens, formando inclusive um banco de areia e lama; em Novo Engenho Velho comunidade que além da pesca, turismo e plantio de várzea, foram deslocados para uma terra que está sobre uma formação de pedras que não permite qualidade na produção, bem como dobrou o tempo de espera para a colheita e produção de farinha, que além do tempo, o rendimento também restou prejudicado; por fim, os reassentados de Santa Rita que alguns são provenientes de outro reassentamento, Joana D’arc, também sofrem com a qualidade da terra, precisando de altos investimentos e tecnologia para melhorar a qualidade do solo com insumos para que haja produção agrícola, considerando que antes das obras, o “Rio Madeira se renovava, vinha terra boa para poder plantar”.

A partir das narrativas de textos dos documentos da pesquisa, identificou que foram criados estereótipos para as comunidades que contribuem para a situação de invisibilidade, apagamento e silenciamento da identidade cultural tradicional ribeirinha, sobretudo ao depreciá-la diante do discurso desenvolvimentista, evidenciando sua existência exclusivamente ao interesse do lucro e do potencial fornecimento energético, que passa a dominar o Rio Madeira, decidindo sobre seu futuro e exploração no território amazônico.

Os principais resultados encontrados na pesquisa, com base em entrevistas, visitas de campo, repetidas em período de seca e períodos de chuva, buscando

identificar se havia divergência nos discursos dos entrevistados, foi possível identificar que os problemas relatados permanecem, a grande insatisfação pelo deslocamento compulsório, a dificuldade de estabelecer diálogos, as divergências nas formações discursivas entre os reassentados e às instituições envolvidas, tanto públicas quanto a empreendedora privada, o que ocasiona a existência de conflitos sociais não solucionados.

Com os principais resultados, foi possível identificar violações aos direitos das comunidades tradicionais ribeirinhas, em todas as três comunidades onde se realizou pesquisa de campo e entrevistas individualizadas, bem como foi possível traçar um paralelo com a contra-argumentação da Santo Antônio Energia, empreendedora da Usina Hidrelétrica no Rio Madeira, e foi apresentado meios para que se possa pleitear que se cumpram ou façam adequações para que os 7º e 8º Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constantes da Agenda 2030 da ONU se cumpram até o prazo estabelecido.

Destarte, tem como proposição o presente estudo, viabilizar um resultado social, reduzindo então a existência dos conflitos sociais, considerando que a população atingida e impactada de modo negativo, seja ouvida, que saia da situação de apagamento, pois a partir do momento que se nega a existência das violações sociais, ou que não se permita o acesso à justiça para o atendimento dessa falta de assistência, a dificuldade de se pleitear perante o juízo pelo reconhecimento das violações ocorridas, por não constar previsão no licenciamento ambiental, há uma violação constitucional de acesso à justiça.

Não foi pretensão esgotar a temática das violações ao Trabalho Decente e os impactos sofridos nas relações de trabalho, após a implantação de uma usina hidrelétrica na região amazônica, motivo pelo qual, várias sugestões de novas pesquisas foram destacadas, nas mais variadas nuances, a presente tese, buscou evidenciar algumas lacunas que merecem ser enfrentadas, ações, problemas que precisam ser considerados, buscando alcançar dignidade humana para as comunidades tradicionais amazônicas.

Caso houvesse oportunidade, seria dado ênfase a um comparativo das decisões dos Tribunais do Trabalho para situações semelhantes no contexto da relação de trabalho entre empregado e empregador em violações dos 7º e 8º ODS da Agenda 2030, para expor a expertise do direito material do trabalho e processual, com fulcro no princípio protetor da Justiça do Trabalho, para condições de hipossuficiência

e vulnerabilidade social, ocorre que fugiria um pouco do propósito do Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, indo para a área jurídica, o que pode ser explorado em um programa específico, ou quiçá em um estágio pós doutoral na área do direito do trabalho.

Por fim, com relação às hipóteses inicialmente apresentadas de que as situações de vulnerabilidade geradas pelos deslocamentos e reassentamentos compulsórios produziram danos ao direito inalienável à vida digna ribeirinha, especificamente nas atividades produtivas, econômicas e ao exercício do trabalho decente, ou seja aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, em que sejam respeitados os direitos fundamentais e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias, assim também proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros), permitindo satisfazer as necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança, englobando ainda o direito à representação e à participação no diálogo social, restou comprovada pela análise das entrevistas e as metas propostas pelo 8º ODS da agenda 2030 da ONU.

No mesmo sentido, segunda hipótese decorrente, verificou-se o apagamento dos conflitos sociais gerados pelas violações ao Trabalho Decente e também, sendo possível observar a invisibilidade nas disputas, ocorridas pelo deslocamento compulsório proporcionado pelo empreendimento da Usina Hidrelétrica “Santo Antônio Energia”.

A partir dos resultados da pesquisa de campo, das entrevistas realizadas e das narrativas de textos dos documentos da pesquisa, foi possível constatar a relação direta entre a imagem do entrevistado retirado de seu local de vivência e a imagem do território, uma vez que as representações simbólicas construídas pela experiência da pesquisa de campo revelaram a co-relação entre eles.

Os hábitos alimentares dos moradores da Vila de Teotônio, que viviam em comunhão com a natureza, foram afetados negativamente pela interferência das obras da usina hidrelétrica, e a funcionalidade do Rio Madeira para as comunidades onde se realizou a pesquisa foi perdida. A qualidade do solo também foi prejudicada e a produção agrícola, que antes era viável, tornou-se difícil, exigindo altos investimentos e tecnologia para melhorar a qualidade do solo.

A pesquisa também identificou a criação de estereótipos para as comunidades ribeirinhas, contribuindo para a situação de invisibilidade e silenciamento da

identidade cultural tradicional ribeirinha, o que evidencia a existência exclusiva ao interesse do lucro e do potencial fornecimento energético que passa a dominar o Rio Madeira, decidindo sobre seu futuro e exploração no território amazônico.

A pesquisa revelou ainda que há violações aos direitos das comunidades tradicionais ribeirinhas em todas as três comunidades onde se realizou a pesquisa de campo e entrevistas individualizadas, bem como conflitos sociais não solucionados.

Por fim, a proposição deste estudo é viabilizar um resultado social para reduzir a existência de conflitos sociais, dando voz à população atingida e impactada negativamente, para que possa sair da situação de apagamento, e para que se cumpram ou façam adequações para que os objetivos de desenvolvimento sustentável sejam alcançados até o prazo estabelecido.

Sugestões para novas pesquisas, faz nas perspectivas sobre violações ao Trabalho Decente das comunidades tradicionais amazônicas incluindo a identificação dos principais problemas relacionados ao trabalho dessas comunidades, tais como a falta de acesso a oportunidades de trabalho decente, exploração do trabalho infantil, discriminação de gênero e salários injustos. Além disso, é importante analisar as políticas públicas existentes para proteger os direitos trabalhistas das comunidades tradicionais e avaliar seu impacto na prática, incluindo a análise de leis e regulamentos, programas de treinamento e capacitação profissional, entre outras iniciativas.

A participação ativa das comunidades tradicionais é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades sejam atendidas no processo de pesquisa. Por isso, é importante que as pesquisas sejam realizadas de forma ética e responsável, garantindo o respeito aos direitos e às necessidades das comunidades envolvidas.

Nesse sentido, o destaque evidenciado no estudo dos movimentos sociais, identificou que podem desempenhar um papel importante na promoção do trabalho decente na Amazônia. Esses movimentos, que incluem organizações não governamentais, sindicatos, grupos comunitários e associações de trabalhadores, têm lutado por mudanças políticas e sociais que promovam o bem-estar das comunidades locais e a proteção dos direitos trabalhistas.

Por fim, os dados e resultados demonstrados no presente trabalho permitem que políticas e práticas possam se fundamentar para promoção do trabalho decente que respeite os direitos dos trabalhadores, com capacitação e formação profissional

para as comunidades locais.

As populações tradicionais ribeirinhas, ou povos da floresta, evidenciado nesse trabalho, precisam de regulamentações específicas diante dos casos de deslocamentos compulsórios, porque seus modos de vida não cabem no nosso modelo citadino de pensar a vida vivida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís. **Trabalho Decente**. 21 ed., Desafios do desenvolvimento, 2006. Desafios do Desenvolvimento, https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=802%3Acatid%3D28#:~:text=%C3%89%20trabalho%20adequadamente%20remunerado%2C%20exercido,social%20e%20o%20di%C3%A1logo%20social. Accessed 12 agosto 2022
- AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos y clichés**. Buenos Aires: Eudeba, 2010. (Colección Enciclopedia Semiológica)
- BALTAR, Ronaldo. **Desenvolvimento, globalização e trabalho decente**. Caderno CRH, v. 26, p. 105-122, 2013.
- BATISTA, Sueli Soares dos, S. e Emerson Freire. **Educação, Sociedade e Trabalho**. Editora Saraiva, 2014.
- BURDGE, Rabel J.; VANCLAY, Frank. **Social impact assessment: a contribution to the state of the art series**. Impact Assessment, v. 14, n. 1, p. 59-86, 1996.
- BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDÃO, Daniel; CRUZ, Célia; ARIDA, Anna Livia. **Métricas em negócios de impacto social: Fundamentos**. São Paulo-SP: Empresarial, ICE-Instituto de Cidadania e MOVE-Avaliação e Estratégia, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.
- BUSQUETS, Monise Vieira. **Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 12, n. 23, p. 153-176, 2020.
- CAMPOS, Mariah Silva Leandro. **O papel dos municípios no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no âmbito da ONU**. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- CAVALCANTE, MM de A. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Maria Madalena de Aguiar Cavalcante–Curitiba, 2012.
- CIMBALISTA, Silmara. **Trabalho decente: uma agenda brasileira. Análise conjuntural**, v. 29, n. 11-12, p. 15, 2007.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro Coordenador et al. **Atlas da violência no campo no Brasil: Condicionantes Socioeconômicos e Territoriais**. 2020.
- CLARK, James S.; BJØRNSTAD, Ottar N. **Population time series: process variability, observation errors, missing values, lags, and hidden states**. Ecology, v. 85, n. 11, p. 3140-3150, 2004.
- CLIMENT-GIL, Emilio; ALEDO, Antonio; VALLEJOS-ROMERO, Arturo. **The social vulnerability approach for social impact assessment**. Environmental Impact Assessment Review, v. 73, p. 70-79, 2018.
- CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de Métodos Mistos-: Série Métodos de Pesquisa**. Penso Editora, 2015.
- CUTTER, Susan L. **A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 93, p. 59-69, 2011.
- DE LIMA, Elivânia Patrícia; DE FARIA SOUZA, Úrsula Gonçalves Theodoro. **A (IN) VISIBILIDADE DAS**

COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO RIO MADEIRA: ANÁLISE DO REASSENTAMENTO DOS MORADORES DO BAIRRO TRIÂNGULO. CÚPULA DIRETIVA-BIÊNIO 2018-2019, p. 89, 2019.

DE MEDEIROS, Samuel Lucena; SANTOS, Tatiana de Lima Pedrosa. **Quebrando Urnas**: as formas de silenciamento e apagamento da cultura material e memória utilizadas pelos invasores europeus na Manaus colonial (séc. XVII-XIX). *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 5, 2019.

DIEGUES, Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo, S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2000.

DORIA, Carolina Rodrigues et al. Grandes hidrelétricas na Amazônia: impactos no recurso pesqueiro e na pesca artesanal, desafios e lições aprendidas na bacia do Rio Madeira. *Revista Ciências da Sociedade*, v. 2, n. 4, p. 79-106, 2018.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pág. 133-168, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los "derechos al territorio". *Cuadernos de antropología social*, n. 41, p. 25-38, 2015.¹²

ESTEVES, Ana Maria; FRANKS, Daniel; VANCLAY, Frank. **Social impact assessment**: the state of the art. *Impact Assessment and Project Appraisal*, v. 30, n. 1, p. 34-42, 2012.

FARREL, Leanne. **Uma análise do Projeto Básico Ambiental do AHE Santo Antônio**. *International Rivers*, 2008.

FEARNSIDE, Philip M. Social impacts of Brazil's Tucuruí dam. *Environmental Management*, v. 24, n. 4, p. 483-495, 1999.

FEARNSIDE, Philip Martin. As barragens e as inundações no rio Madeira. *Ciência Hoje*, v. 53, n. 314, p. 56-57, 2014.

DE OLIVEIRA FÉLIX, Rodrigo. *Sistema hídrico da Amazônia e as atividades dos sistemas produtivos no município do Careiro da Várzea*. 2011.

FREUDENBURG, William R. **Social impact assessment**. *Annual review of sociology*, p. 451-478, 1986.

GARCÍA, María Elena Betancourt; RIVACOBÁ, María Teresa Caballero. **Impacto social de los proyectos de desarrollo turístico** Una aproximación teórico-metodológica. *Revista Economía y Desarrollo (Impresa)*, v. 128, n. 1, 2019.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânica Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras.

GOULDING, Michael. 2013. **Man and fisheries on an Amazon frontier**. Springer Science & Business Media.

IAIA. 2009. Social impact assessment key citations [online], Fargo, ND: International Association for Impact Assessment. Available from: <http://www.iaia.org>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO; INDICADORES SOCIAIS. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2021. *ibge*, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf> Acesso em: 12/08/2022.

¹² Nas várzeas, em períodos mais curtos, plantam mandioca, intercalando com outras culturas, tais como milho, abóbora jerimum, maxixe, banana, feijão, melancia, batata.

KATER, Thiago. **O sítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no Alto Rio Madeira**. 2018.

KHOURY, Yara Aun et al. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004.

LABONNE, Béatrice. **The mining industry and the community**: Joining forces for sustainable social development. In: Natural Resources Forum. Oxford, UK: Blackwell Publishing Ltd, 1999. p. 315-322.

LÉLÉ, S. (1991) '**Sustainable development**: a critical review', World Development 19 (6): 607–621.

LIMBERTI, Rita de Cássia Pacheco. **A imagem do índio**: discursos e representações. Dourados: UFGD, 2012.

LIRA, Talita M.; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. In. INTERAÇÕES. Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v17n1/1518-7012-inter-17-01-0066.pdf>. Acesso em 10 out. 2022, p. 72.

LUIZ, Aídee Maria Moser Torquato. **Conflitos socioambientais gerados pelo Complexo Hidrelétrico de Santo Antônio**: uma análise nos processos de remanejamento das comunidades afetadas. 2019.

MAAS, K; LIKET, K. Social impact measurement: Classification of methods. In: Environmental Management Accounting and Supply Chain Management. Springer Netherlands, 2011, v. 27, p. 171-202.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. In: Gênese dos discursos; tradução Sírio Possenti. São Paulo. Parábola Editoria.2008.

MILLER, Darrel. Itá em 1974: um epílogo. In. WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

MCKENZIE, Stephen. **Social sustainability**: towards some definitions. Hawke Research Institute Working Paper Series, nº 27. Magill. South Australia: Hawke Research Institute University of South Australia, 2004. Disponível em: <https://unisa.edu.au/SysSiteAssets/episerver-6-files/documents/eass/hri/working-papers/wp27.pdf> Acesso em: 14/08/2022.

MORET, Artur de Souza. **Estudo dos impactos sociais, ambientais e econômicos em assentamento de UHE's e a intervenção no circuito inferior da economia**. Relatório Científico de Estágio Pós-doc. UERJ. 2018.

MORET, Artur et al. Hidrelétricas no Rio Madeira: reflexões sobre impactos ambientais e sociais. **Observatorio Iberoamericano del Desarrollo Local y la Economía Social**, n. 7, 2009.

MORET, a. s. ; Nogueira, m. j. . IMPACTOS DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: um território em transformação. revista sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais, v. 9, p. 18-42, 2020.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso**. In: Introdução à Linguística. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2012.

NAIME, Roberto. **Impactos socioambientais de hidrelétricas e reservatórios nas bacias hidrográficas brasileiras**. Uniciências, v. 15, n. 1, 2011.

NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. **Sustainability as a new political Field**. Cahiers do IIRPC, n. especial, p.51-8, 2010.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajetória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em:

https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/28425/1/ARTIGO_TrajectoriaSustentabilidadeAmbiental.pdf
Acesso em 14/08/2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** - ODS, 2015.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Secretaria internacional do trabalho Brasil. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015**. Informe do diretor geral. XVI Reunião Regional Americana, Brasília, maio, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_226229.pdf Acesso em: 11/08/2021

OIT. Relatório. **Uma década de trabalho decente no Brasil**. A CONTRIBUIÇÃO DA OIT. Março. 2015. Disponível em https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_561254/lang-pt/index.htm Acesso em 11/08/2022.

PERERIRA, Edir A Dias. As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense. Tese de Doutorado. UFF. 2014.

QUEIROZ, Adriana Renata Sathler de et al. Análise dos impactos sociais de grandes empreendimentos hidrelétricos: o caso do AHE Belo Monte. 2011. Tese de Doutorado. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/24557/adriana_renata_sathler_queiroz_ensp_mest_2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 19/09/2022.

Ribeiro, M. A. 2012. O rio como elemento da vida em comunidades ribeirinhas. Revista de Geografia (UFPE). [online] 29, 83-98. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228983/23391>

RINCÓN-RUIZ, Alexander; KALLIS, Giorgos. Caught in the middle, Colombia's war on drugs and its effects on forest and people. Geoforum, v. 46, p. 60-78, 2013.

RODRIGUES, Carmen Izabel. **Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença**. Novos Cadernos NAEA. Vol. 09, nº 1, pp. 119-130. Jun. 2006. Cf. TOM DA AMAZÔNIA. História da ocupação da Amazônia. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3207/1/Artigo_CaboclosAmazonialIdentidade.pdf. Acesso em.13/08/2022.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁ, Joséph Barbosa de. **Relação das Povoações de Cuyabá e Matto Grosso** de Seos Principios the os Presentes Tempos, 1737. Rio de, 1901.

SAIRINEN, Rauno; SIDORENKO, Olga; TIAINEN, Heidi. A research framework for studying social impacts: Application to the field of mining. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 86, p. 106490, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. In: Epistemologias do sul. 2010. p. 637-637.

SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na Economia global. Trad. Angélica Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

SCHLEICHER, Judith. The environmental and social impacts of protected areas and conservation concessions in South America. Current Opinion in Environmental Sustainability, v. 32, p. 1-8, 2018.

SERRA, Nara Eliana Miller. **Compreendendo a Lógica do Trabalho em Populações Tradicionais**

Ribeirinhas Populações Tradicionais Ribeirinhas. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, v. 4, n. 3, p. 18-27, 2001.

SERRA, Nara Eliana Miller. **No ritmo das águas no ritmo das águas**. Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente, v. 4, n. 24, p. 13, 2002.

SYDD, O. et al. **Social Impacts of Modern Small-scale Mining**: Case Studies from Serbia and Bosnia & Herzegovina. Society & Natural Resources, p. 1-20, 2022.

SOUZA, Mariluce Paes de; FIGUEREDO, Expedita Fátima; SOUSA, Lucileyde Feitosa. **Nos banzeiros do rio**: sustentabilidade e desenvolvimento em comunidades ribeirinhas da Amazônia. Porto Velho: EDUFRO, 2002.

TIZUKA, M.M. 2013. **Geoarqueologia e paleoidrologia da planície aluvial holocênica do alto Rio Madeira entre Porto Velho e Abunã/RO**. Dissertação. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas/ UNESP.

WATLING, Jennifer. 2018. **Human-environment interactions at the Teotônio site, Upper Madeira basin, Amazonia**. Scientific Report detailing post-doctoral research conducted between March 2015-September 2016/FAPESP. São Paulo:MAE/USP.

WAINWRIGHT, Nicholas WJ; SURTEES, Paul G. **Time-varying exposure and the impact of stressful life events on onset of affective disorder**. Statistics in medicine, v. 21, n. 14, p. 2077-2091, 2002.

ZIMMERLI, Eduardo Renato. **Conflitos Socioambientais pela Construção das Usinas do Jirau e de Santo Antônio no Rio Madeira em Porto Velho/RO**. 2012.

ZUIN, Aparecida Luzia Alzira; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan. **A Amazônia e os povos indígenas: conflitos socioambientais e culturais**, 2017.

APÊNDICES

I – Comitê de Ética em Pesquisa – UNIR

II – Entrevistas e documentos